

Condição

38

Centro de
Linguagem e Comunicação

PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

COMUNICARTE

Revista semestral do Centro de Linguagem e Comunicação da
Pontifícia Universidade Católica de Campinas
ANO XXVII NÚMERO 38 2009

DIRETOR FUNDADOR (1982-1990):

Mário de Lucca Erbolato
In memoriam

EDITORA CHEFE:

Márcia Fantinatti

EDITORA ASSOCIADA:

Ivete Cardoso do Carmo Roldão

EDITOR ASSISTENTE:

Glauco Rodrigues Cortez

TRADUTORA:

Nair Leme Fobé

CONSELHO EDITORIAL:

Carlos Alberto Zanotti (PUC-Campinas)
Cicilia Maria Krohling Peruzzo (Metodista-São Paulo)
Cleusa M. Andrade Scroferneker (PUC-RS)
Cremilda Medina (USP)
Cristina Ponte (Universidade Nova de Lisboa /
Portugal)
Fábio França (Metodista-São Paulo)
Fláilda Brito Garboggini (PUC-Campinas)
Gerson Luiz Martins (UFMS)
Isabel Ferin Cunha (Universidade de Coimbra /
Portugal)
Ivone de Lourdes Oliveira (PUC-MG)
João Carlos Correia (Universidade da Beira Interior /
Portugal)
Jorge Pedro de Sousa (Universidade Fernando Pessoa /
Portugal)
José Benedito Pinho (UF-VIÇOSA)
José Roberto Zan (UNICAMP)
Laurindo Leal Filho (USP)
Luiz Gonzaga Godoi Trigo (USP)
Manuel Carlos Chaparro (USP)
Maria Rosana Ferrari Nassar (PUC-Campinas)
Neusa Demartini Gomes (PUC-RS)

PROJETO GRÁFICO:

Amarildo B. Carnicel

CAPA:

Agência Experimental de Publicidade e Propaganda

ESTAGIÁRIA:

Adriana Vicentim

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA:

Gláucia Cristina Scavassa

TIRAGEM:

1000 exemplares

Comunicarte, fundada em 1982, é revista científico-acadêmica publicada semestralmente, sob a responsabilidade do Centro de Linguagem e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Abrange as áreas de Comunicação Social (Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda), Artes e Turismo.

É integrante da Rede Ibero-Americana de Comunicação e Cultura.

COLABORAÇÕES

Textos são aceitos pela Comunicarte, em conformidade com expressas 'Instruções aos autores' (Vide páginas finais da edição).

DOAÇÕES E PERMUTAS

Comunicarte, distribuída gratuitamente aos docentes e pesquisadores do Centro de Linguagem e Comunicação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, aceita permuta, segundo normas e sob responsabilidade do SBI.

CORRESPONDÊNCIA

Deve ser dirigida à Comunicarte, no endereço:
Campus I Rodovia D. Pedro I, km 136 – Parque das
Universidades. CEP 13086-900
Caixa Postal (Mail Box) 317 CEP 13012-970
Campinas – SP – Brasil
Fone: +55 19 3343-7384
E-mail: clc.comunicarte@puc-campinas.edu.br

Está autorizada, pela Comunicarte, a reprodução parcial de conteúdo da revista, desde que citada a fonte. Para reprodução total, consultar os editores.

Comunicarte não avaliza, necessariamente, os conceitos emitidos em artigos assinados, de responsabilidade exclusiva de seus autores.

ISSN 0102-0242

COMUNICARTE

**Comunicarte, Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
Faculdades de Artes Visuais, Jornalismo, Letras, Publicidade e Propaganda,
Relações Públicas e Turismo.
Centro de Linguagem e Comunicação. – v.1 n.1 (1982)
Campinas, SP: PUC-Campinas/CLC, 1982.**

n.38 jan./jun. 2009

Semestral
Resumo em Português e Inglês
ISSN 0102-0242

1. Comunicação – Periódicos. 2. Artes – Periódicos. 3. Jornalismo-
Periódicos. 4. Publicidade – Periódicos. 5. Relações públicas – Periódicos. 6.
Turismo – Periódicos. I. Pontifícia Universidade Católica de Campinas.
Centro de Linguagem e Comunicação.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
(Sociedade Campineira de Educação e Instrução)

Grão-Chanceler: Dom Bruno Gamberini

Reitor: Prof. Pe. Wilson Denadai

Vice-Reitora: Prof^a Ângela de Mendonça Engelbrecht

Pró-Reitor de Graduação: Prof. Germano Rigacci Júnior

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Prof^a Vera Engler Cury

Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários: Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

Diretor: Prof. Wagner José Geribello

Diretora Adjunta: Prof^a Maura Padula

Faculdade de Artes: Prof. Flávio Shimoda

Faculdade de Jornalismo: Prof Rogério Eduardo Bazi

Faculdade de Publicidade e Propaganda: Prof^a Fláilda Brito Garboggini

Faculdade de Relações Públicas: Prof^a Claudia Maria de Cillo Carvalho

Faculdade de Turismo: Prof^a Laura Umbelina Santi

Faculdade de Letras: Prof. Carlos de Aquino Pereira

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO

Rodovia D. Pedro I, km 136 - Parque das Universidades - CEP 13086-900

Caixa Postal 317 - CEP 13012-970

Tel.: +55 19 3343-7384 / Fax:: 3343-7251

Site: www.puc-campinas.edu.br

e-mail: clc.comunicarte@puc-campinas.edu.br

Campinas - SP - Brasil

ÍNDICE

Apresentação	5
Ana Paula Silva OLIVEIRA & Mateus Yuri PASSOS Joe Sacco: Jornalismo literário em quadrinhos	7
<i>Literary Journalism in comic books</i>	
Samir Mustapha GHAZIRI & Dagoberto Buim ARENA A leitura na tela do computador e a formação do leitor na escola	23
<i>Reading on the computer screen and the reader's formation at school</i>	
Isabel Cristina Gardenal de Arruda AMARAL & Aarão Mendes PINTO-NETO & Maria José Duarte OSIS Abordagem da menopausa em revistas de atualidades	41
<i>Menopause approach in non-academic magazines</i>	
Marta Regina MAIA & Thales Vilela LELO A entrevista dialógica no filme "O fim e o princípio", de Eduardo Coutinho.....	59
<i>The dialogic interview in the documentary "O Fim e o Princípio", directed by Eduardo Coutinho</i>	
Wanderlei Florêncio GARCIA Orçamento Participativo: manipulação e persuasão nas páginas do Correio Popular.....	77
<i>Participative Budget: manipulation and persuasion in Correio Popular pages</i>	
Márcia FANTINATTI & Gabrielle Maise ADABO 20 anos de eleições diretas para presidente: apontamentos sobre as transformações ocorridas na cobertura jornalística da Rede Globo 1989-2009.....	95
<i>20 years of direct elections for presidency: notes on the changes that took place in the journalistic covering made by Rede Globo 1989-2009</i>	

AO LEITOR

Nesta edição da revista *Comunicarte* temos um olhar sobre questões da saúde em revistas de atualidade. Isabel Cristinã Gardenal Arruda AMARAL, Aarão Mendes PINTO-NETO e Maria José Duarte OSIS relatam resultados de estudo descritivo, realizado a partir de textos jornalísticos sobre a menopausa, a saúde da mulher e a saúde em geral.

Os entrelaçamentos entre linguagens - do documentário, da literatura, dos quadrinhos, do jornalismo e de outras fontes de informação - ganham o centro da atenção em dois artigos. Marta Regina MAIA e Thales Vilela LELO analisam a relação dialógica presente na construção do documentário “O fim e o princípio” (2005), de Eduardo Coutinho. Mostram, de que modo, transformando as vozes dos moradores nas principais fontes de informação para a construção e desenvolvimento do trabalho, Coutinho mergulha na cultura dos sertanejos, buscando afastar-se de preconceitos ou juízos de valor. Já Ana Paula Silva OLIVEIRA e Mateus Yuri PASSOS indicam caminhos para entender de que maneira a história em quadrinhos pode ser considerada reportagem jornalística; realizam uma reflexão sobre livros que abordam a Palestina, publicados pelo repórter e desenhista Joe Sacco.

Jornalismo, educação e cidadania são enfocados em dois artigos. Propondo uma reflexão sobre o computador e a formação do leitor na escola, Samir Mustapha GHAZIRI e Dagoberto Buim ARENA analisam atitudes de leitura resultantes de interações de alunos do Ensino Fundamental público com textos impressos e eletrônicos. Enquanto isso, Wanderley

Florêncio GARCIA analisa a cobertura do Orçamento Participativo de Campinas pelo jornal Correio Popular, de 2001 a 2004.

Por fim, Márcia FANTINATTI e Gabrielle Maise ADABO apresentam apontamentos sobre as sucessivas coberturas jornalísticas de eleições presidenciais, pela Rede Globo de Televisão, com destaque para o papel do Jornal Nacional, comparando as regras para debates, de 1989 à época atual.

JOE SACCO: JORNALISMO LITERÁRIO EM QUADRINHOS

Ana Paula Silva OLIVEIRA[□]
Mateus Yuri PASSOS^{□□}

RESUMO

O objetivo deste artigo é indicar caminhos para entender de que maneira a história em quadrinhos pode ser considerada reportagem jornalística e como, durante as transformações das HQs ao longo do século XX, chegou-se a essa linguagem para fazer jornalismo. Para isso, será realizada uma reflexão sobre o trabalho do repórter e desenhista Joe Sacco, considerado o pioneiro na utilização das técnicas jornalísticas aplicadas à arte dos quadrinhos a partir da análise de seus dois livros sobre a Palestina: Palestina, uma nação ocupada e Palestina, na faixa de Gaza. Serão utilizadas as características do Jornalismo Literário para a análise dos livros acima.

[□]Doutoranda em Filosofia (Universidade do Porto - Portugal). Mestre em Comunicação e Semiótica (PUC-SP). Graduada em jornalismo (Faculdade Casper Líbero). e-mail: anaoliveira@puc-campinas.edu.br

^{□□}Mestrando em Ciência, Tecnologia e Sociedade (UFSCar) com bolsa da FAPESP. Especialista em Jornalismo Literário (ABJL/CESBlu), graduado em Jornalismo (PUC-Campinas). Membro do Laboratório de Estudos em Comunicação, Tecnologia e Educação Cidadã (Lecotec-UNESP) e coordenador executivo do projeto Toque da Ciência (www.ciencia.inf.br). e-mail: mpassos@faac.uneesp.br

Palavras-chave: Joe Sacco; história em quadrinhos; comunicação; jornalismo em quadrinhos; jornalismo literário.

ABSTRACT

This article aims to present ways for comprehending how comics may be labeled as a journalistic language and how, during comic books metamorphosis during the 20th century, such journalistic tone has arisen in such a media. Therefore, we will present an essay on reporter and penciller Joe Sacco's work, a pioneer in utilizing journalistic techniques in sequential art, by analyzing both his books on Palestine: Palestine, an occupied nation and In the Gaza Strip. There will be used Literary Journalism's key elements for the analysis.

Key words: Joe Sacco; comic books; communication; comics journalism; literary journalism.

INTRODUÇÃO

“Gibi é coisa de criança!”

Até meados da década de 80, quem proferisse essa frase não estaria errado. Em 1954, o psicanalista alemão Frederick Wertham publicou *A sedução dos inocentes*, livro que culpava as histórias em quadrinhos (HQ) por conduzir jovens à indolência e criminalidade por meio de tramas violentas. O furor gerado pelo livro resultou em vários processos judiciais e à criação do *Comics Code Authority*, “selo de qualidade” exposto nas capas das revistas, indicando um conteúdo inofensivo. Houve, então, uma infantilização das HQs norte-americanas,

reduzidas a super-heróis, personagens dos desenhos animados Disney e histórias infanto-juvenis como *Archie*.

As primeiras contestações dessa atitude surgiram na década de 70, com a profusão dos quadrinhos *underground* (cujo maior expoente foi Robert Crumb) e a reinserção de relativa violência e problemas sociais nas tramas – por exemplo Ricardito, parceiro-mirim do herói Arqueiro Verde, revelou-se viciado em heroína, em roteiros de Denny O’Neil.

Nos anos 80, enfim, as HQs norte-americanas passaram por uma revolução: Frank Miller, em *Demolidor: o homem sem medo* e *Batman: o cavaleiro das trevas*, e Allan Moore, em *V de Vingança* e *Watchmen*, reinventaram o gênero dos super-heróis, criando tramas maduras e complexas (DANTON, 2005). Porém, aquela década traria ainda mais novidades, transformando de vez o conceito de arte nos quadrinhos. Até o momento, cada personagem e história criados pertenciam à editora que os publicava. Por essa razão, Jerry Siegel e Joe Shuster, criadores do Super-Homem, morreram na pobreza enquanto o personagem gerava milhões de dólares em lucro à DC Comics e à Time-Warner, detentoras de seus direitos.

Todavia, em 1981, a luta judicial de Steve Gerber contra a Marvel Comics pelos direitos de seu Howard the Duck (EVANIER, 1994) abriu uma brecha para que os autores, tanto roteiristas quanto desenhistas, se encorajassem para criar títulos próprios (inaugurando os quadrinhos ditos autorais) e até editá-los por conta própria (HQs independentes). Superando o estigma dos super-heróis, a partir daí surgiram títulos como *Cerebus*, de Dave Sim, *Elfquest*, de Wendy e Richard Pini, *Estranhos no paraíso*, de Terry Moore, e *Bone*, de Jeff Smith. O energúmeno bárbaro Groo, de Sergio Aragonés e Mark Evanier, publicado pela Marvel Comics ao longo de 10 anos, provou que havia mercado para quadrinhos de humor.

Surgiram, também, quadrinhos de relato pessoal. As histórias escrachadas de Crumb, nas revistas *underground* da década de 70, estavam já impregnadas por impressões e histórias pessoais. A renovação dos anos 80, contudo, trouxe liberdade autoral para o exercício do gênero em grandes editoras ou em publicações independentes, atividade que o artista Art Spiegelman defende:

Os quadrinhos são um meio de expressão bastante denso. Transmitem informações muito concentradas em relativamente poucas palavras e imagens-código simples. Isso parece ser um modelo de como o cérebro formula pensamentos e lembranças. Pensamos na forma de desenhos. Os quadrinhos têm demonstrado com frequência como servem bem para contar histórias de aventuras cheias de ação ou humor, mas a pequena escala de imagens e o caráter direto desse meio, que tem algo a ver com a escrita à mão, permitem aos quadrinhos um tipo de intimidade que também os torna surpreendentemente adequados para autobiografia (SPIEGELMAN, 2001, p. VII-VIII).

Curiosamente, grande parte das histórias pessoais retratadas em quadrinhos relaciona-se com a guerra. *Maus*, de Spiegelman, apresenta a experiência de seu pai Vladek em campos de concentração na Polônia. *Gen - Pés Descalços*, de Keiji Nakazawa, trata da explosão da bomba atômica em Hiroshima. *No Coração da Tempestade*, de Will Eisner, relata a experiência de seu pai e a sua com a I e II Guerras Mundiais, (o pai evitando a convocação por meio do casamento, o filho se dirigindo para o campo de treinamento). Por fim, *Persépolis*, de Marjane Satrapi, conta a infância e adolescência da autora no Irã logo após a queda do xá da Pérsia e a tomada do poder pelo aiatolá Khomeini.

Se a maturidade do meio abriu a possibilidade de contar histórias pessoais em quadrinhos, por que não a de relatar a vida dos outros? Após a Guerra do Golfo Pérsico, em 1991, um quadrinista de pouca expressão, obcecado por combates, decidiu retratar a realidade dos campos de batalha partindo do ponto dos humilhados e ofendidos: o maltês Joe Sacco, que viajou então para o Oriente Médio. O resultado de sua iniciativa foi a pedra fundadora de um novo gênero informacional: o jornalismo em quadrinhos.

JORNALISMO E QUADRINHOS

Não deveria haver estranheza ao se falar em jornalismo em quadrinhos. Afinal, as histórias em quadrinhos nasceram nos jornais e até hoje permanecem neles na forma de tiras cômicas (em geral publicadas nos cadernos de cultura) e charges (localizadas nas páginas de opinião, a seção nobre das publicações impressas). Além disso, o uso de desenhos

para ilustrar matérias em lugar de fotografias é comum em revistas como *New Yorker* e em textos de jornalismo gonzo (CÉSAR, 2005, p. 54-58).

A origem dos quadrinhos no jornalismo é motivo de debates: o senso comum é de que a tira *Yellow Kid* (1895), do norte-americano Richard Outcault, foi a pioneira no gênero. Todavia, diversos pesquisadores, como Wellington Srbek (2005), identificaram histórias em quadrinhos (por ele definidas como narrativas gráficas seqüenciais em que texto e imagem se complementam) anteriores. O pioneiro seria, então, o suíço Rodolphe Töpffer, autor de *Les Amours de Monsieur Vieux-bois* e *Docteur Festus*, publicados ao longo da década de 1820 e reunidos em 1846 no volume *Histoire des Estampes*.

As tirinhas em quadrinhos se popularizaram no início do século XX, quando surgiram os *syndicates*, organizações criadas para negociar a venda de histórias para publicações de todo o mundo. Ao longo dos anos, foram criados dezenas de personagens marcantes, alguns posteriormente transpostos para outros meios, como Flash Gordon, Popeye, Betty Boop, Príncipe Valente, Charlie Brown, Dilbert e Garfield, outros arraigados de modo firme nos jornais, como Calvin e Hagar. Embora a maioria das tiras apresentasse *gags* isoladas, havia diversas histórias seriadas, como *Príncipe Valente* e *Flash Gordon*, as quais levavam meses e até anos para atingirem sua conclusão. No Brasil, um dos maiores exemplos de tirinha seriada foi *Ed Mort*, escrita por Luís Fernando Veríssimo e desenhada por Miguel Paiva, cujas tramas foram posteriormente reunidas em cinco volumes. Ao contrário da maior parte das histórias publicadas em série, *Ed Mort* apresentava *gags* a cada capítulo, apresentando um pequeno clímax que permitia ao leitor ocasional também divertir-se com a tira.

De acordo com Srbek (2005) as charges desenvolveram-se nos jornais desde o século XVII, a partir das caricaturas. Sua presença constante e conseqüente evolução resultaram numa mudança de seu papel. Hoje, servem para manifestar a opinião do artista (ou do jornal) sobre fatos do cotidiano, principalmente relacionados à política partidária. De manifestações artísticas, as charges tornaram-se uma modalidade do jornalismo opinativo, partilhando do espaço destinado a editoriais e artigos. A importância atual da charge é corroborada por Mário Erbolato, em *Técnicas de codificação em jornalismo*, classificando-a como “desenho

que ironiza fatos, pessoas ou situações. É utilizada para crítica aos políticos e **tem a força de um editorial** [grifo nosso]” (2001, p. 242).

Se um gênero artístico que se confunde entre jornalismo e HQ possui tamanha importância e credibilidade para ser comparada ao editorial por um pesquisador de renome, já não há dúvida da existência de jornalismo em quadrinhos. A charge, porém, possui geralmente um ou dois quadros. A inovação de nomes como Sacco está, na verdade, em levar a grande reportagem para as HQs. Na introdução à edição brasileira de *Palestina*, José Arbex afirma que as portas para esse novo tipo de linguagem se abriram a partir da diluição de gêneros na televisão com a dramatização da notícia e a impressão de realidade na ficção, permitindo que os quadrinhos reivindicassem para si o estatuto de jornalismo. Segundo Arbex, a objetividade jornalística é um mito que mesmo uma câmera de TV não consegue quebrar, pois a imagem “não mostra O mundo, mas UM mundo”. Assim, a estética da HQ, não pretendendo verossimilhança, apresenta uma visão própria, um testemunho da história de forma totalmente inovadora: cenários, pessoas e situações são vistos pela ótica pessoal do autor – o qual também se insere na trama como personagem.

Para Dutra Corrêa (2003), o gênero foi ainda levado a outros patamares. Em 2000, a revista *New Yorker* publicou uma resenha inteiramente em quadrinhos de Art Spiegelman sobre o romance *As aventuras de Kavalier e Clay*, de Michael Chabon (o livro trata de dois quadrinistas fictícios e sua criação, o personagem Escapista). A mesma revista publicara, um ano antes, uma versão em HQ de sua coluna *The talk of the town*, mantendo o espaço e formato originais, e a edição de 50 anos da *Correio da Unesco*, em 1996, foi produzida em sua totalidade com matérias em quadrinhos.

Embora *Palestina* tenha sido a primeira publicação a se proclamar jornalismo em quadrinhos, houve precursores. *Maus*, de Art Spiegelman, é uma entrevista no formato de HQ, estendendo-se por mais de 300 páginas. O entrevistador é Spiegelman e o entrevistado Vladek, seu pai, que relata ao filho sua juventude em guetos de judeus na Polônia e seu confinamento em Auschwitz. Embora os personagens sejam graficamente animalizados (judeus são ratos, nazistas são gatos, poloneses são porcos, americanos são cachorros – já o judeu que se passasse por gentio utilizaria máscaras

correspondentes à respectiva nacionalidade), as situações descritas são reais. Há em *Maus* muito de metalinguagem e *making of*, pois os bastidores da entrevista são mostrados durante a história, prática também adotada pelos adeptos do *new journalism* Gay Talese e Hunter S. Thompson.

Essa mistura de reportagem e bastidores ocorre também na obra de Sacco (2004, p.32-33), que hesita em fotografar uma garota ferida, reflete sobre a empatia com um personagem palestino – “Já conquistei o cara! Salaam aleikum” (IBIDEM p. 45) – expõe seu medo frente a uma revolta de estudantes (IBIDEM p. 118) e se convence a ir até o local do acontecimento, porque “é bom para o gibi” (IBIDEM p. 121).

O PIONEIRO

Joe Sacco nasceu na ilha de Malta em 1960. Viveu a infância na Austrália e, aos 12 anos, mudou-se com sua família para Los Angeles, EUA. Formou-se em jornalismo pela Universidade do Oregon, mas não trabalhou no ramo. A partir da segunda metade da década de 80, tornou-se quadrinista e trabalhou em publicações *underground*, criando histórias de humor escrachado.

Contudo, nem todos os laços com o jornalismo foram cortados. Em 1989, Sacco publica, em sua revista *Yahoo* (publicada no Brasil na coletânea *Derrotista*) a HQ *Uma experiência nojenta* (2006, p. 99-109), um conto ilustrado com desenhos – a técnica de somar texto a desenhos que cumprem a função de fotografias, como em revistas jornalísticas, foi reutilizada posteriormente pelo autor na HQ histórico-jornalística *Quando bombas boas acontecem a pessoas más* (2006, p. 123-130), sobre o bombardeio britânico à Alemanha durante a II Guerra Mundial, e em Palestina, no capítulo *Lembre-se de mim* (2004, p. 41-50), no qual as ilustrações são baseadas em fotografias tiradas por Sacco.

Quando bombas boas acontecem a pessoas más foi a primeira HQ de Sacco relacionada a guerra. Seguiu-se, em 1990, *Mais mulheres, mais crianças, mais rápido* (2006, p. 34-155), baseada nas memórias de sua mãe, Carmen, sobre bombardeios italianos a Malta durante o governo de Mussolini. A história é narrada do ponto de vista de Carmen, em primeira pessoa.

Em 1991, quando ocorreu a Guerra do Golfo Pérsico, o quadrinista assistia aos noticiários de guerra como quem acompanha uma telenovela. Passando por alguns conflitos internos (entreter-se com o sofrimento alheio), produziu a HQ *Como amei a guerra* (2006, p. 159-191), durante a qual, ao perguntar a um árabe se não seria cinismo de Saddam Hussein ligar a invasão do Kuwait à questão palestina, obteve como resposta: “Sim, mas ele é o único que fala a nosso respeito” (p. 170). Foi um passo para a decisão de viajar ao Oriente Médio e retomar o jornalismo, dando início às entrevistas que originaram *Palestina, uma nação ocupada* (2004).

Nas 3 HQs sobre guerra mencionadas, já aparece uma característica marcante do estilo de Sacco: os rostos dos personagens, mais próximos às feições humanas do que ocorre nos quadrinhos em geral. As feições se assemelham a caricaturas e são mais um elemento que expressa o olhar e a opinião do autor sobre os entrevistados.

PALESTINA: UMA ANÁLISE

Primeiro projeto de Sacco na linha de jornalismo em quadrinhos, *Palestina* foi primeiro lançado como uma série de nove gibis nos anos 90. Transformou-se em dois livros e, cada história, num capítulo.

O primeiro volume, *Palestina, uma nação ocupada* foi publicado em 1993 e, no Brasil, em 2000. Vencedor do prêmio *American Book Award*, em 1996, divide-se em cinco capítulos em que são tratados diferentes assuntos: campos de refugiados, prisões, torturas e as mulheres palestinas. O segundo, *Palestina, na Faixa de Gaza*, foi publicado no Brasil em 2004 e dedica-se a mostrar a maneira como vivem os palestinos nesse local.

Nessa obra, resultado de uma viagem à Cisjordânia, Jerusalém e Faixa de Gaza que durou dois meses, Sacco retrata a situação dos palestinos sob a ocupação israelense do ponto de vista dos seus personagens (civis). Para isso, ouviu inúmeras fontes e coletou histórias de vida em diferentes lugares: ruas, hospitais, escolas, casa de refugiados e entrevistou vítimas de tortura, velhos e crianças. Em alguns momentos, chegou a presenciar confrontos entre os soldados e a população.

Na introdução de *Palestina, uma nação ocupada* (2004), José Arbex salienta que os quadrinhos de Sacco dão “visibilidade aos árabes invisíveis” ao mostrar um grupo social que não tem voz na mídia e, quando aparece, tem sua imagem relacionada ao fundamentalismo religioso. No entanto, conforme pontua, o quadrinista-repórter não faz um “panfleto palestino”, mas mergulha nas histórias de vida narradas e extrai delas o sentimento dos palestinos que vivem em meio aos conflitos.

Tendo em vista tais preocupações, Joe Sacco tem por objetivo atrair, por meio das histórias em quadrinhos, o interesse das pessoas para questões sociais:

É muito difícil encontrar um amigo meu interessado em saber o que se passa no Oriente Médio ou na Bósnia. Mas se eles vêem um livro de histórias em quadrinhos, por alguma razão isso parece mais acessível a eles. Os quadrinhos têm muito apelo em razão das imagens. Assim, você conquista a atenção do leitor; é capaz de contar a ele histórias difíceis e introduzir a informação (SACCO apud STAROBINAS, 2001, p. E2).

PALESTINA E JORNALISMO LITERÁRIO

No site *Textovivo* Edvaldo Pereira Lima define o Jornalismo Literário como:

Modalidade de prática da reportagem de profundidade e do ensaio jornalístico utilizando recursos de observação e redação originários da (ou inspirados pela) literatura. Traços básicos: imersão do repórter na realidade, voz autoral, estilo, precisão de dados e informações, uso de símbolos (inclusive metáforas), digressão e humanização. Modalidade conhecida também como Jornalismo Narrativo (2006).

Elaboradas pelo teórico norte-americano Norman Sims, as sete características do Jornalismo Literário apresentadas acima aparecem com clareza na obra *Palestina*.

No processo de **imersão do repórter na realidade** o jornalista deve conhecer seu objeto de trabalho em profundidade. Para isso, é necessário dispor de tempo para pesquisa e análise do material coletado durante as

entrevistas. Joe Sacco costuma afirmar em entrevistas que estuda muito antes de viajar e ressalta que:

Tenho uma maneira diferente de trabalhar. Quando você está pensando em escrever reportagens, você sempre pensa numa história curta. No meu caso, eu penso sobre a situação em geral, passo bastante tempo com as mesmas pessoas. Elas passam a confiar em mim, ficamos amigos. E assim fica mais fácil entender quem eles são. A minha sorte é que não preciso enviar matérias e ter um horário de fechamento todos os dias. Não tenho aquela urgência de ter de voltar para casa após três horas, antes que meu jornal tenha de começar a rodar (SACCO apud STAROBINAS, 2001, p. E2).

A partir desse convívio com as fontes, Sacco costuma narrar a história em primeira pessoa e desenha a si próprio tomando parte nos diálogos. Ilustra não somente aquilo que vê, mas também aquilo que lhe contam. Esses traços marcam a **voz autoral** presente na obra. De acordo com o autor:

Eu tiro muitas fotos e faço muitas entrevistas. Na Palestina, passei todo o tempo visitando cidades, vilarejos e campos de refugiados. Basicamente deixo as coisas acontecerem naturalmente. Ia a uma cidade, descia do táxi e, invariavelmente, alguém aparecia e começava a falar. Eu explicava que queria ver a situação dos palestinos sob ocupação e eles me levavam para os lugares. Foi fácil fazer contatos (SACCO apud STAROBINAS, 2001, p. E2).

Marcado pela mistura entre a estrutura do texto jornalístico, a linguagem das histórias em quadrinhos e as experiências vividas, o **estilo** da reportagem de Sacco baseia-se em acontecimentos presenciados pelo repórter. Nota-se sua preocupação com o tratamento da realidade ao afirmar que:

Acho que é impossível ser completamente objetivo. Por um motivo: sou estrangeiro, estou chegando com os olhos de um ocidental na Palestina ou na Bósnia. E não quero fingir que eu não tenho uma opinião. Eu tenho meus preconceitos e quero que as pessoas saibam quais são. É o preço que elas pagam para ver as coisas pelos meus olhos. É também muito difícil ser objetivo quando se é parte da história. Não acredito em objetividade, mas em ser justo (SACCO apud ASSIS, 2002, p. E2).

Ao fazer suas reportagens, Sacco demonstra não apenas uma preocupação jornalística, mas também virtuosismo quadrinístico. Na sequência da página 102 à 113 de *Palestina* (2004), quando mostra o encarceramento de um personagem na prisão de Ghassar, transmite tensão e opressão ao leitor por meio da disposição gráfica dos quadrinhos. Partindo de três, o número de quadrinhos por página vai aumentando, tornando-se cada vez menores, chegando a 20 na página 112. Quando o personagem é libertado, na página 113, um quadro que ocupa metade da folha ilustra a liberdade, o alívio, a amplidão espacial reconquistada. Na página 123, ao retratar garotos manifestantes atirando pedras em um ônibus, o jornalista utiliza uma disposição irregular de quadros, reproduzindo a correria e a confusão vividas por quem estava presente no local. Na página 1, no Cairo, diversos recordatórios [1], também dispostos de maneira irregular, retratam a diversidade e mistura de sons e culturas.

Além disso, a linguagem híbrida presente nas suas histórias em quadrinhos mistura características de diferentes meios de comunicação como a TV, os meios impressos e o cinema.

Muitas vezes, seus quadros remetem às imagens televisivas pelo modo como enquadra os entrevistados e da maneira como os identifica [2]. No entanto, a percepção dessas imagens não é feita instantaneamente como ocorre na TV. Os quadros permitem um alargamento temporal em que é realizada uma observação repetida e diferenciada dos detalhes. Dessa maneira, é possível parar, voltar e, com isso, criar uma oportunidade de rever e refletir sobre as situações desenhadas.

Outras imagens remetem ao jornalismo impresso, seja por meio do planejamento gráfico da página, alusão direta à diagramação presente nas revistas semanais, seja por extratos de trechos de jornais presentes em alguns momentos. Nota-se também que alguns capítulos apresentam, após o título, uma linha-fina. Outro fato que merece destaque é a utilização de fotos. Em vários momentos Sacco faz referência a essa questão.

O diálogo com a linguagem cinematográfica é estabelecido por meio de elaboradas construções no que diz respeito ao enquadramento e a utilização do contraste em preto e branco. Por meio da estrutura narrativa e de acordo com o contexto abordado no capítulo, Sacco transmite ao

leitor a sensação de aprisionamento, liberdade, medo, tensão, euforia e confusão.

Vários fundamentos do jornalismo estão presentes em *Palestina* com destaque para dois: veracidade e factualidade. Nesse aspecto, nota-se a preocupação de Sacco em relação à **precisão de dados e informações**, pois, ao manter esse compromisso em representar um fragmento do real, não inventa situações e personagens, mas sim reproduz o vivido. O próprio Sacco ressalta que: “Em geral, costumo fazer reportagens. Há muito tempo não faço ficção” (SACCO apud STAROBINAS, 2001).

Ao longo dos dois volumes, fornece informações, números e datas que demonstram sua preocupação com os dados e permitem ao leitor uma contextualização dos fatos narrados. Situa o leitor, logo na introdução, ao afirmar que as informações ali contidas devem ser entendidas a partir do contexto em que sua viagem ao Oriente Médio foi realizada (final de 1991 e início de 1992). Trabalha com dados históricos de maneira precisa e, em alguns momentos, faz referência à obra do professor palestino Edward Said sobre a Palestina.

Os dois volumes aqui analisados tratam da questão palestina e têm por objetivo dar voz aos civis, assim, suas tradições culturais marcam toda a obra. É possível notar o **uso de símbolos** que representam a cultura local como a culinária, as danças, a religião, entre outros elementos. Além disso, uma vez que o autor utiliza a linguagem dos quadrinhos para contar a história do conflito palestino, usa elementos gráficos próprios do gênero, como os balões. No entanto, dependendo da sensação que deseja transmitir ao leitor, esses podem aparecer de diferentes maneiras na página: ora dispersos, ora confusos, ora ausentes.

A linguagem de Sacco (2004) está carregada de metalinguagem; por exemplo, quando escreve que “Não é só nos gibis da Marvel que há universos paralelos!” (p. 102). Há, também, a presença de ironia em frases como “Bem-vindo ao mundo de Marlboro” (p. 16), ao retratar um oficial do exército adolescente em Jerusalém, “England - grandes produtos, grandes navios de guerra e grandes canetas-tinteiro” (p. 12) e “O que eram os problemas dos palestinos, comparados com Klinghoffer?” (p. 8).

Também está presente na obra de Sacco a **digressão**. De acordo

com Falaschi (2005, p. 68) pode-se entendê-la como:

a busca de novas possibilidades de tratar um assunto, desviando, fugindo, afastando-se do tema e personagens centrais, para criar novas possibilidades de compreensão da realidade. É, também, a busca de referenciais contextualizados que tornam mais claros determinados acontecimentos e atitudes.

Nota-se a presença da digressão durante toda a obra do autor, uma vez que busca compreender a realidade a partir do olhar dos palestinos. Em busca dos “referenciais contextualizados” citados acima, Sacco explica a origem do conflito entre árabes e israelenses, chegando, até mesmo, a reproduzir trechos da Bíblia e a desenhar Deus no primeiro volume. Além disso, afasta-se do tema central em alguns trechos como, por exemplo, naqueles em que escreve suas lembranças do tempo em que era apaixonado por Cláudia, uma mulher “meio iraquiana, estudou árabe em Damasco, onde deixou seu Romeu palestino, que tem um irmão na OLP, íntimo de Yasser(...)” (SACCO, 2004, p. 7).

Outra característica presente no trabalho de Sacco é a **humanização**. Na narrativa é possível verificar sentimentos tanto do autor quanto dos entrevistados ao descrever cuidadosamente, seja por meio de diálogos e depoimentos ou nas imagens registradas e desenhadas.

O jornalista também humaniza a si próprio. Ao invés de retratar-se como um repórter-herói, destemido, na página 118 de *Palestina* (2004), Sacco demonstra um grande pavor em ir às ruas durante uma manifestação. O jornalista se distancia da realidade retratada – e possível identificação com o leitor – e se mostra como uma pessoa comum, chocada com a realidade do terrorismo, por meio de declarações como “Fui criado no subúrbio - terror, só no cinema” (2004, p. 94).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao utilizar a estética da história em quadrinhos para escrever uma reportagem, Joe Sacco consegue conciliar duas linguagens: a do jornalismo e a dos quadrinhos. Por meio da análise de *Palestina* a partir

das características do Jornalismo Literário, foi possível demonstrar que esse diálogo não só existe, como é feito de maneira substancial, de maneira a utilizar as técnicas jornalísticas coerentemente e não banalizar o valor estético da linguagem dos quadrinhos. No prefácio do livro *Palestina, uma nação ocupada* (2004, p. X), José Arbex afirma que:

A notícia se nunca foi um “relato objetivo” (...) hoje funciona apenas como uma peça de legitimação de determinada ordem ou percepção de mundo. Ela é um ingrediente do “grande show” transmitido diariamente pelos oligopólios da comunicação. Ao diluir as fronteiras entre os gêneros, ao tratar o mundo como show e o show como notícia, a mídia permitiu, em contrapartida, que outras linguagens, como a dos quadrinhos, reivindicasse para si o estatuto do jornalismo. E aí se resolve o impasse aparente.

Sendo assim, Sacco não apenas desenha o mundo a partir de suas experiências vividas como também consegue produzir imagens que permitem ao leitor não só subverter e questionar a percepção estabelecida pela grande mídia ao conhecer histórias e fatores sociais raramente abordados por ela, como pontua Arbex, como também refletir a respeito da situação narrada.

NOTAS

[1] Caixas de texto utilizadas nos quadrinhos para a narração em terceira pessoa ou reprodução dos pensamentos de um personagem-narrador.

[2] O autor usa um recurso de identificação utilizado no jornalismo televisivo para indicar o nome das fontes (GC).

REFERÊNCIAS

ASSIS, Diego. *No traço da história*. Folha de S. Paulo, 4.1.2002, Ilustrada.

DANTON, Gian. *Watchmen e a Teoria do Caos*. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2005.

DUTRA CORRÊA, Antônio Aristides. *Quadrinhos de não-ficção*. In:

Joe Sacco: jornalismo literário em quadrinhos

CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 24., 2003, Belo Horizonte. Anais. Belo Horizonte: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2003.

ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo*. 5ª edição. São Paulo: Ática, 2001.

EVANIER, Mark. *The History of Groo*. Point of View online, 2 dez. 2004. Disponível em: <<http://povonline.com/cols/COL006.htm>>. [Acesso em: 10 mai. 2006].

FALASCHI, Celso. *Identificação de narrativas e características criativas no jornalismo impresso diário brasileiro*. 2005. 343p. Tese (Doutorado em Psicologia) - Faculdade de Psicologia - PUC-Campinas, Campinas, SP.

LIMA, Edvaldo Pereira. *Páginas Ampliadas: o livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Barueri: Manole, 2004.

_____. *Jornalismo Literário. Textovivo - Narrativas da Vida Real*. Disponível em: <<http://www.textovivo.com.br>>. [Acesso em: 10 mai. 2006].

SACCO, Joe. *Derrotista*. São Paulo: Conrad, 2006.

_____. *Palestina: uma nação ocupada*. 3ª edição, São Paulo: Conrad, 2004.

_____. *Palestina: na Faixa de Gaza*. 2ª edição, São Paulo: Conrad, 2005.

SÉRIE de quadrinhos, Joe Sacco procura não ficcionalizar o real (2003). Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u38438.shtml>>. [Acesso em: 18 mai 2006].

SPIEGELMAN, Art. *Os quadrinhos depois da bomba*. In: NAKAZAWA, Keiji. Gen – Pés Descalços: O recomeço. São Paulo: Conrad, 2001. p.VII-X.

SRBEK, Wellington. *Um mundo em quadrinhos*. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2005

STARÓBINAS, Marcelo. *Jornalista usa os quadrinhos para relatar a guerra*. Folha de S. Paulo, 29 mai 2001, Ilustrada.

A LEITURA NA TELA DO COMPUTADOR E A FORMAÇÃO DO LEITOR NA ESCOLA

Samir Mustapha GHAZIRI [°]
Dagoberto Buim ARENA ^{°°}

RESUMO

O presente artigo, fruto de uma pesquisa de mestrado, visa analisar atitudes de leitura resultantes de interações de alunos do Ensino Fundamental público com textos impressos e eletrônicos. Busca-se investigar as novas maneiras de ler e operar o pensamento suscitadas pela passagem da leitura no impresso à leitura na tela. A discussão aqui empreendida justifica-se pela relevância social e educacional, num momento de mudança do suporte de leitura e de escrita, proporcionado pelo advento da Internet no ensino.

Palavras-chave: Leitura na tela; leitura no impresso; formação do leitor na escola.

[°]Doutorando em Educação (UNESP/Marília). Mestre em Educação (UNESP/Marília), formação complementar em Mídia pela Université de Paris – IV (Paris-Sorbonne) e Graduação em História (UNESP/Assis). e-mail: samirghaziri@yahoo.com.br

^{°°}Professor do Departamento de Didática (UNESP/Marília). Pós-Doutorado (Universidade Évora). Doutor e Mestre em Educação (UNESP/Marília); Graduação em Letras (UNESP/Marília) e em Pedagogia (Faculdade de Ciências e Letras de Votuporanga). e-mail: arena@marilia.unesp.br

ABSTRACT

This article, the result of a research for a dissertation, aims at analyzing the reading attitudes resulting from the interations between public Elementary School students with printed and eletronic texts. It tries to investigate the new ways of reading and operating thoughts provoked by the passage from reading in the printed form and reading on the screen. This discussion is justified by social and educational relevance at a shifting moment os reading and writing support, sponsored by the introduction of the Internet in teaching.

Key words: *Reading on the screen; reading in the printed form; reader's formation at school.*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo é fruto de uma pesquisa de mestrado, cujo foco esteve voltado para as novas práticas e modos de leitura emergentes no contexto do ciberespaço, bem como para as implicações dessas novas práticas para a formação do leitor na escola. O objetivo mais amplo da pesquisa foi o de mapear a leitura na tela do computador - conectado à Internet – entre alunos do ensino fundamental de uma escola pública do município de Assis – SP.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram observados em situação de leitura no impresso e na tela, no intuito de identificarmos as novas e a possibilidade de transferências de atitudes de um suporte para o outro, sobretudo do impresso para a tela. Além disso, analisamos o processo de atribuição/construção de sentido na leitura diante do novo suporte, assim como a emergência de novos modos de operar o pensamento forjados pela experiência ciberespacial de leitura.

Dessa forma, o presente texto está organizado em quatro partes, nas quais, inicialmente, apresentamos alguns *flashes* da História do ato de ler, com ênfase sobre as mudanças de suportes, a fim de subsidiarmos

nossa compreensão em relação à passagem/mudança atual; feito isso, apresentamos a estrutura dos textos na *web* e os modos de ler na escola, oriundos dessa nova realidade; passamos, então, a análise dos modos como os leitores constroem/atribuem sentido à escritura não-linear do texto virtual e, por fim, os novos modos de pensar na e para a leitura *on-line*.

QUESTÕES DE LEITURA E HISTÓRIA DA LEITURA

Ao se recuperar a história da leitura, ou melhor, a trajetória histórica do leitor, sem grandes dificuldades se verificará que esta é uma prática - cultural e social - marcada pela multiplicidade de usos, cenários, gestos, públicos e materiais/suportes. Na Antigüidade Clássica, por exemplo, existiam pelo menos três importantes suportes de textos: as tabuinhas de argila ou madeira, o livro em forma de rolo e o códice. Entre eles, o mais utilizado foi o livro-rolo, também chamado *volumen*. A leitura nesse suporte se dava ao passo em que ele era desenrolado, pois era o que fazia surgir o texto diante dos olhos do leitor. Texto esse que ganhava vida à medida que era lentamente vocalizado.

Os textos eram apresentados à leitura em *scriptio continua*, isto é, sem intervalos entre as palavras. Tal estrutura gerava um jogo para a leitura definido por Cavallo (2002) do seguinte modo:

[...] Muito raramente a escrita foi percebida do interior, visto que, contínua como era, impedia que um olhar não suficientemente exercitado caracterizasse de imediato os limites de cada palavra e colhesse seu sentido. Portanto, para a compreensão deste último a articulação oral de texto escrito era um auxílio seguro, visto que o ouvido, melhor do que a vista, podia colher – após ter decifrado sua estrutura gráfica – a sucessão de palavras, o significado de cada frase, o momento de interromper a leitura com uma pausa (CAVALLO, 2002, p. 81).

Nesse contexto, que é o da história grega e romana, surgira o códice: livro de folhas de papiro dobradas e encadernadas. Uma de suas principais diferenças em relação a seu antecessor, e que concorreu para sua afirmação, foi à possibilidade de inscrição de texto nos dois lados da página, que o tornava mais interessante de um ponto de vista econômico.

Ademais, a partir de então, uma obra integral poderia ser alocada em um único códice, algo que no livro em rolo era muito mais difícil.

Surgia assim, para falar como Cavallo (2002), uma nova noção de livro e de leitura completa. A leitura integral de uma obra que anteriormente demandava o contato com vários rolos passou a acontecer com a leitura de um códice de seu começo ao fim. A inserção de dispositivos editoriais, notadamente para demarcar início e término de um texto dentro de um códice, originaram-se nesse mesmo momento. Outra interessante possibilidade aberta pelo novo objeto de leitura foi à liberdade dada a uma das mãos leitora, haja vista que o livro poderia ser acomodado em apenas uma delas. Fato que permitia ao indivíduo ler e escrever ao mesmo tempo, isto é, inserir glosas, comentários e anotações de natureza diversa, sobretudo nas margens do texto.

Interessa agora chegar à Idade Média, momento antecedido pela queda do Império Romano e pela formação dos reinos bárbaros, pois é nela que uma nova atitude em relação ao escrito se propagará de maneira firme e definitiva, refiro-me a leitura silenciosa. A Igreja, que reinou quase que de maneira soberana durante esse período, viu inicialmente com maus olhos a supressão da voz, porém, tempos depois passou a incentivá-la, exaltando-a como mais apropriada para compreensão dos textos. Segundo Parkes (2002), a mudança ocorreu antes de qualquer coisa por questões práticas. As palavras a seguir parecem elucidativas:

[...] Enquanto no século IV, Santo Agostinho considerava as letras sinais que representavam os sons e estes sinais das coisas sobre as quais pensamos, já no século VII, Isidoro de Sevilha considerava as letras sinais sem sons, os quais tinham o poder de nos transmitir de forma silenciosa (sine voce) as falas daqueles que estão ausentes. As letras em si mesmas eram sinais de coisas. E a escrita passa a ser, daí em diante, uma linguagem visível capaz de transmitir algo de forma direta para a mente por intermédio do olho (PARKES, 2002, p. 106).

Na esteira de tais acontecimentos, no século XV, viria acontecer aquele que pode ser considerado o principal deles: o surgimento da prensa tipográfica. Tal acontecimento, de conseqüências muito discutidas, mas de pouco consenso, além de aumentar o número de títulos e a própria

quantidade de textos em circulação, o que gerou a passagem de uma leitura intensiva para uma extensiva, teria, na perspectiva de Eisenstein (1998), impactado sobre importantes acontecimentos históricos, como a Reforma Protestante e o surgimento da Ciência Moderna.

Em síntese, a existência do códice como principal suporte de textos atravessou as fronteiras cronológicas e territoriais do mundo antigo, consolidou-se no medievo, ganhou forma impressa na modernidade e, hoje, após vinte séculos de uma continuidade cheia de mudanças, sua permanência é colocada à prova pelos ambientes híbridos da era da tecnologia digital e da alta definição.

Uma das intenções subjacentes a esta pesquisa é a de demonstrar que o escrito e a leitura nunca perdem sua importância, porque se transformam. Até aqui, mesmo que resumidamente, tentei demonstrar/mencionar essa dinâmica. Apesar de não se tratar de um estudo de História, creio na importância da dimensão histórica da vida social, na problematização do objeto de pesquisa, por entre outros modos, a partir de sua historicidade. Nesse sentido, é preciso dizer que a cada novo suporte, como acima demonstrado, discursos antagônicos se degladiavam na arena dos usos e gestos de leitura. E esta não parece ser uma postura exclusiva do passado, ainda hoje, enquanto o novo é celebrado por alguns outros o negam.

O advento da grande rede de computadores, com sua ecologia envolvente e a possibilidade de comunicação, acesso e troca de informações sem precedentes, transformou todo o desenvolvimento midiático. A rotina das redações de jornais e revistas, os processos editoriais, a indústria fonográfica, a produção cinematográfica, televisiva e a telefonia, sobretudo a móvel, não são e jamais serão as mesmas. Tais acontecimentos dividem opiniões, não é difícil encontrar discursos que a exaltam como revolucionária e outros que a retratam como milenarista.

Desse modo, para compreendermos a formação atual do leitor e a história recente desta formação é preciso que se leve em conta a aparição/ inscrição do escrito em novos ambientes, sobretudo na tela do computador. O que antes de qualquer coisa, supõe, a meu ver, um distanciamento do maniqueísmo recorrente nos estudos midiáticos, bem como encarar o ato de ler como a leitura de algo e não simplesmente como a leitura. É preciso,

portanto, pensar que o texto, o registro escrito, não é de modo algum apresentado a leitura fora de uma materialidade específica que lhe dá suporte, que influencia suas formas (dos textos) e que demanda estratégias particulares de leitura.

ESTRUTURA TEXTUAL E MODOS DE LEITURA ON-LINE NA ESCOLA

Em um estudo a respeito dos modos de leitura na web, Nielsen (1997), reconhecido pesquisador da *usabilidade*, constata que do número total de participantes de sua pesquisa 16% realizaram uma leitura palavra por palavra, sendo que os demais realizaram o que o autor chamou de *scan* ou escaneio, isto é, um sobrevôo pelo texto, uma leitura rápida em que o leitor dedica atenção para determinadas palavras e/ou sentenças dos textos pelos quais navega.

Conforme Nielsen (1997), a leitura na tela deve ser rápida e para tanto é necessário que os textos estejam estruturados de maneira condizente. Tal estrutura, intitulada pirâmide invertida, segundo o autor, pode ser sintetizada em seis pontos básicos:

- O texto deve conter palavras-chave destacadas. Os links de hipertextualidade e as variações de cor e fonte podem ser considerados exemplos dessa característica.
- A presença de subtítulos significativos, pois atraem a atenção do leitor.
- As bulleted lists, pois induzem o leitor a estender sua leitura.
- O cuidado necessário com a quantidade de idéias contidas em um único parágrafo. Preferencialmente uma única idéia por parágrafo.
- A estruturação do texto na forma de uma pirâmide invertida, isto é, iniciado pela conclusão. Essa modalidade, segundo Nielsen (1997), utilizada no jornalismo, permite que o leitor interrompa a leitura sem que grandes prejuízos informacionais ocorram. O indivíduo não precisa ler todo o texto para que uma conclusão seja formulada, afinal as idéias que deveriam constar no final são apresentadas em seu início.

- A necessidade de diminuição da quantidade de palavras em comparação a um texto impresso ou tradicional.

Em resumo, a concisão, a possibilidade de escaneio e a objetividade são características textuais muito apreciadas pelos leitores. Tais características, incorporadas aos textos na rede, atendem às expectativas dos leitores no que diz respeito a algo, aparentemente, intrínseco ao sistema *world wide web*: a lógica da velocidade. Os leitores na tela *on-line* têm o desejo de encontrar as informações buscadas da maneira mais rápida e eficiente possível.

Contudo, vale lembrar que a leitura na tela é sempre enfatizada como cansativa. Problema atribuído à luminosidade da tela. Para que se tenha uma idéia, a resolução do gráfico dos monitores é de cerca de 110 pontos por polegada, ao passo que os livros são impressos a uma resolução média de 1.200 pontos por polegada. Portanto, não é sem razão que os conteúdos devem estar disponibilizados na rede de forma que os leitores encontrem as informações desejadas de maneira rápida e fácil, mas, obviamente, devem suprir plenamente as necessidades motivadoras da leitura.

Em outro estudo, Nielsen & Pernice (2007) dedicaram-se ao movimento ocular, no intuito de mapear o campo visual, de alguns indivíduos durante a navegação pela Internet. Para realização da pesquisa foi utilizado um *eyetracking*, isto é, um computador equipado com câmeras e emissores infravermelhos que capturam as áreas de maior concentração visual dos sujeitos em navegação por um *website*.

Por meio desse equipamento, observou-se que as áreas de maior focalização visual concentram-se no topo da página, sinal de que nessas regiões se realiza uma leitura mais detida e é no topo da página, entre as informações iniciais, que o leitor busca identificar a natureza do conteúdo; feito isso, é realizado um *escaneio* do texto em sua totalidade com alguns momentos de concentração em palavras-chave ou subtítulos destacados por tonalidades diferentes, em negrito ou sublinhados.

Entre os sujeitos participantes da pesquisa por nós realizada na escola, o percurso de leitura era iniciado sempre pelo acesso ao *website* de buscas, o *Google*. É importante dizer que os sujeitos foram observados em situação de pesquisa escola, em que buscavam respostas a questões de

pesquisa formuladas pelo pesquisador. As buscas feitas pelos estudantes no *Google* se davam sempre a partir de palavras-chave referentes aos temas de pesquisa. Configurada a página de busca, alguns realizavam uma leitura de *escaneio*, isto é, uma leitura acelerada, em que o cursor do *mouse* corria rapidamente pelas linhas dos títulos, nem sempre chegando a seu final. Isto significa que o leitor antecipava palavras e informações. Além disso, pelas pistas dadas no título do *website*, ele previa seu conteúdo, tomando a partir disso a decisão de acessá-lo ou não.

A atitude de não ler o texto até o seu fim, isto é, de antecipar palavras e informações, não gerava perdas em sua leitura. O movimento do *mouse* era feito rapidamente; o leitor parecia já saber que para dar conta da quantidade de textos disponíveis na rede, nos quais poderia encontrar as respostas buscadas, era preciso lê-los aceleradamente. Merece destaque, também, à atitude de alguns sujeitos de executar um escaneio mais detido nos resultados dispostos pelo *Google* no topo da página, do centro em diante a leitura era acelerada. O sujeito dedicava maior atenção aos primeiros resultados.

No tocante à leitura realizada no interior dos *websites*, alguns realizavam os mesmos movimentos anteriormente descritos. O cursor do *mouse* percorria rapidamente as linhas do texto, as quais nem sempre eram lidas até o final. Nesses textos, o leitor também mobilizava a estratégia de antecipação. Sua leitura, notoriamente, era de busca por indícios que o levassem as respostas às questões de pesquisa. Atitude notada, por exemplo, quando a resposta era encontrada, ou pelo menos uma parte dela, pois o leitor percorria o trecho em uma menor velocidade; como se para compreender fosse necessário ler mais vagarosamente.

Contudo, alguns sujeitos não mobilizavam as mesmas estratégias. Na página de resultados do *website* de buscas, por exemplo, alguns percorriam os títulos lentamente com o cursor do *mouse*. O mesmo ocorria no interior dos *websites*. Os sujeitos percorriam o texto de forma lenta, realizando uma leitura palavra por palavra; ou seja, nem todos mobilizavam a estratégia de antecipação.

Tal leitura, palavra por palavra, prejudicava o sujeito, uma vez que o impedia de realizar previsões, de antecipar, enfim de ler rapidamente.

Talvez, por essa razão, o leitor se cansava facilmente, o que muitas vezes o impedia de encontrar respostas às questões de pesquisa. Algo que talvez venha corroborar a idéia de que o conhecimento sobre as formas dos textos e do manejo dos suportes é pontual para o processo de atribuição de sentido, partindo do pressuposto de que as formas assumidas pelos textos nas diferentes materialidades influenciam tal processo.

É preciso ainda dizer que só foi possível mapear as maneiras de ler na tela on-line na escola em razão da atitude dos sujeitos de acompanhar a leitura com o cursor do *mouse*. Esse fato me fez constatar que essa é uma atitude levada do impresso à tela. Quero dizer com isso que o acompanhamento da leitura com o cursor é um comportamento novo em termos de instrumento, mas não de atitude. Decorrente da maneira como o escrito é estruturado *on-line* o cursor do *mouse* atua como um lápis ou outro objeto qualquer na mão do sujeito para acompanhar a leitura. Daí decorre que os comportamentos diante da tela, apesar de parecerem novos, carregam traços do suporte anterior, o impresso. O que demonstra de forma cabal como não conseguimos nos desvencilhar de nossa herança histórica.

Por fim, é válido dizer que, de fato conforme Nielsen & Morke (1997), os indivíduos diante da tela realizam um sobrevôo pelo texto, também chamado de *escaneio*; contudo, para os autores, tal ação seria mobilizada em substituição à leitura, mas, a nosso ver, ela é a nova forma de ler suscitada pelo suporte.

Em última análise, a ação de escanear um texto nada mais é do que um modo de ler novo, fruto da mudança de materialidade/suporte que altera a forma de apresentação do escrito. Dito de maneira mais simples, a mudança nos textos gerou uma mudança de atitude do leitor. No entanto, essa mudança de atitude de leitura emerge como ilegítima, ou como uma não leitura, uma vez que não foi ensinada na e pela escola. Esse modo de ler infringe cânones arraigados ou, em outros termos, regras escolares de como se devem ler os textos, tais como a leitura seqüencial e o foco excessivo no conteúdo.

Por fim, é válido dizer que o ato de escanear textos não se confunde com o termo consagrado *leitura dinâmica*, uma vez que esta prevê memorização de alguns termos considerados centrais para a compreensão

e de reiteração de novos, ou melhor, de associação e criação de outros. A leitura na tela *on-line*, ao contrário, prevê uma antecipação do leitor ao olhar o texto de um modo global, procurando, a partir desta leitura, identificar os pontos-chave que o levem às respostas de perguntas geradoras de necessidade de leitura. Desse modo, não existem classes, gêneros, ou ainda, formas específicas de textos que devam ser *escaneados*. O *escaneio* deve estar pautado pela necessidade do leitor, como uma forma de seleção, de prioridade. É preciso considerar o que o leitor possui em mente quando diante de um texto.

A ATRIBUIÇÃO DE SENTIDO ON-LINE

Em sua relação com o mundo social, o ser humano alfabetizado é diariamente defrontado com diferentes materiais de leitura: anúncios publicitários, listas telefônicas, revistas, jornais, livros e, mais recentemente, os textos eletrônicos. Contudo, a escola parece desconsiderar este fato e privilegiar o ensino da leitura como algo “idealizado, delimitado, padronizado, fortemente influenciado e caracterizado pelas marcas da literatura” (ARENA, 2003, p. 54).

A perspectiva aqui adotada é outra; ela ampara-se em Arena (2003), segundo o qual, a ação de um indivíduo diante do registro escrito, sempre inscrito em um objeto específico, não pode ser vista simplesmente como *a leitura*, mas, sim, como *a leitura de* (ARENA, 2003). Isto quer dizer que a leitura deve ser pensada em sua relação com os materiais ou suportes que colocam o escrito diante dos olhos do leitor. Além disso, sob essa perspectiva, não se pode ter uma atitude única de leitura diante dos diferentes materiais ou suportes. Assim, o leitor do século XXI deve assumir uma postura flexível, multifacetada.

Nesse sentido, ao observarmos os trajetos de leitura-navegação dos estudantes participantes da pesquisa foi possível a formulação de três perfis ou categorias de leitores da tela, a saber: o leitor-navegador inexperiente ou leitor ingênuo, assim definido por desconhecer o funcionamento do meio, o que o impedia de alcançar as metas de leitura; o leitor-navegador aprendiz ou leitor contingente, classificado nesses termos em razão do conhecimento

ainda limitado sobre a rede, bem como pela inconstância no encontro das respostas às questões de pesquisa, o que justifica a utilização do termo contingente, uma vez que ele expressa, entre outras coisas, eventualidade, dúvida e incerteza. Por último, o leitor-navegador experiente ou leitor seletivo, o qual, assim se caracteriza pelo conhecimento mais amplo sobre a Internet, por tomar decisões de forma rápida e segura e, ainda mais, por cumprir com todos os objetivos propostos para a leitura.

A construção/atribuição de sentido por tais leitores se dava à medida que encontravam as respostas às questões de pesquisa. Contudo, o processo, o modo como procediam ao encontrar ou por não encontrar merece destaque. Dessa forma encaminhada a leitura, a primeira anotação a ser feita é a de que o leitor durante se trajeto vai, conforme Smith (2003), coletando e analisando “amostragens da informação visual disponível no texto” (SMITH, 2003, p.103). Por esta razão, a construção do sentido na leitura na tela pode ser considerada um trabalho de co-autoria, pois entre um *website* e outro, entre um *link* e outro, o leitor vai tecendo seu próprio texto a partir do entrecruzamento das várias vozes com as quais dialoga.

Nessa perspectiva, em uma das atividades de coleta, notamos três modos diferentes de produção do texto de pesquisa escolar, os dois primeiros apresentados pelo mesmo sujeito. No entanto, antes de qualquer coisa, é importante registrar que não foi solicitada a produção de um texto escrito. A decisão de produção foi espontânea. Assim, na primeira delas, o sujeito redigiu um pequeno texto, no próprio computador, com suas próprias palavras, ou seja, ele não reproduziu fielmente as palavras dos textos lidos, não os copiou. A segunda foi a de reproduzir trechos de vários textos (re)construindo um novo. O conhecido copiar e colar ou *Ctrl C* seguido de *Ctrl V*. O sujeito elaborou um novo texto de maneira não-linear seguindo a lógica da experiência hipertextual de leitura. Os fragmentos que lhe fizeram sentido nos vários textos lidos foram agrupados em uma nova produção, dotada de um novo sentido (o de resposta as questões de pesquisa).

Por sua vez, o segundo sujeito executou uma ação diferente: reproduziu manualmente trechos de textos em um novo. Não se valeu das possibilidades do suporte em que realizava a leitura, o computador. Sua produção manuscrita foi sem dúvida legítima. Mesmo imerso na rede

ele perpetuou a lógica linear de produção do escrito, peculiar ao suporte mais antigo. O sujeito transcrevia para o papel trechos dos textos que lhe faziam sentido, isto é, que pareciam compreender as respostas às questões de pesquisa.

Para refletirmos e/ou problematizarmos tais ações, que envolvem a transmissão e a repetição do discurso de outrem, nos amparamos em Bakhtin (2003) e em Larrosa (1999). Nesse sentido, conforme Larrosa (1999), no âmbito escolar, a transmissão do discurso alheio é manifestada nos seguintes termos: “leia o texto, e depois escreva-o com suas próprias palavras: diga o mesmo que o texto disse, não com as palavras do texto, mas com outras palavras, com suas próprias palavras” (LARROSA, 1999, p. 122). Esta foi uma das atitudes apresentadas pelos sujeitos, notadamente valorizada pela escola. Ele ao invés de copiar as palavras do texto as traduz para o seu discurso; produzindo um texto, um discurso, ou ainda, uma palavra que é bivocal. O que significa, que ela

não é acabada, mas aberta; é capaz de descobrir em cada novo contexto dialógico novas possibilidades semânticas. Por isso também embora não saibamos da mesma tudo o que pode nos dizer, a introduzimos em novos contextos, a aplicamos a um novo material, a colocamos em uma nova situação para obter dela novas respostas, novas facetas quanto a seu sentido e novas palavras próprias (porque a palavra alheia produtiva gera em resposta, de maneira dialógica, nossa nova palavra) (BAKHTIN apud LARROSA, 1999, p. 122).

Todavia, as outras formas de produção do texto de pesquisa escolar, a partir da reprodução, não impedem o acontecimento da compreensão. Além disso, nenhuma das produções pode ser considerada mera reprodução mecânica. Afinal, para Bakhtin (2003), a reprodução mecânica de um texto ocorre apenas quando ela é feita por uma máquina. No caso de reprodução por um indivíduo, ela deve ser vista como “acontecimento novo e singular na vida do texto, o novo elo na cadeia histórica da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2003, p. 311). Nessa perspectiva, Bernardes & Fernandes (2005) afirmam que “todo texto, ao ser reescrito pelo leitor, adquire, no momento mesmo de sua (re) produção, novos sentidos não-reiteráveis” (Bernardes & Fernandes, 2005, p. 131).

Portanto, mesmo quando os sujeitos extraem trechos de textos de outrem para a elaboração de seus próprios, não se constitui mera cópia. Pois, o “acontecimento da vida do texto, isto é, sua verdadeira essência” (BAKHTIN, 2003, p. 311), que nós a entendemos como sendo a atribuição de sentido, “sempre se desenvolve *na fronteira de duas consciências, de dois sujeitos*” (BAKHTIN, 2003, p. 311 - grifos do autor).

Os sujeitos se apropriam do discurso alheio e, em razão do desconhecimento dos dispositivos de citação, transformam-no em seu próprio discurso. Por fim, a esse respeito, às palavras de Bernardes & Fernandes (2005) são mais uma vez esclarecedoras, uma vez que conforme as autoras

[...] toda enunciação também é dotada de um sentido único, portanto não-reiterável que constitui aquilo que Bakhtin [...] denomina por tema: “um sentido definido e único [...] determinado não só pelas formas lingüísticas que entram na composição, mas igualmente pelos elementos não verbais da situação [...] que procura adaptar-se adequadamente às condições de um dado momento da evolução” (Bernardes & Fernandes, 2005, p. 128).

As produções escritas dos sujeitos participantes da pesquisa não eram simples reproduções, mas, sim experiências de co-autoria fruto de uma leitura não linear, bem como de um sentido construído pela união de fragmentos de informação.

Desse modo, chegamos ao final dessa discussão com a seguinte formulação: o novo suporte incorpora todas as formas de textos, contudo as reorganiza, apresentando-as à leitura em novas formas. Por isso, a atribuição de sentido na leitura na tela *on-line*, com base em McKenzie (2005), Arena (2003) e Lévy (1996) situa-se na interseção entre o conhecimento sobre as formas dadas aos textos nesse suporte, as intenções, necessidades e finalidades do leitor e um trajeto de navegação eficaz.

Portanto, o sentido de um texto não está dado a priori; é uma construção que ocorre durante a leitura, dependente do momento histórico e do local em que ocorre, das formas e materialidades dos textos e, indo além, do modo de operar o pensamento dos leitores.

NOVOS MODOS DE OPERAR O PENSAMENTO

Para compreendermos o modo como são forjados os novos modos de operar o pensamento e o que são esses novos modos, retomemos o consagrado acadêmico canadense McLuhan (1969), segundo o qual, a iniciação de povos de cultura oral no alfabeto fonético resultou na transferência da audição para a visão como principal sentido. Dito de outro modo, O homem inserido na cultura oral ao apropriar-se de uma nova tecnologia, a da escrita, sofreu mudanças em seu corpo mental, uma vez que a tecnologia é uma extensão de seu próprio corpo, de suas faculdades mentais. Estas se ampliaram pelo câmbio da palavra falada pela palavra escrita. Tal mudança causou o bloqueio de certos sentidos e o acionamento de outros. Nos termos de McLuhan (1969), a palavra escrita deu ao homem tribal um olho por um ouvido.

Do mesmo modo, o surgimento da imprensa impactou de maneira decisiva sobre o homem europeu moderno, tanto de um ponto de vista social tanto no que diz respeito ao pensamento. Isto porque, a impressão ou extensão tipográfica do homem, para falar como McLuhan (1969), contribuiu para que se desenvolvessem o “nacionalismo, o industrialismo, os mercados de massa, a alfabetização e a educação universais” (McLuhan, 1969, p. 197).

No crepúsculo do século XXI, o computador e a Internet, como tecnologias já consolidadas, seguem por um fluxo semelhante, transformando o modo como pensam aqueles que a criaram e os que hoje são seus principais defensores: a juventude urbana. São eles os interessados em novas formas de se comunicar e de se informar. O computador e a Internet mudaram os padrões de pensamento daqueles que sabiam ler no impresso. A transcrição a seguir, de uma discussão em grupo focal, parece demonstrar tal fato:

Pesquisador: A relação que estabelecemos no momento da leitura com o livro e com a tela parece diferente. Comentem as diferenças no comportamento quando se está diante de um livro e diante da tela. Será possível executar outras atividades durante a leitura?

Rodolfo: Quando eu leio um livro tem que estar tudo quieto, sem nenhum

barulho, tem que estar quietinho para poder ler, se não...

Gustavo: Eu a mesma coisa, se não você ao consegue viajar junto com o livro, junto com a história do livro.

Pesquisador: E na tela do computador?

Gustavo: Aí, sim.

Pesquisador: Você poderia dar um exemplo?

Gustavo: Ouvir música.

Pesquisador: E o que mais? Conversar no MSN, por exemplo?

Rodolfo: Você pode minimizar (a tela) e continuar lendo, a hora que alguém ta chamando aparece aí você conversa e já volta.

Pesquisador: E por que será possível fazer isso na tela e no impresso não?

Gustavo: Tecnologia.

Pesquisador: Será que esse comportamento diferenciado, mais flexível, tem alguma relação com o modo de pensar, com uma mudança no modo como pensamos?

Gustavo: Muda, muda sim.

Rodolfo: Você vai com outra intenção. A hora que você entra na Internet, você fala: eu vou pesquisar sobre a história, mas enquanto isso eu vou colocar na rádio (na rádio virtual, disponível em muitos portais verticais), escuta, entra no MSN (programa de conversação), conversa, minimiza, escreve o que tem que escrever (referindo-se a pesquisa, a busca) e depois conversa ao mesmo tempo e escuta música. Acho que dá. Muda também.

As salas de aula podem estar lotadas, pode faltar infra-estrutura, os salários dos professores podem ser insuficientes, mas, como diz Johnson (2005), fora da escola, os alunos estão, a todo o momento, sendo desafiados por “novas formas de mídia e tecnologia que cultivam aptidões sofisticadas de resolução de problemas” (JOHNSON, 2005, p. 117).

A escola deveria buscar compreender, em um primeiro nível, as

demandas do homem atual, imerso em uma cultura cercada pela automação tecnológica, para assim, saltar para um segundo nível de compreensão, o da alteração do modo de pensar deste homem, provocada pela mídia digital que fratura os modos arraigados de condução da leitura na escola e nos impele a deslocar para a galáxia do texto eletrônico.

Em última análise, o problema está em um fato, bem observado por Gee (2004), segundo o qual, na escola, as pessoas são analisadas apartadas de suas ferramentas de pensamento. “Velocidade, flexibilidade, multiplicidade e decisões rápidas transformam o modo de pensar do homem” (ARENA, 2004, p. 7569). Entre seus vetores encontram-se o computador, a Internet e os jogos eletrônicos. Essas tecnologias transformam a maneira de operar frente o conhecimento e frente o conteúdo de sala de aula.

A leitura na escola deve contribuir e participar do processo de transformação dos modos de pensar dos alunos, o que não exige a substituição do livro pelo computador, mas um trabalho conjunto, em que se preze sempre pela moderação. O sucesso do ensino da leitura na escola se dá à medida que transforma os modos dos alunos de ver a vida e de nela operar.

REFERÊNCIAS

ARENA, D. B. Considerações sobre o estatuto do leitor crítico. In: BARBOSA, R. L. L. (org.). *Formação de educadores: artes e técnicas – ciências e políticas*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004, v.1, p. 409 - 422.

_____. Nem hábito, nem gosto, nem prazer. In: MORTATTI, M. do R. L. (org.). *Atuação de professores: propostas para ação reflexiva no ensino fundamental*. Araraquara: JM Editora, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*; tradução Maria Ermantina Galvão G. Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*; tradução Michel Lahud & Yara Frateschi Viera. Editora Hucitec: São Paulo, 2003.

BERNARDES, A. S. & FERNANDES, O. P. A pesquisa escolar em tempos

de Internet. In: FREITAS, M. T. de A. & COSTA, S. R. *Leitura e escrita de adolescentes na Internet e na escola* (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CAVALLO, G. Entre volumen e codex: A leitura no mundo romano. In: CAVALLO G. & CHARTIER, R (orgs). *História da leitura no mundo ocidental*; trad. Fulvia M. L. Moretto (italiano); Guacira M. Machado (francês) e José Antonio de M. Soares (inglês) - vol. 1- São Paulo: Ática, 2002.

CAVALLO, G. & CHARTIER, R (orgs). *História da leitura no mundo ocidental*; trad. Fulvia M. L. Moretto (italiano); Guacira M. Machado (francês) e José Antonio de M. Soares (inglês)-vol. 1- São Paulo: Ática, 2002.

EISENSTEIN, E. L. *A revolução da cultura impressa: os primórdios da Europa moderna*. Tradução: Osvaldo Biato. São Paulo: Ática, 1998.

GEE, J. P. *Lo que nos enseñan los videojuegos sobre el aprendizaje y el alfabetismo*; traducción J. M. Pomares. Ediciones Aljibe: Archidona (Málaga), 2004.

JOHNSON, S. *Surpreendente!: a televisão e o videogame nos tornam mais inteligentes*; tradução Lucya Hellena Duarte. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LARROSA, J. *Os paradoxos da repetição e a diferença*. Notas sobre o comentário de texto a partir de Foucault, Bakhtin e Borges. In: ABREU, M. (org.). *Leitura, História e História da leitura*. Campinas: Mercados de Letras. São Paulo, 1999.

LÉVY, P. *O que é o virtual?*; tradução: Paulo Neves. São Paulo: Ed. 34, 1996.

MCKENZIE, D. F. *Bibliografía y sociología de los textos*. Traducción Fernando Bouza. Akal Ediciones: Madrid, 2005.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*; tradução Décio Pignatari. São Paulo: Editora Cultrix, 1969.

MORKES, J. & NIELSEN, J. *Applying writing guidelines to*

web pages. 1997. Disponível em: <<http://www.useit.com/papers/webwriting/rewriting.html>>. [Acesso em: 10 jul. 2007].

NIELSEN, J. *How users read on the web*. 1997. Disponível em: <<http://www.useit.com/alertbox/9710a.html>>. [Acesso em: 10 jul. 2007].

NIELSEN, J. & PERNICE, K. *Eyetracking research*. 2007. Disponível em: <<http://www.useit.com/eyetracking>>. [Acesso em: 10 jul. 2007].

NIELSEN, J. *F-Shaped Pattern For Reading Web Content*. 2006. Disponível em: <http://www.useit.com/alertbox/reading_pattern.html>. [Acesso em: 10 jul. 2007].

PARKERS, M. *Ler, escrever e interpretar o texto: práticas monásticas na Alta Idade Média*. In: CAVALLO, G. & CHARTIER, R. *História da leitura no mundo ocidental*, tradução Fúlvia L. Moretto. São Paulo: Ática, 2002. v.1.

SMITH, F. *Compreendendo a leitura: uma análise psicolingüística da leitura e do aprender a ler*; trad. Daise Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

ABORDAGEM DA MENOPAUSA EM REVISTAS DE ATUALIDADES

Isabel Cristina Gardenal de Arruda AMARAL[□]
Aarão Mendes PINTO-NETO^{□□}
Maria José Duarte OSIS^{□□□}

RESUMO

Esse é um estudo descritivo, realizado de junho de 2002 a maio de 2003, a partir de textos sobre a menopausa, a saúde da mulher e a saúde em geral, colhidos de três revistas e classificados em gêneros jornalísticos. A temática, dividida em categorias, foi inserida no *The Ethnograph 5.0*. O conteúdo foi avaliado em aspectos biológicos, socioculturais e psicológicos. Predominaram textos sobre saúde em geral, aspectos biológicos da menopausa, TRH como a categoria temática mais frequente e o gênero informativo.

[□]Mestre em Tocoginecologia na área de Ciências Biológicas (Faculdade de Ciências Médicas – Unicamp). Jornalista graduada (PUC-Campinas), com pós-graduação em Análise do Discurso pela mesma instituição. e-mail: bel@unicamp.br

^{□□}Professor titular em Ginecologia pelo Departamento de Tocoginecologia (FCM – Unicamp); Doutor, Mestre e Graduado pela mesma instituição. e-mail: aarao@unjcamp.br

^{□□□}Pesquisadora do Centro de Pesquisas em Saúde Reprodutiva de Campinas e professora colaboradora voluntária da pós-graduação em Tocoginecologia (FCM – Unicamp). Doutora em Saúde Pública (USP). Mestre em Antropologia Social e Graduada em Ciências Sociais (Unicamp). e-mail: mjosis@cemicamp.org.br

Palavras-chave: climatério; gênero; hormonoterapia; mito e mídia.

ABSTRACT

It is a descriptive study, undertaken from June 2002 to May 2003 based on articles about menopause, women's health and health in general, collected from three magazines and classified as journalistic genre. The topic, divided into categories, was inserted into The Ethnograph 5.0 program. The contents were evaluated in biological, socio-cultural and psychological aspects. The texts were mainly about health in general, biological aspects of the menopause, THR as the most frequent issue and informative style.

Key words: climacteric; gender; hormoneotherapy; myth and media.

INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, é inegável a atuação da mídia nas situações em que ocorre tomada de postura mais interpretativa e nem sempre imparcial (MARIANI, 1998). Muitos temas, em textos jornalísticos veiculados nos meios de comunicação, podem ser abordados superficialmente. Sendo a menopausa um dos temas tratados pela mídia, em particular por revistas de atualidades, a abordagem superficial pode impedir o leitor, a priori mulheres, de conhecer a sua saúde.

A menopausa, última menstruação, está contida no climatério - período de transição entre a fase reprodutiva e não-reprodutiva da mulher (OMS, 1981). Climatério tem origem no latim climaterium, empregado para qualquer época da vida considerada crítica, por se pensar que o organismo sofre transformações periodicamente (BIFFI, 1991). Na comunidade científica, climatério nomeia a vida da mulher dos 45 aos 60 anos. No senso comum, a palavra para designar esta fase é menopausa que, embora se refira unicamente à suspensão da menstruação, é mais difundida que climatério (LIMA, 1999).

A sociedade construiu estereótipos da mulher nessa fase da vida, inculcados pelos processos educativos. Esses estereótipos da mulher baseiam-se no valor do útil, do produtivo, e aliam-se a uma visão patriarcal da posição da mulher na sociedade. O valor dela está no cumprimento daquela que é considerada sua função por excelência: reprodutora da espécie. Então, o climatério, como a passagem da capacidade para a incapacidade de reproduzir, coloca a mulher de meia-idade no terreno social do declínio, do fim de carreira, da marginalidade (HARDY, ALVES, OSIS, 1992). Este é um dos mitos mais difundidos.

Outro mito é a menopausa vista como doença. Pesquisadores psicanalíticos referem-se à menopausa como um evento crítico para a mulher de meia-idade e um desafio à adaptação e aquisição de autoconfiança. Até mesmo a comunidade médica interpreta a menopausa como uma doença de deficiência hormonal e um evento de caráter negativo (OLIVEIRA, 1992).

Mas, apesar de um ranço negativo da menopausa na cultura brasileira, a partir da década de 90, ela passa a receber atenção crescente, especialmente entre os profissionais da área da saúde, que veem crescer a demanda de informações a respeito do assunto. O aumento dessa demanda por informação indica o quanto o processo da menopausa gera dúvidas com as quais o profissional da saúde, seja ele médico, psicólogo, enfermeiro, fisioterapeuta, assistente social ou outro, acabará por se defrontar. Há uma quase unanimidade na literatura sobre menopausa quanto a considerar que o interesse pelo tema se deva ao aumento acentuado do número de mulheres em processo de menopausa no mundo. Só muito recentemente a expectativa de vida das mulheres ultrapassou os 50 anos no Brasil. Considerando-se que esta é a média etária de ocorrência da menopausa e que hoje a expectativa de vida gira em torno dos 70 ou 80 anos, é de se esperar que, para um número cada vez maior de mulheres, a vida continuará por um bom período de tempo após a menopausa. Daí o interesse em conhecer esse processo (SOUZA, DIKSZTEJN, HORI, 1999).

O aumento da expectativa de vida das mulheres passou de 71,7 anos em 1997 para 72,5 anos em 2000 e, o seu crescimento proporcional, de 40 anos ou mais no período compreendido entre 1991 e 2000. Frente a estes dados, os profissionais e os sistemas de saúde precisam se preocupar

em se preparar para o atendimento desta importante parcela da população, para que as mulheres possam ter não somente mais anos de vida e sim mais vida com qualidade e saúde, uma vez que é clara a feminilização do envelhecimento no Brasil (PINTO-NETO, PAIVA, FONSECHI-CARVASAN, 2003).

Lamentavelmente, as mulheres ainda têm pouco acesso a informações especializadas em saúde fora do âmbito dos atendimentos médicos. Um estudo feito em Campinas, São Paulo, com 456 mulheres de 45 a 60 anos, mostrou que médicos e serviços de saúde (40,1%) são os principais responsáveis pelos esclarecimentos sobre a menopausa. Cerca de um quarto das mulheres na pré-menopausa relatou obter informações de amigos ou parentes. Rádio e televisão foram mais citados como fonte na pré-menopausa (9,4%). Com relação às revistas, jornais e livros, foram citados por apenas 8,3% da população das classes sociais D e E, indicando que tais veículos são mais dirigidos às classes A e B (29,7%). Se somados rádio, televisão, revistas, jornais e livros, estes veículos ficam atrás somente das fontes médicas e serviços de saúde, o que indicaria a mídia como uma fonte importante de informação sobre a menopausa, embora 20% das mulheres entrevistadas nunca tenham recebido informações sobre o tema (CAMPANA, 2001).

Levando-se em conta que a menopausa atinge mais da metade da população brasileira – são cerca de 80 milhões de mulheres, umas que já passaram da idade reprodutiva e outras que passarão por essa experiência (IBGE, 1996) [1] – torna-se relevante a sua abordagem responsável pelos meios de comunicação com a finalidade de esclarecer a população, mesmo diante dos reconhecidos fatores limitantes ao acesso às informações escritas, entre eles, nível educacional, etnia e estrato social (CALDAS, 2002).

Não estão disponíveis informações sistemáticas a respeito da frequência e da maneira como a menopausa tem sido mostrada pela mídia em geral. Neste trabalho são apresentados resultados de um estudo que teve como objetivo avaliar a abordagem da menopausa em textos que se referiram exclusivamente a ela e comparar a sua quantidade em relação aos textos sobre saúde da mulher e saúde em geral, veiculados em revistas de atualidades.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi de caráter descritivo. Foram selecionados 112 exemplares de três revistas de atualidades de grande circulação durante o período de junho de 2002 a maio de 2003. A escolha das revistas baseou-se em sua maior representatividade em seus segmentos como amostras nacional (*Veja*), feminina (*Claudia*) e regional (*Metrópole*, da região de Campinas). A definição do período estudado foi influenciada pelo fato de no mês de julho de 2002 ter surgido uma polêmica sobre a associação entre terapia de reposição hormonal e casos de câncer de mama e de doença.

A escolha das revistas levou em consideração a sua relevância nos cenários de circulação. Lançada em 1968, a *Veja* – da Editora Abril – é a maior revista semanal de atualidades, a mais lida no País e a quarta revista mais vendida no mundo. Circula com tiragem de 1.205.350 exemplares. O perfil predominante se situa na faixa etária entre 18 e 49 anos, em 66%; em relação ao sexo, o feminino (51%) aparece quase equiparado ao masculino (49%); e, em relação à classe social, 41% pertencem à B, 26% à A e 23% à C (EDITORA ABRIL, 2004a) [2].

A *Claudia*, lançada em 1961, é a maior revista de atualidades dedicada ao público feminino do Brasil, também da Editora Abril. Circula mensalmente com uma tiragem de 473.085 exemplares. Tem como leitor predominante, pessoas na faixa etária entre 18 e 39 anos, em 52%; do sexo feminino em 86%; e, quanto à distribuição por classe social, 45% pertencem à B, 27% à C e 21% à A (EDITORA ABRIL, 2004b) [3].

Já a *Metrópole*, lançada em 1997, é uma revista semanal de variedades que circula aos domingos, encartada no Jornal *Correio Popular*, da Rede Anhangüera de Comunicação (RAC). Sua tiragem média é de 55.000 exemplares. O perfil do leitor da revista *Metrópole*, segundo a classe social, é de 32% na classe A, 28% na B, 16% da C e 4% de outras. Quanto à faixa etária, predomina a de 45 a 64 anos em 25%, vindo depois a de 25 a 34 anos em 22%, de 18 a 24 anos em 21%, de 35 a 44 anos em 18%, acima de 65 em 10% e de 10 a 17 anos em 4%. O sexo feminino é o que mais lê a revista (52%) (REDE ANHANGUERA DE COMUNICAÇÃO – RAC, 2004) [4].

A coleta dos dados foi feita pela pesquisadora principal e consistiu, primeiramente, na transcrição dos textos para arquivos em Microsoft Word 2002. A seguir, cada texto foi lido e as alusões aos temas menopausa, saúde da mulher e saúde em geral foram anotadas manualmente em fichas. Foram quantificados os textos sobre a menopausa registrados nas revistas em relação aos textos que tratavam da saúde da mulher e da saúde em geral. Na segunda etapa, os textos foram classificados segundo o gênero jornalístico em informativos/opinativos (MELO, 1985). Os textos classificados como informativos podiam ser:

- nota: conteúdo mais sintético que as notícias;
- notícia: puro registro dos fatos, sem comentário nem interpretação;
- reportagem: relato do acontecimento feito pelo jornalista que tenha estado no local em que o fato ocorreu ou que tenha apurado as informações;
- entrevista: diálogo entre o jornalista e o personagem da notícia.

Já os textos opinativos podiam estar representados por:

- editorial: texto em que o veículo em questão exprime formalmente suas opiniões;
- comentário: artigo com carga interpretativa;
- artigo: texto interpretativo ou opinativo do autor, que deve ser sempre assinado;
- coluna: espaço usualmente reservado a um colunista;
- crônica: seção ou texto através do qual o autor trata de assuntos cotidianos de maneira mais literária;
- caricatura: ilustração de personagens que repercutem o momento dos acontecimentos;
- carta: conteúdo gerado pelo leitor ou coletividade em espaço reservado para opiniões.

Depois dessa classificação, somente os textos que abordaram a menopausa foram considerados para posterior análise temática. Nessa etapa, os textos acerca da menopausa, foram inseridos no software *The Ethnograph 5.0* (SEIDEL, 1998).

Seguindo orientações de MINAYO (1993), a análise das transcrições ocorreu mediante leitura dos textos em busca de temas significativos e identificação das unidades de significado. Para Minayo, unidade de significado denota os valores de referência e os modelos de comportamento no discurso. Através da identificação dessas unidades, foi proposto um conjunto de categorias de análise para o material em estudo: TRH (terapia de reposição hormonal), câncer de mama, doença cardíaca, envelhecimento, osteoporose, sintomas, depressão, pele e sexo-libido. Depois de definir este conjunto de categorias, os textos foram relidos, e se codificaram as porções de texto que se referiam a cada categoria.

Usando os procedimentos de busca do programa, foram reunidas as porções de texto que correspondiam a cada categoria de análise, para avaliar seu conteúdo temático. Finalmente, conforme as categorias de análise que surgiram nos textos, eles foram classificados conforme os aspectos biológicos, socioculturais e psicológicos tratados.

Neste estudo, não foram utilizados seres humanos como sujeitos de pesquisa. Os dados foram extraídos dos textos jornalísticos, que contêm informações já difundidas e, portanto, de domínio público. O protocolo da pesquisa foi aprovado pela Comissão de Pesquisa do Departamento de Tocoginecologia e pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas.

RESULTADOS

De um universo de 112 exemplares das revistas selecionadas, 81 mencionaram pelo menos um dos temas que se constituíram objeto do estudo e 31 não os mencionaram. Do total de 384 textos abordando os temas, a menopausa foi referida em 20 deles, a saúde da mulher em 52 e a saúde em geral em 312. Foram registrados 383 textos informativos que abordaram a menopausa, a saúde da mulher e a saúde em geral nas três revistas, distribuídos entre 201 notas, 109 notícias, 63 repórtagens e dez entrevistas; o único texto opinativo encontrado foi um comentário (Vide Tabela 1)

Os 259 textos da revista *Veja* sobre menopausa, saúde da mulher e saúde em geral, segundo o gênero informativo, totalizaram 132 notas, 87

notícias, 33 reportagens e sete entrevistas. A revista registrou 17 textos (6,5%) sobre a menopausa, 23 (8,9%) sobre saúde da mulher e 219 (84,6%) sobre saúde em geral (Vide Tabela 1).

A distribuição dos 103 textos na revista *Claudia*, em relação aos temas de interesse e quanto ao gênero informativo, somou 68 notas, 22 notícias, dez reportagens e três entrevistas. A revista registrou 77 textos (74,7%) sobre saúde em geral, 24 (23,3%) sobre saúde da mulher e dois textos (2,0%) sobre menopausa (Vide Tabela 1).

Os 21 textos na revista *Metrópole*, sobre os temas de interesse e quanto ao gênero informativo, foram uma nota e 20 reportagens. A *Metrópole* registrou 16 textos (76,2%) sobre saúde em geral, quatro (19,0%) sobre saúde da mulher e um (4,8%) sobre menopausa.

Tabela 1:

Distribuição de textos sobre menopausa, saúde da mulher e saúde em geral das revistas *Veja*, *Claudia* e *Metrópole* de junho/2002 a maio/2003

Revistas Gêneros Jornalísticos	Veja			Metrópole			Claudia			Total
	MEN	SM	SG	MEN	SM	SG	MEN	SM	SG	
Opinativo										
Editorial										-
Comentário								1		1
Artigo										-
Resenha										-
Coluna										-
Crônica										-
Total	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Informativo										
Nota	5	16	111			1		18	50	201
Notícia	7	7	73				2	2	18	109
Reportagem	5		28	1	4	15		3	7	63
Entrevista			7					1	2	10
Total	17	23	219	1	4	16	2	24	77	383

MEN: Menopausa

SM: Saúde da Mulher

SG: Saúde em Geral

Quando se avaliaram apenas os textos jornalísticos relacionados à menopausa, verificou-se que os aspectos mais abordados foram os biológicos (37), relacionados à TRH, câncer de mama, doença cardíaca, envelhecimento, osteoporose e pele.

Tabela 2:

Aspectos biológicos nos textos sobre menopausa veiculados nas revistas <i>Veja</i> , <i>Claudia</i> e <i>Metrópole</i> no período de junho/2002 a maio/2003				
Aspectos Biológicos	<i>Veja</i>	<i>Claudia</i>	<i>Metrópole</i>	Total
TRH	12	1		13
Câncer de mama	6	1		7
Doença cardíaca	4	1	1	6
Envelhecimento	4	1		5
Osteoporose	4	1		5
Pele	1			1
Total	31	5	1	37

Em seguida apareceram os aspectos socioculturais (cinco), com as categorias sexo-libido e sintomas; três textos abordavam os aspectos psicológicos, tratando da categoria depressão.

Tabela 3:

Aspectos socioculturais e psicológicos nos textos sobre menopausa veiculados nas revistas <i>Veja</i> , <i>Claudia</i> e <i>Metrópole</i> no período de junho/2002 a maio/2003				
Aspectos Socioculturais	<i>Veja</i>	<i>Claudia</i>	<i>Metrópole</i>	Total
Sintomas	2	2		4
Sexo-libido		1		1
Aspectos Psicológicos				-
Depressão	2	1		3
Total	4	4	-	8

As categorias encontradas nos textos sobre a menopausa foram observadas de acordo com sua frequência, em números absolutos. No total, a TRH foi citada 34 vezes, o câncer de mama 24, a doença cardíaca 17, o envelhecimento cinco, a osteoporose cinco, os sintomas quatro, a depressão três, a pele uma e o sexo-libido uma.

Tabela 4:

Frequência absoluta de categorias de análise para a menopausa nas revistas <i>Veja</i> , <i>Claudia</i> e <i>Metrópole</i>				
Categorias	<i>Veja</i>	<i>Claudia</i>	<i>Metrópole</i>	Total
TRH	28	6		34
Câncer de mama	22	2		24
Doença cardíaca	13	3	1	17
Envelhecimento	4	1		5
Osteoporose	4	1		5
Sintomas	2	2		4
Depressão	2	1		3
Pele	1			1
Sexo-libido		1		1
Total	76	17	1	94

A seguir, será apresentada uma breve descrição dos achados em cada categoria de análise identificada no conjunto dos textos sobre menopausa.

- *TRH*

Os textos analisados em geral ressaltaram as relações entre a TRH e a manutenção das funções hormonais e o bem-estar físico e mental.

- *Câncer de mama*

Referiram-se às possíveis associações entre a TRH e o câncer de mama para as usuárias de comprimidos à base de estrógeno e progesterona vendidos no Brasil. Avaliaram a ingestão de alimentos funcionais para a redução do câncer de mama, o uso de hormônios sintéticos, as isoflavonas como tratamento alternativo à reposição hormonal e a ligação entre a angústia e o câncer de mama.

- *Doença cardíaca*

Os textos referiram-se ao uso da TRH associado ao aumento do risco de doenças cardiovasculares.

- *Envelhecimento*

Abordaram-se os resultados de pesquisas que relacionam o uso de hormônios pelas mulheres com o envelhecimento: na vida sexual, para

evitar o alto colesterol e na prevenção de doenças emergentes na pós-menopausa.

- *Osteoporose*

Os textos trataram dos benefícios da TRH para proteger os ossos e a chegada de um novo medicamento ao mercado brasileiro (capaz de auxiliar na reconstrução dos ossos e na diminuição de fraturas).

- *Pele*

Um único texto fez menção a problemas na pele, decorrentes da diminuição dos hormônios sexuais. Indicava-se a TRH como alternativa para melhorar a qualidade da pele.

- *Depressão*

Os textos abordaram os sintomas da depressão, os benefícios da ioga para a diminuição dos sintomas da menopausa, a relação da depressão com a menopausa precoce a partir de um histórico de depressões profundas ao longo da vida e do uso de drogas antidepressivas.

- *Sexo-libido*

Um único texto relatou uma pesquisa apontando que a ioga revitaliza a produção de estrógeno, de progesterona e de outros hormônios, o que seria importante para aumentar o desejo sexual.

- *Sintomas*

Os textos referiram-se a estudos que mostravam associação entre o uso da TRH e o combate a sintomas da menopausa como oscilações de humor, ondas de calor, falta de viço da pele, ressecamento vaginal, depressão, insônia, diminuição da libido, cabelos ásperos, irritabilidade, além de evitar problemas cardíacos e casos agudos de tensão pré-menstrual.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados apresentados trazem a constatação de que o tema “menopausa” é pouco difundido pelas revistas de atualidades. Apesar da potencial relevância do tema para a sociedade, e mesmo no auge de uma

polêmica levantada pela própria imprensa em julho 2002 de que a reposição hormonal ampliava os riscos de ocorrência de doenças cardiovasculares e de câncer de mama nas mulheres, a menopausa não ganhou espaço privilegiado nas revistas de atualidades, ao longo de um ano de avaliação.

As amostras diferentes das revistas foram selecionadas propositalmente para verificar comportamentos segmentados. A amostra nacional (*Veja*) foi a que deu melhor conta de atualizar os conhecimentos sobre a menopausa no período estudado, em particular com o surgimento da polêmica da TRH e a interrupção do maior estudo acerca do tema. A revista regional, a *Metrópole*, não deu destaque à menopausa no período de 2002 a 2003, tarefa possivelmente assumida por outras mídias. Na efervescência da polêmica da TRH, as mulheres que compraram revista, para conhecer o teor da pesquisa interrompida, não o encontraram. Maior estranheza causou a revista *Claudia* que, não obstante ser dirigida a um público-alvo feminino, apenas incluiu dois textos sobre a menopausa, no período de um ano, em contraste com os 77 textos sobre saúde em geral e os 25 de saúde da mulher.

Outro aspecto que também indica uma menor valorização do tema menopausa pela mídia é o fato dos textos sobre esse tema terem se revestido de um caráter quase exclusivamente informativo. Este tipo de texto é, de fato, uma das características da mídia impressa, sobretudo das revistas de atualidades. Contudo, os textos sobre a menopausa observados neste trabalho praticamente não enfatizaram a interpretação, uma das pilastras dos periódicos, juntamente com o diagnóstico dos fatos e a investigação. Além disso, observou-se a predominância do gênero jornalístico “nota”, o que indica uma abordagem mais superficial. No outro extremo estão as reportagens, que traduzem o estilo mais aprimorado do jornalismo, envolvendo um processo mais exigente que começa com o levantamento de informações junto às fontes, passando para a sugestão de pauta, realização da entrevista, apuração dos fatos, composição do texto e da página até sua distribuição.

A constatação do pouco espaço ocupado pelo tema da menopausa nessas revistas e da abordagem mais superficial leva a discutir os entraves que temáticas femininas ainda encontram para serem veiculadas na mídia, mesmo em revistas dirigidas a este público. Não se pode deixar de apontar

a questão de gênero como um forte determinante do pouco destaque observado bem como dos enfoques preconceituosos (LOURO, 1995).

Vale lembrar que na medicina, a própria existência normal da mulher já as confundia com seres doentes, sendo chamadas de “patologias ambulantes”. Isso em função dos fenômenos que transformavam sua vida, como a gravidez ou as hemorragias periódicas. O curioso é que estes processos se davam dentro de uma ordem. Afinal, a própria menstruação era chamada de “regras” e indicava o estado de saúde da mulher. Mas esta ordem parecia estranha e bizarra, difícil de compreender. Por isso, as mulheres eram representadas como seres ambíguos (PETER, 1980, p.79).

No caso da menopausa, o termo é usado em diálogos pejorativamente, referindo-se às variações de comportamento da mulher, ao passo que na andropausa, correspondente à menopausa no sexo masculino, o assunto é silenciado, apesar de também representar algumas alterações hormonais para o homem. Silenciar sobre algo pode significar desconhecer e/ou não reconhecer sua existência social. Já a superexposição pode ser operada para esconder um outro a quem não se quer (ou não interessa) dar existência (RUBIN, 1995).

Outro achado que merece consideração é o fato de que os aspectos biológicos do tema menopausa suplantaram, com vantagem, os aspectos socioculturais e os psicológicos, o que permite concluir que a menopausa tem sido analisada mais a partir de um enfoque biomédico. Neste sentido, é entendida no contexto de uma transição do corpo feminino, associando-a ao declínio físico e vinculando-a ao início do envelhecimento (REIS, 2002).

Na perspectiva biomédica, a menopausa passou a ser considerada um processo patológico, uma endocrinopatia. A vigência desta concepção tem como marco sua inclusão, em 1977, no manual de Classificação Internacional de Doenças (CID). Historicamente, porém, a definição de menopausa, a partir dos saberes biomédicos, sofreu alterações significativas. No século XIX, os textos médicos ocidentais definiam a menopausa como um problema que causava doenças; no início do século XX, a menopausa passa a ser vista como uma doença (*disease*). Nas décadas de 60 e 70, alguns textos médicos aventavam a possibilidade da menopausa ser um

fenômeno *mind over matter*, mais que um evento fisiológico (REIS, 2002). Mais recentemente, é considerada uma síndrome climatérica, reunindo um conjunto de sinais e sintomas ligados à diminuição dos níveis de estrógeno.

É preciso considerar que o entendimento biomédico sobre o climatério/menopausa é parte de um contexto mais amplo, inclusive psicológico. Apesar disso, estudos que tragam esta visão do processo ainda são escassos. Falta uma descrição do tema pelas próprias mulheres envolvidas na menopausa, que poderia fornecer informações sobre os aspectos emocionais (SOUZA, DIKSZTEJN, HORI, 1999).

Outros conceitos, amparados em disciplinas como a antropologia, apontam ainda que a menopausa traça uma associação entre a vida procriativa da mulher e o início do envelhecimento. Neste caso, envelhecimento relaciona-se a um processo de perda ou redução das atribuições tradicionais à posição das mulheres, centradas na capacidade de sedução, na beleza etc. Estes atributos caracterizam positivamente, no caso das sociedades ocidentais contemporâneas, o papel social das mulheres. A cessação dos fluxos menstruais vem representar, portanto, uma marca de alteração negativa da “feminilidade” (REIS, 2002).

Diante da amplitude do tema e da falta de uma cultura holística sobre esse conhecimento até o momento, as revistas permanecem reproduzindo a perspectiva biomédica quase tão-somente. Transmitem a visão sobre as causas biológicas e suas conseqüências físicas, além de apresentá-la como um problema individual, o mesmo sucedendo com o tratamento (MERCADO, 1996).

Convém ainda fazer algumas considerações sobre a TRH ter sido a categoria temática mais freqüente nos textos estudados. Genericamente, constatou-se que sua abordagem foi feita superficialmente nas revistas. O tema ganhou profundidade à medida que as opiniões médicas divergiram. Mas a reação foi desproporcional à gravidade dos resultados.

Na mídia, generalizaram-se os riscos da TRH, mas omitiu-se, ou quase não se falou, que a reposição estudada pelos americanos era apenas a realizada com um determinado medicamento e que existe a opção de muitos outros tipos de reposição hormonal com doses padronizadas. Além disso, não se falou que, embora o estudo tivesse sido projetado para mulheres

sadias, 7,7% tinham doença coronariana prévia. Também a média de idade (63,2 anos) das pacientes estudadas esteve acima da habitual, sendo que a idade é um fator fundamental de risco para doenças cardiovasculares e que nesta faixa etária o risco foi considerado moderado (SÁ e SILVA, 2004).

De igual forma, não se falou que, usada com parcimônia, a TRH poderia ser segura. Os benefícios melhor estudados e descritos pelo uso da terapia são o alívio da sintomatologia vasomotora e da alteração do sono, prevenção e tratamento da osteoporose (e fraturas), tratamento da atrofia urogenital, bem como melhora da qualidade de vida (OSÓRIO-WENDER e CAMPOS, 2004).

O mito da neutralidade da linguagem, do fim de carreira e da velhice, além da menopausa vista como patologia, aqui mencionados, interferem profundamente na visão dos fatos e desencorajam as atitudes de mudança. A mídia tem um compromisso social com a verdade. Sendo ela portadora de informações distorcidas, à população será negado o acesso ao mundo. De acordo com LAFER (1991), o direito à informação é uma liberdade democrática que permite uma autônoma e igualitária participação dos indivíduos na esfera pública.

Percebe-se, portanto, que o tema da menopausa, além de pouco abordado e de maneira mais superficial, também tem sido socialmente construído pelas revistas de atualidade com marcas fortemente negativas e depreciativas para as mulheres. Isto pode significar que as leitoras dessas revistas não estejam sendo, de fato, estimuladas a uma participação autônoma e igualitária na sociedade, para o quê, potencialmente, a informação adequada sobre o tema poderia contribuir. Entretanto, para saber se assim é, seria necessário desenvolver “estudos de recepção”.

Esses designam processos de pesquisa que buscam conhecer como as pessoas recebem e o que fazem com as mensagens que lhes são destinadas através dos meios de comunicação. Entretanto, no campo da saúde, ainda é bastante tímida a presença dos estudos avaliativos da comunicação com a população, como os “estudos de recepção”. Embora haja uma permanente preocupação com a eficácia e o papel que os meios de comunicação cumprem no conjunto das ações de saúde, não se observa, no mesmo grau que em outros temas, questionamentos críticos ou experiências inovadoras

(ARAÚJO e JORDÃO, 1995). Tais avaliações, portanto, colocam-se como uma necessidade de pesquisa em relação a como as mulheres vivenciam a menopausa, como parte essencial da abordagem de atenção integral à saúde das mulheres.

Os resultados encontrados no presente estudo poderão contribuir para que a divulgação de conteúdos sobre a menopausa em revistas seja mais esclarecedora, já que o assunto reveste-se de importância para o avanço da ciência e deve interessar às mulheres, médicos, família, governo e setores públicos que tenham como foco a saúde, particularmente a feminina – uma amostra representativa da população geral.

NOTAS

- [1] Conforme dados disponíveis em: <http://www.aids.gov.br/c-geral/ong/item02htm>
[2] Dados disponíveis em: <http://publicidade.abril.com.br/homes.php?MARCA=47>
[3] Dados disponíveis em, <http://publicidade.abril.com.br/homes.php?MARCA=13>
[4] Dados disponíveis em: <http://www.rac.com.br/metropoleproduto.asp?top>

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inesita; JORDÃO, Eduardo. Velhos dilemas, novos enfoques: uma contribuição para o debate sobre estudos de recepção. In: PITTA, Áurea M. da Rocha (org.). *Saúde & comunicação – visibilidades e silêncios*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1995.
- BIFFI, E.F.A. *O fenômeno menopausa: uma perspectiva de compreensão* [Dissertação de Mestrado]. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, 1991.
- CALDAS, Maria das Graças Conde. *Política de C&T, mídia e sociedade*. Rev. Comunicarte, v. 19, p.135, 2002.
- CAMPANA, Luís Otávio. *Conhecimento sobre a menopausa e seu tratamento de acordo com o estado menopausal e estrato social: análise de inquérito populacional domiciliar em mulheres climatéricas do município de Campinas* [Dissertação de Mestrado]. Campinas: Faculdade de Ciências

Médicas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

EDITORA ABRIL. Levantamento do XLVI Estudos Marplan Consolidado 2004. *Perfil do leitor da revista Veja*. Disponível em: <<http://publicidade.abril.com.br/homes.php?MARCA=47>>. [Acesso em: 01 nov. 2004a].

EDITORA ABRIL. Levantamento do XLVI Estudos Marplan Consolidado 2004. *Perfil do leitor da revista Claudia*. Disponível em: <<http://publicidade.abril.com.br/homes.php?MARCA=13>>. [Acesso em: 01 nov. 2004b].

HARDY, Ellen; ALVES, Graciana; OSIS, Maria José Duarte. *Climatério: implicações sociais*. *Femina*, v. 20, p.313-20, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico de 1996. Apresenta o perfil das mulheres brasileiras*. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/c-geral/ong/item02htm>>. [Acesso em: 02 set. 2002].

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

LIMA, J.V. *Vivenciando a inexorabilidade do tempo e as suas mudanças com perdas e possibilidades: a mulher na fase do climatério* [Tese de Doutorado]. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, 1999.

LOURO, G.L. *Gênero, história e educação: construção e desconstrução*. *Educ. Real.*, v. 20, p.101, 1995.

MARIANI, Bethania. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais – 1922-1989*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MERCADO, Francisco. *Entre el infierno y la gloria. La experiencia de la enfermedad crónica em um barrio urbano*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 1996.

MINAYO, M.C.S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

OLIVEIRA, M.C.F.A. *As mulheres, os hormônios!* Revista Brasileira de

Estudos Populacionais, v. 9, p.184-188, 1992.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Report of a WHO scientific group: research on menopause*. Genebra: WHO Technical Report Series, 1981.

OSÓRIO-WENDER, M.C.; CAMPOS, L.S. *Benefícios definidos da TH*. In: Fernandes CE, organizador. *Controvérsias da terapêutica hormonal (TH) na mulher climatérica*. São Paulo: Medcomm, 2004.

PETER, J. *Les médecins e les femmes*. Paris: Fayard, 1980.

PINTO-NETO, Aarão Mendes; PAIVA, Lúcia Helena Simões da Costa, FONSECHI-CARVASAN, G.A. Climatério: epidemiologia. In: FERNANDES, C.E. (org.). *Menopausa – diagnóstico e tratamento*. São Paulo: Editora Segmento, 2003.

REDE ANHANGUERA DE COMUNICAÇÃO. *Perfil do leitor da revista Metrópole*. Disponível em: <http://www.rac.com.br/metropole_produto.asp?top=metropole>. Acesso em 01 nov. 2004.

REIS, Ana Paula. Inscrições corporais e menopausa: signos da meia-idade numa perspectiva antropológica. In: BARBOSA, R.M.; AQUINO, E.M.L.; HEILBORN, M.L.; BERQUÓ, E. (orgs.). *Interfaces: gênero, sexualidade e saúde reprodutiva*. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

RUBIN, Antônio Albino Canelas. Mídia, política e democracia. In: PITTA, A.M.R. (org.). *Saúde & Comunicação – visibilidades e silêncios*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1995.

SÁ, Marcos Felipe; SILVA, A.C.J.S.R. Análise crítica de estudos controlados sobre os efeitos da TH em mulheres climatéricas. In: FERNANDES, C.E. (org.). *Controvérsias da terapêutica hormonal (TH) na mulher climatérica*. São Paulo: Medcomm, 2004.

SEIDEL, John. *The Ethnograph* [programa de computador]. Version 5.0. Salt Lake City UT: Qualis Research Associates, 1998.

SOUZA, C.L.; DIKSZTEJN, R.; HORI, F.L.B. *Um olhar psicológico sobre a menopausa*. Revista Brasileira de Medicina, v. 59, p.20-22, 1999.

A ENTREVISTA DIALÓGICA NO FILME “O FIM E O PRINCÍPIO”, DE EDUARDO COUTINHO

Marta Regina MAIA^o
Thales Vilela LELO^{oo}

RESUMO

Este artigo pretende analisar a relação dialógica presente na construção do documentário “O fim e o princípio” (2005), de Eduardo Coutinho, que realizou este trabalho sem nenhum tipo de pesquisa prévia, sem nenhuma locação definida ou personagem escolhida; somente com o intuito de conhecer um pouco mais o sertão do estado da Paraíba, por intermédio de algumas comunidades rurais. Para se pensar o dialogismo presente neste documentário, foram mapeados, por intermédio da decupagem do mesmo, os diversos diálogos existentes, tendo claro que não é possível apreender a totalidade dos sentidos dos discursos construídos socialmente. Serão ainda analisados alguns aspectos da memória coletiva do povoado de Araçás a partir

^oProfessora Adjunta do curso de Comunicação Social – Jornalismo (Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP). Doutora em Ciências da Comunicação (ECA-USP) e Mestre em Filosofia da Educação (Unimep).

^{oo}Graduando em Comunicação Social – Jornalismo (Universidade Federal de Ouro Preto/UFOP) e bolsista de Iniciação Científica do CNPq.

do relato oral dos anônimos entrevistados. Com a ajuda da moradora Rosa, que traça um mapa do vilarejo e enumera seus moradores, o cineasta vai à procura de histórias do cotidiano, captando através da entrevista focada no diálogo, a história oral das gerações que habitaram aquela região. Transformando as vozes dos moradores nas principais fontes de informação para a construção e desenvolvimento do trabalho, Coutinho tem como objetivo mergulhar na cultura dos sertanejos, na experiência cotidiana, buscando sempre afastar-se de preconceitos ou juízos de valor e estando atento para a relação proximidade/distância com os entrevistados.

Palavras-chave: Dialogismo; linguagem; fontes; entrevista; Eduardo Coutinho.

ABSTRACT

This article aims to analyze the dialogic relationship in the construction of the documentary "O Fim e o Princípio" (2005), directed by Eduardo Coutinho, who has done this work without any prior research, no lease or character set chosen, only in order to learn more about the interior of the state of Paraíba, through some rural communities. To think about dialogism in this documentary, were mapped, having in mind through its shooting script various existing dialogues, that the full sense of socially constructed discourses cannot be grasped. Some aspects of the collective memory of the village Araçás will also be analyzed from the oral report of anonymous interviewed. With the help of Rosa, a resident who draws a map of the village and lists its residents, the filmmaker goes in search of stories of everyday life, picking through the interview focused on dialogue, the oral history of the generations that inhabited this region. Transforming the voices of the residents in the main information sources for the construction and development of this work, Coutinho aims to dip in the culture of the country people in their everyday experience, always searching to move away from

prejudices or value judgments and paying attention to the close/distante relationship with the interviewees.

Key words: *Dialogism; language; sources; interview; Eduardo Coutinho.*

INTRODUÇÃO

O Brasil das décadas de 1980, 1990 e início deste século XXI têm uma marca essencial no campo das mediações que é a elevada produção de documentários que emergiram a partir do chamado "cinema-verdade". Ao lado desse crescimento exponencial o documentarista Eduardo Coutinho mantém uma trajetória permeado pela experimentação e pela busca das raízes dialógicas. É o que ocorre em "O Fim e o Princípio", lançado em 2005 e produzido por Maurício Andrade Ramos, Eduardo Coutinho e João Moreira Salles, com direção de Coutinho. O filme é uma experiência inaugural na carreira do diretor, e o *take* inicial, com voz em *off* do mesmo, resume bem a proposta do projeto:

Vimos à Paraíba pra tentar fazer, em quatro semanas, um filme sem nenhum tipo de pesquisa prévia, nenhum tema em particular, nenhuma locação em particular. Queremos achar uma comunidade rural de que a gente goste e que nos aceite. Pode ser que a gente não ache logo e continue a procura em outros sítios e povoados. Talvez a gente não ache nenhum e aí o filme se torne essa procura de uma locação, de um tema e, sobretudo, de personagens.

Nossa única pesquisa prévia foi de hospedagem. Segundo o guia turístico, em São João do Rio do Peixe havia um bom hotel, por isso iniciamos nossa busca nesse município.

Na noite anterior ao início das filmagens, a diretora de produção Raquel João Grande fez contatos com o próprio hotel pra tentar encontrar algum agente da Pastoral da Criança, e a gente sabia que, por força do seu trabalho, devia conhecer bem todos os povoados e sítios do município. Foi assim que Raquel chegou ao nome de Rosilene Batista, a Rosa, que morava no sítio de Araçás a seis quilômetros da cidade. A gente chegou lá sem avisar porque, no sítio não tinha telefone. (DEPOIMENTO)

A busca pelo outro é o marco inicial na construção do documentário, é a base que irá estruturar toda a sequência a ser desenvolvida. E o contato inicial é de suma importância na medida em que aquilo que se pretende registrar tem como mote a relação que se estabelece no encontro, sem a preocupação direta com o resultado. Como diz Eduardo Coutinho:

Os filmes vão ser sempre isso. Esse encontro é que é sagrado. O assunto pode ser religião, lixo, ou o que quiser, mas o encontro é que é o xis. Desse encontro ou se tem filme ou não se tem filme (FILÉ, s/d).

Atento ao fato de que não é possível eliminar as distâncias existentes entre ele e seus personagens, não só pelas diferenças sociais, culturais e econômicas, mas pelo simples aspecto de que possuir o poder da câmera é uma condição autoritária que já de início cria uma barreira entre a possibilidade de uma igualdade entre documentarista e documentado, o diretor considera como fundamental preservar as distâncias. Segundo ele, “você não pode estar muito próximo nem muito distante” (FILÉ, s/d), já que, independente do modo como esteja vestido ou se apresente, a utópica igualdade nas filmagens não será criada. Consciente destas condições iniciais, a proposta de entrevista dialógica – que é o pilar principal na estruturação do filme - só será atingida se o entrevistador estiver realmente disposto a realizar um “mergulho no outro”. Dadas estas condições, se faz necessário um estudo mais aprofundado sobre como se fundamenta o diálogo em suas fundações.

O DIÁLOGO

Paulo Freire (1982) vê o diálogo como o pronunciar o mundo. Segundo o autor, sendo este diálogo o encontro de quem solidariza o refletir e o agir, não há como admitir que ele se reduza a ao processo onde um determinado sujeito se coloca na posição de depositar idéias em outro. Também não uma simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes ou uma discussão polêmica entre sujeitos que não aspiram ao comprometimento com esta pronúncia do mundo, mas sim com impor uma opinião. Através de um diálogo entre indivíduos que contribuam mutuamente, o homem pode modificar a si mesmo e ao mundo, e essa

modificação só pode ocorrer – como levantado por Edgar Morin - na medida em que o sujeito entende que sua individualidade é aquilo que há de “mais emancipado e dependente em relação à sociedade. O desenvolvimento e manutenção da autonomia estão ligados a um número enorme de dependências educativas, culturais e técnicas” (MORIN apud CONTRERA, 2002, p.40), ou seja, o caminho para a construção do eu só é possível enquanto este eu estiver aberto a uma ligação de interdependência com o outro, pois, como afirma o etólogo B.Cyrulnik, “não pertencer a ninguém é não se tornar ninguém” (CYRULNIK apud CONTRERA, 2002, p.42).

O diálogo, analisado sob estas perspectivas, se constitui como um marcante traço do desejo de estabelecer os vínculos que se manifestam no reconhecimento da importância do TU para o desenvolvimento do EU. Martin Bubber (1977) avança nesta linha propondo que o EU sem o TU seria pura abstração, já que o homem só se realiza quando se encontra em relação dialógica com o mundo. O filósofo ainda vai além ao afirmar que

O mundo é duplo para o homem, segundo a dualidade de seu mundo. A atitude do homem é dupla de acordo com a dualidade das palavras-princípios que ele pode proferir. As palavras princípios não são vocábulos isolados, mas pares de vocábulos. Uma palavra-princípio é o par EU-TU. A outra é o par EU-ISSO na qual, sem que seja alterada a palavra-princípio, pode-se substituir ISSO por ELE ou ELA. Deste modo, o EU do homem também é duplo. Pois, o EU da palavra-princípio EU-TU é diferente daquele da palavra EU-ISSO (BUBBER apud TAVARES, 2006, p. 5)

Bubber (1977) deixa claro que as palavras princípios são sempre ditas em par, já que não há um EU em si. O autor pensa em uma “filosofia do encontro”, onde a relação humana EU-TU não é violada pelo poder do eu em detrimento da alteridade do outro, ou seja, uma relação que se traduza na preservação total do sujeito, inibindo uma atitude individualista do eu. Ainda segundo o teólogo, em um momento de receptividade, encontramos alguém que “interage conosco ‘dizendo-nos’ algo que não pode ser racionalizado, nem pensado objetivamente. Precisamente, não é o homem que diz, mas ‘alguma coisa’, é ‘através’ dele – este homem

é um canal para algo que nos é necessário” (BUBBER apud TAVARES, 2006, p. 6). Bubber descreve essa forma de percepção como tomada de conhecimento íntimo, e, para ele, só existe diálogo quando esta relação surge.

Essa noção do diálogo é indispensável para o entendimento do conceito de entrevista dialógica. Edgar Morin (1973) define quatro tipos de classificações de entrevista (entrevista-rito, entrevista-anedótica, entrevista-dialógica e neoconfissão), onde as duas últimas têm por base a relação de EU-TU como proposto por Bubber. Mais especificamente, as neoconfissões seriam o ápice dessa relação dialógica, onde o entrevistador se apaga diante do entrevistado, uma vez que “este não continua na superfície de si mesmo, mas efetua, deliberadamente ou não, o mergulho interior” (MORIN, 1973, p. 129).

Mas então o que faz com que essas relações dialógicas sejam tão cobiçadas e ao mesmo tempo tão raras na sociedade atual? O que faz com que a busca desesperadora pela relação sinestésica com outrem, a sensação de comunidade e os vínculos afetivos, se tornem a cada vez mais intensos e ao mesmo tempo – em um paradoxo – distantes? Para encontrar ao menos pistas que apontem para as múltiplas respostas desta pergunta, se faz necessário adentrar no mundo onde as relações com as pessoas se estabelecem dentro de uma lógica supostamente oposta ao EU-TU.

FETICHISMO DA SUBJETIVIDADE E VÍNCULOS HUMANOS NO MUNDO GLOBALIZADO

Martin Bubber classifica a relação EU-ISSO como sendo do mundo da experiência, dos fazeres, das coisas do dia-a-dia, dos quereres, ou seja, aquilo que o homem vivencia nas coisas. As definições de EU-TU e EU-ISSO são diametralmente opostas, já que uma é ligada a indivíduos e a outra ligada a objetos. Mas o que se propõe (ainda que de forma sintética e minimamente abrangente) é que, ainda que essas duas instâncias soem tão diferentes, em uma sociedade com as características e hipercomplexidades da atualidade, os seres humanos passaram a criar vínculos com outros de tal fragilidade e abstratização que o TU passa a soar como se tornasse

um mero objeto fugaz que surge e logo desaparece, fazendo então parte dos fazeres, querereres ou coisas do dia-a-dia. Vale reiterar que encontrar uma resposta definitiva para um questionamento de tal complexidade é impossível, buscar ao menos hipóteses que possam abrir um leque de possibilidades é uma tarefa árdua, mas supostamente palpável.

Os estudos sobre pós-modernidade, principalmente focados no trabalho de Zygmunt Bauman, podem ser imprescindíveis para iluminar algumas das questões sobre o tema a ser minimamente compreendido. Segundo o sociólogo, na sociedade líquido-moderna, os sujeitos se tornaram acima de tudo consumidores-produtos que são instigados a realizar suas tarefas individualmente, ao modo "faça você mesmo". Ir às compras é mais do que obter objetos, mas assumir identidades ou mesmo encontrar respostas para problemas que são criados socialmente ou globalmente. A busca por liberdade, que definiu as bases de uma sólida sociedade de produtores, é a maior causa da insegurança na sociedade líquido-moderna de consumidores.

Karl Marx (apud BAUMAN, 2008, p. 24), analisando um período distinto do atual, via no fetichismo da mercadoria, presente naquela sociedade de produtores, um processo que encobre e mascara as relações efetivas entre homens em favor da relação entre coisas. Bauman, a partir deste conceito, sugere que

se foi o destino do fetichismo da mercadoria ocultar das vistas a substância demasiado humana da sociedade de produtores, é papel do fetichismo da subjetividade ocultar a realidade demasiado comodificada da sociedade de consumidores. (...) a subjetividade dos consumidores é feita de opções de compra – opções assumidas pelo sujeito e seus potenciais compradores; sua descrição assume a forma de uma lista de compras. O que se supõe ser a materialização da verdade interior do self é uma idealização dos traços materiais – "objetificados"- das escolhas do consumidor (BAUMAN, 2008, p. 24)

Dessa forma, numa cultura consumista, o sujeito-consumidor, além de ser responsável pelas escolhas de comprar que deverá realizar para "materializar sua verdade interior do self", deverá, rodeado pelos objetos que adquiriu a fim de atingir identidades e vínculos que foram

desvanecidos, se tornar ele mesmo um suposto objeto de venda para consumidores interessados em comprá-lo. O consumidor não mais consegue se distinguir da mercadoria que consome, e a não-distinção entre sujeito e objeto, aqui entendido como consumidor e mercadoria, contribui para com que as relações interpessoais se estabeleçam de forma embaçada em uma mistura de EU-TU com EU-ISSO.

Segundo a pesquisadora Malena Segura Contrera, outro aspecto que se fez presente nesse “embaçamento” das relações interpessoais é a abstratização do corpo, pois o suporte inicial da palavra foi o corpo, depois o material impresso que aumentava a possibilidade de comunicação à distância. “Enfim, chegamos à mídia terciária, que abole definitivamente os limites espaciais, eliminando a questão da distância na comunicação” (CONTRERA, 2002, p. 53). A autora ainda vai além:

A mídia terciária ofereceu os meios necessários para que a sociedade se transformasse numa sociedade de voyeurs, instalou o espetáculo em todas as instâncias comunicativas. Esse fenômeno da comunicação como consumo e produção de imagens espetaculares que se oferecem à prática voyeur partiu da vida social, das demandas da cultura industrial, mas acabou por se instalar, com a internet, também como a nova realidade da vida privada. Basta que se entre nas salas de bate-papo dos adolescentes ou que se acompanhe o enorme número de adultos que namoram pela internet para que se entenda do que se está falando (CONTRERA, 2002, p.53).

Bauman dá mais consistência a esta discussão ao afirmar que “as pessoas, desarmadas diante do vórtice global, fecharam-se em si mesmas” (BAUMAN, 2005, p. 33). A criação de um “espaço de fluxos”, que substitui as relações comunitárias e os vínculos afetivos, faz com que os sujeitos acreditem que este espaço é um óbvio – e melhorado – substituto dessa vida em comunidade. O controle sobre as identidades que podem (e querem) assumir e a possibilidade de se relacionar com indivíduos numa lógica ainda mais próxima da relação com seus objetos de consumo faz pensar que

a gente da cidade não se identifica com a terra que alimenta, com a fonte de sua riqueza ou com uma área sob sua guarda, atenção e responsabilidade

(...). Eles não estão interessados, portanto, nos negócios da "sua" cidade: ela não passa de um lugar como outros e como todos, pequeno e insignificante, quando visto na posição privilegiado do ciberespaço, sua verdadeira – embora virtual – morada (BAUMAN, 2005, p. 27).

As relações compostas pela mídia primária (corpo), são liquefeitas e se desvanecem compulsivamente. Se os sentidos estão no corpo, quem abdica da comunicação primária (em prol das maravilhas da comunicação virtual), perde gradativamente também a capacidade semiótica. A predominância dos sentidos à distância – a visão e a audição – na mídia eletrônica, em detrimento dos sentidos de proximidade, faz com a sociedade se abduca da presentidade corporal (CONTRERA, 2002, passim). Como F.Varella (apud CONTRERA, 2002, p. 69) aponta, as estruturas corporizadas (sensório-motoras) fazem parte da substância da experiência, e estas estruturas experienciais "causam" a compreensão conceptual e o pensamento racional. Já que percepção e ação se encontram corporificadas em processos sensório-motores, é natural que se postule que as estruturas cognitivas emergem de esquemas recorrentes de atividade sensório-motora.

Em detrimento do desenvolvimento das estruturas cognitivas, o ser humano atrofia sua capacidade de relação possivelmente dialógica com outros sujeitos, o que cria um grande enclave para a ampliação daquele conhecimento que só se constrói na interdependência e na relação com o TU. A antidialogia, termo cunhado por Martin Bubber (1982), é o substituto deformado de grande parte das conversas humanas. O diálogo autêntico cede terreno para os diálogos técnicos (que, embora sejam atualmente os mais comuns, ainda deixam transparecer em meio a tantos falares um dizer "real" escondido) e os casos mais extremos de monólogos disfarçados de diálogo. Nesta última categoria, os comunicantes têm em mente única e exclusivamente o desejo de ver confirmada sua autoconfiança perante o outro, verticalizando a hipotética igualdade dos pólos proposta pelo diálogo e negando a alteridade, numa atitude monológica de "dobrar-se-em-si-mesmo".

Se a qualidade das relações é inferior ao que foi no passado, a quantidade - que é possibilitada pelos "espaços de fluxos" das redes

- é a estratégia aparentemente viável para estes sujeitos que querem desenvolver sua individualidade. A amizade é o “comboio social” da vida na modernidade tardia, mas, “os relacionamentos são um assunto ambíguo e tendem a ser o foco da mais aguda e enervante ambivalência: o preço da companhia que todos nós ardentemente desejamos é invariavelmente o abandono, pelos menos parcial, da independência” (BAUMAN, 2004, p. 98).

Nos tempos atuais, nada é mais prazeroso do que falar sobre as “redes” de “conexão” ou “relacionamentos” já que os verdadeiros vínculos sólidos vêm se derretendo. Como afirma Bauman, “as agendas de celulares ocupam o lugar da comunidade que nos falta, e a esperança é que substituam a intimidade perdida. Espera-se que agüentem uma carga de expectativas que lhes é impossível levantar, muito menos sustentar” (BAUMAN, 2004, p. 100-101).

Em “O Fim e o Princípio”, após Eduardo Coutinho ter um primeiro contato com a família da moradora Rosa e ver a relação desta mulher com outros moradores do povoado, decide mergulhar na comunidade de Araçás, esquecida – ainda que em partes, já que boa parte das casas dos moradores possui televisão, o que os mantém “ligados”, por assim dizer - pelo “vórtice global” e residente na região há mais de um século. Diferentemente das edificações lacradas e ostensivas das grandes metrópoles pós-modernas, o povoado de Araçás detém vínculos indiciais de tempos de uma modernidade sólida, onde é possível ver, por intermédio dos diversos *takes*, Rosa e Coutinho entrando nas casas de portas abertas dos moradores das imediações.

COMUNIDADE E AS VOZES NÃO SILENCIADAS

A noção antropocêntrica advinda do Renascentismo - em que o sujeito representava o ponto nodal do conhecimento, em que a busca pela essência era o centro -, passa por reconfigurações sucessivas que altera o lugar do sujeito no interior da sociedade. Mudanças no espaço, no tempo, nos laços de sociabilidade, na forma de pensar deslocam o indivíduo, agora no século XXI, para uma situação em que o efêmero torna-se o constante, o recorrente.

Nessa nova modernidade líquida (BAUMAN, 2004) a discussão sobre a identidade expressa tanto uma necessidade, esta com o intuito de se "situar" na sociedade, quanto uma busca por um lastro, um sentimento de pertencimento a algum grupo ou modo de relação afetiva ou até mesmo profissional.

Até pouco tempo, os estados modernos podiam recorrer à noção de Estado-nação como uma condição para o futuro, com a utilização do conceito de identidade nacional. Esta visão foi construída por Estados que objetivavam o "direito monopolista de traçar a fronteira entre 'nós' e 'eles'" (BAUMAN, 2005, p. 28). Esta pretensa naturalidade de pertencimento a uma nação cai por terra com a queda do Muro de Berlim, com o crescimento dos fundamentalismos religiosos, com as disputas étnicas, entre outros.

Eduardo Coutinho, no entanto, no afã de encontrar algum lastro mnemônico de uma comunidade no sertão paraibano, deixa entrever que a comunidade geográfica ainda resiste à fragmentação característica da chamada pós-modernidade. A busca incessante pela experiência deste grupo, descoberto após uma série de entrevistas, constitui a base de produção deste documentário. A opção pela estrutura não-linear revela indícios de algo em processo, em relação dialética com o real.

Em uma das cenas do documentário, essa noção de comunidade - perdida na modernidade líquida - é expressa em um take extremamente demonstrativo. Após Coutinho selecionar a moradora Rosa para ser sua guia e mediadora pela comunidade de Araçás, e pedir para que ela o ajude a traçar um rumo pelo povoado, o diretor solicita a ela que desenhe um mapa de algumas das moradas do povoado (cerca de 80 famílias). Enquanto traça as linhas que demarcam os trajetos pelo quais o diretor atravessará com sua equipe de filmagem, ela descreve um pouco da história de cada um dos moradores.

Ao caminhar em direção aos anônimos e suas histórias de vida, Coutinho valoriza o cotidiano em detrimento de uma racionalidade cartesiana. É o que discute Jesús Martín-Barbero ao comentar o papel da experiência na sociedade: "para a razão ilustrada a experiência é o obscuro, o constitutivamente opaco, o impensável" (1997, p. 72). Para se conhecer o que ocorre com a população, em especial com os excluídos dos grandes centros, é preciso considerar a sua experiência, saber o que ela

pensa, como ressignifica sua própria história.

Walter Benjamin em um texto que discute a crise do romance, justamente por este não se alimentar da tradição oral, afirma que o romancista isolou-se do povo e de suas experiências: “Ele é o verdadeiro solitário, o autêntico mudo (...) A célula-máter do romance é o indivíduo em sua solidão, o homem que já não pode mais falar de modo exemplar sobre seus desejos, porque ele próprio está perplexo, incapacitado de aconselhar” (BENJAMIN, 1986, p. 126).

Benjamin defende ainda que a imprensa, como ferramenta essencial para o desenvolvimento capitalista e a ascensão da burguesia, também contribui para a alteração da narrativa baseada na experiência, pois a informação é específica e os “fatos já nos chegam acompanhados de explicações” (BENJAMIN, 1984, p. 203). A narrativa, baseada na experiência, não impõe sua história ao ouvinte, ele pode interpretá-la livremente.

No documentário *O Fim e o Princípio*, em uma das visitas de Coutinho as casas dos moradores do povoado de Araçás em companhia da moradora - e mediadora dos encontros - Rosa, o diretor chega à casa de Leocádio Avelino do Nascimento, chamado no povoado de “Seu Leocádio” e considerado em Araçás como um leitor assíduo de romances, mitologias, jornais e livros de história. A conversa entre Coutinho e ele se desdobra em dois momentos no documentário, porém, no primeiro contato, um dos diálogos chama a atenção por conter nas palavras do entrevistado aquilo que é chamado de narrativa baseada na experiência:

E.Coutinho: - O senhor acha que tem palavra comum e palavra certa?

Leocádio: - Tem palavra comum e tem palavra certa.

E.Coutinho: - O que é uma e o que é outra?

Leocádio: - Palavra certa é aquela certa mesmo e palavra em vão é aquela sem futuro.

E.Coutinho: - Quer dizer então que palavra certa é aquela que está no dicionário?

Leocádio: - É! A do dicionário é certa.

E.Coutinho: - E o senhor gosta mais de falar palavra certa ou comum?

Leocádio: - A gente não pode falar palavra certa porque a gente não conversa com todo mundo ouvindo e sabendo o que é a palavra certa.

E.Coutinho: - Aqui ninguém sabe não?

*Leocádio: - Não é todo mundo não. Se alguns conhecem outros não
(DEPOIMENTO)*

Este aspecto da construção de sentidos deste documentário mostra que o conhecimento daquele que vive em um mundo configurado a partir da convivência cotidiana, menos universalizado no sentido de conhecimento sistematizado, esboça um lastro de informação deste mesmo sistema, já que “a informação é essencialmente uma questão de linguagem, e a linguagem não é transparente ao mundo, ela apresenta sua própria opacidade através da qual se constrói uma visão, um sentido particular do mundo” (CHARAÚDEAU, 2006, p. 19). Neste sentido é possível dizer que o sentido nunca é dado de maneira antecipada, “ele é construído pela ação linguageira do homem em situação de troca social”. (CHARAÚDEAU, 2006, p. 41)

A noção de comunidade sertaneja leva em consideração as relações de indivíduos com laços comuns a este universo. Se lembranças comuns persistem, mesmo com o fim da ambiência que lhes deu origem, é porque havia “um pensamento comum”, alguns elementos estáveis nesta relação, permitindo a evocação da lembrança mesmo com a morte de antigos parentes, referências mais diretas e pessoais. Como diz Maurice Halbwachs, quando há uma separação de um casal outrora apaixonados, muitas vezes a lembrança cede lugar ao esquecimento, pois o elo que os unia era uma paixão avassaladora que acabou sem deixar muitos vestígios (HALBWACHS, 1990, p. 122). Diferente é a situação de uma comunidade definida geograficamente, pois há uma história em comum a manter certas relações.

Este sentimento comunitário perpassa a vida cultural dos indivíduos. Ao discutir o conceito de cultura, Raymond Williams faz uma crítica a certas visões “marxistas” que separaram a cultura da vida social material, deixando de analisar as possibilidades da cultura “como um processo social constitutivo, que cria ‘modos de vida’ específicos e diferentes, que poderiam ter sido aprofundados de forma notável pela ênfase no processo social material” (WILLIAMS, 1979, p. 25). Ele explica que o estabelecimento de certas “leis científicas” no interior da

sociedade relegou a cultura a um segundo plano, descaracterizando sua análise a partir de suas especificidades situando-a num plano determinista, “um campo de ‘simples’ idéias, crenças, artes, costume, determinado pela história material básica” (WILLIAMS, 1979, p. 25). Este tipo de leitura social transformou as experiências sociais em modelos fixos, descartando o aspecto da singularidade.

A valorização de uma visão que extrapola o conceito de cultura como reflexo imediato das condições econômicas da sociedade amplia o campo da análise. Este passa a levar em consideração as experiências vividas e as tensões adjacentes a este mesmo processo, que existem independente de classificações ou generalizações geralmente pensadas a partir de critérios racionalizantes. Raymond Williams vai denominar de “estruturas de sentimento” a estas experiências e relações sociais:

O termo é difícil, mas ‘sentimento’ é escolhido para ressaltar uma distinção dos conceitos mais formais de ‘visão de mundo’ ou ‘ideologia’. Não que tenhamos apenas de ultrapassar crenças mantidas de maneira formal e sistemática, embora tenhamos sempre de levá-las em conta, mas que estamos interessados em significados e valores tal como são vividos e sentidos ativamente, e as relações entre eles e as crenças formais ou sistemáticas são, na prática, variáveis (inclusive historicamente variáveis), em relação a vários aspectos, que vão do assentimento formal com dissentimento privado até a interação mais nuançada entre crenças interpretadas e selecionadas, e experiências vividas e justificadas (WILLIAMS, 1979, p. 134).

Os anônimos “entrevistados” de Coutinho falam sobre suas experiências, demonstrando que estas, embora centrais na prática cotidiana, não desconsideram o saber sistematizado. Eles sabem, entretanto que, no coletivo, a ação humana é mais valorizada, inclusive ao envolver a natureza, ainda relevante na vida vivida no campo. Nas palavras de Nato, um dos “entrevistados”: “O homem vai pra um banco de colégio e ele aprende muita coisa, mas coisa matuta se aprende no campo porque vai convivendo, vai vendo, vai ficando prático, vai conhecendo” (DEPOIMENTO). Ou ainda na fala do personagem Chico Moisés a noção arquetípica da memória como também organizadora da memória coletiva se impõe: “A sabedoria não vem só pela escrita, só pelo escrever, isso já

vem pela mente” (DEPOIMENTO).

A linguagem utilizada, portanto, extrapola um simples papel de transmissão e se torna uma rede de sentidos como tão bem mostra Patrick Charaudeau ao dizer que “a linguagem não se refere somente aos sistemas de signos internos a uma língua, (...). Trata-se da linguagem enquanto ato de discurso, que aponta para a maneira pela qual se organiza a circulação da fala numa comunidade social ao produzir sentido. (2006, p. 33-34)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de mediação que ocorre na sociedade é objeto de inúmeros trabalhos que buscam desvendar os mecanismos que perpassam a construção de sentidos na contemporaneidade. Apreender as circunstâncias da produção de algumas práticas de mediação, como no caso de Eduardo Coutinho que tenta apreender a realidade social, coloca-se como uma das perspectivas para quem tem interesse em dialogar com as práticas comunicativas existentes no interior da sociedade. Em “O Fim e o Princípio”, o ponto de partida é a complexa rede de relações sociais que são construídas e edificadas no seio de uma comunidade, e pretendem ser apresentadas para os espectadores como manifestações cotidianas em sua complexidade, sem a pretensão de mostrar esse real como um espelho da realidade. O anônimo, personagem principal dos documentários de Coutinho, é tratado muitas vezes nos meios de comunicação com uma visão negativa – um sujeito sem nome, muitas vezes apenas uma profissão. Essa superficialidade e facetas estereotipadas dadas a eventos do cotidiano, são características do afastamento entre entrevistado e entrevistador, deixando de lado, no artesanato do dia-a-dia, a imprecisão dos dados ou a falta de clareza das informações. Se valendo de recursos estéticos gastos, se pretende atingir a genialidade de uma marca, não importando qual conteúdo humano que ali deva aparecer (MEDINA, 1995, p.87).

Os cidadãos comuns são dificilmente contatados por profissionais de grandes veículos de comunicação, que às vezes desconhecem sua existência (MEDITSCH e SEGALA, 2005, p.21). Por não serem representantes de nenhuma posição autorizada e legitimada pelos círculos sociais, acabam

tendo pouca ou nenhuma possibilidade de se tornarem fonte de informação. Ainda que ocorram acontecimentos que digam respeito diretamente à sua vivência cotidiana, “os profissionais tenderão a procurar os dados junto a fontes autorizadas – como o presidente da associação de moradores de um bairro” (IBIDEM, p. 22).

Essas pessoas próximas ou representantes de alguma instituição legitimada socialmente são mais passíveis de se tornarem fontes de informação devido a fatores como: disponibilidade e acesso facilitado, proximidade social e geográfica entre entrevistador e entrevistado, jogos de poder e interesse, além de questões comerciais relativas à empresa de comunicação (IBIDEM, p. 20). A relação acaba sendo benéfica para ambos no sentido pessoal, já que o entrevistado reforça sua legitimidade tornando seus atos públicos e o entrevistador consegue eficácia e validade para sua informação. Representantes de órgãos do Estado e de empresas e organizações, por exemplo, possuem maiores chances de participarem de eventos notáveis e de deterem opiniões e ações que dizem respeito à vida de diversas camadas sociais graças ao poder simbólico adquirido nos campos sociais, dando desta maneira visibilidade a somente uma das muitas formas de olhar sobre o mundo.

Jorge Pedro Sousa (1998 apud MEDITSCH e SEGALA, 2005, p. 20) ressalta que se este olhar de pessoas influentes e fornecedoras de informação se torna extremamente valorizado em detrimento de cidadãos comuns, a possibilidade de uma “polifonia social” se torna irreal. De acordo com Cremilda Medina (apud SILVA e OLIVEIRA, 2006); o público tem preferência pela narrativa humanizada situada a partir de acontecimentos cotidianos e protagonizada, sobretudo, por pessoas comuns, mas que participam da aventura contemporânea. Os meios de comunicação tratam diariamente de assuntos relacionados ao cotidiano, no entanto, este dia-a-dia das pessoas simples quase não tem espaço (IDEM, p. 22).

Jesús Martín-Barbero (1997), ao discutir as chaves da trama conceitual da investigação na América Latina, destaca a ruptura com uma visão que identifica a vida cotidiana como um espaço de reprodução da força de trabalho, afirmando que “a vida cotidiana é o lugar em que os atores sociais se fazem visíveis do trabalho ao sonho, da ciência ao jogo” (1997, p. 59), ou seja, ela tem um papel importante na produção da trama

social. Outra ruptura promovida por estes estudos é com os chamados grandes sentidos da vida, pois “resgatar o sentido comum é resgatar esse viver cotidiano como espaço de produção de conhecimento e como espaço de produção e de troca de sensibilidade” (MARTÍN-BARBERO, 1997, p. 60).

Eduardo Coutinho reconhece esta importância, e em seus documentários o fazer cotidiano não encontra barreiras para ser captado em algumas de suas diversidades e nuances. Em “O Fim e o Princípio”, Rosilene Batista de Souza, a Rosa, torna-se a principal fonte de informação na composição da narrativa. O diretor, ao dialogar com as diversas fontes presentes nas imagens retratadas a partir da informação de um anônimo, busca inscrever estas muitas vozes na história construída diariamente.

A sensibilidade no registro da vida cotidiana é aspecto primordial para a apreensão da complexidade das relações humanas. Mais do que atingir vínculos por relações virtuais obtidas através da mídia terciária, o que se propõe é que se busque o outro a partir da relação sinestésica e nas relações afetivas, já que, só assim, é possível construir a relação dialógica com plenitude.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. *Confiança e Medo na Cidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. *Vida para o consumo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BENJAMIN, Walter. *Crise do romance*. In: Documentos de cultura, documentos de barbárie (Escritos Escolhidos). São Paulo: Cultrix/Edusp, 1986.

_____. *O narrador: Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre literatura e história da cultura. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BUBBER, Martin. *Eu e Tu*. São Paulo: Cortez & Moraes Ltda, 1977.

- _____. *Do Diálogo e do Dialógico*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CONTRERA, M. S. *Mídia e Pânico - Saturação da Informação, Violência e Crise Cultural na Mídia*. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2002. v. 1.
- FILÉ, Valter. *Os dois lados da câmera*. s/d. Disponível em: <http://www.aic.org.br/metodologia/osdoisladosdacamera_valterfile.pdf>. [Acesso em: 5 ago. 2009].
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos Meios às Mediações: Comunicação, Cultura e Hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRio de Janeiro, 1997.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista: O diálogo possível*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- MEDITSH, Eduardo, SEGALA, Mariana. *Vozes do povo e vozes do poder: uma análise dos atores das notícias do principal telejornal brasileiro*. Disponível em: <http://prisma.cetac.up.pt/artigospdf/vozes_do_povo_e_vozes_do_poder.pdf>. [Acesso em: 10 ago. 2009].
- MORIN, Edgar. *A entrevista nas Ciências Sociais, no Rádio e Televisão*. In: MOLES, Abraham A., *Linguagem da cultura de massa et al.* Petrópolis: Vozes, 1973.
- SILVA, Rafaela Cristina da, OLIVEIRA, Janaína de. *Humanização no jornalismo: a redundância necessária*. Universidade Metodista de Piracicaba. Monografia de Conclusão de Curso (2006).
- TAVARES, Camila Amaral. *A Dialogia e o Filme Documentário*. Disponível em: <http://www.unimar.br/inovcom/artigo_03.pdf>. [Acesso em: 30 ago. 2009].
- WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1979

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: MANIPULAÇÃO E PERSUASÃO NAS PÁGINAS DO CORREIO POPULAR

Wanderlei Florêncio GARCIA ¹

RESUMO

Este trabalho analisa a cobertura do Orçamento Participativo de Campinas feita pelo jornal Correio Popular, publicado pela Rede Anhanguera de Comunicação. O programa, também chamado de OP, prevê a participação popular para definir onde serão investidos os recursos da Prefeitura de Campinas, no estado de São Paulo. O período analisado é de 2001 a 2004, quando as decisões do OP tinham caráter deliberativo. Para fazer a análise, foram observados os padrões de manipulação da imprensa definidos por Perseu Abramo e também a análise retórica, identificando nos textos suas intenções persuasivas. À luz do conceito de hegemonia de Gramsci, percebeu-se que a cobertura do OP foi claramente manipulada para levar os leitores a crer no fracasso do programa e em sua incapacidade de permitir uma nova dinâmica na forma de definir os rumos dos recursos públicos.

¹Professor da Faculdade de Jornalismo (PUC-Campinas) e dos Cursos de Jornalismo e Rádio TV (Unimep). Mestre em Ciência da Informação e graduado em Jornalismo (PUC-Campinas). e-mail: wanderleyfgarcia@gmail.com

Palavras-chave: Jornalismo; participação popular, Orçamento Participativo, Campinas.

ABSTRACT

This work analyses the covering of Campinas Participative Budget made by the newspaper Correio Popular, published by Rede Anhanguera de Comunicação. The programme, also called OP, forsees the popular participation to define where Campinas Government resources will be invested. The period under study is from 2001 to 2004, when OP's decisions had deliberating characteristics. For the analysis, the patterns of press manipulation, as defined by Perseu Abramo, and the rhetoric analysis were observed, identifying the persuasive intentions in the texts. Following the concept of hegemony of Antonio Gramsci, it could be observed that OP was clearly manipulated to mabe the readers believe in the programme failure and in its in ability to allow a new dynamics as a way to define the destiny of public resources.

Key words: journalism; manipulation; popular participation; Participative Budget; Campinas.

Este trabalho analisa a cobertura do Orçamento Participativo (OP) realizada entre 2001 e 2004 pelo Correio Popular, o principal jornal de Campinas-SP [1]. O OP é um programa de descentralização das decisões sobre os investimentos públicos e foi implantado em 2001 em Campinas numa tentativa de democratizar a distribuição dos recursos públicos e levar à participação popular na tomada de decisões da administração pública. Representou um novo modelo de disputa política e teve caráter deliberativo até 2004.

As considerações de Antonio Gramsci sobre hegemonia orientam esta análise, que usou como base para a análise os padrões de manipulação de Abramo (2003) e também a análise retórica.

HEGEMONIA E IMPRENSA

Antonio Gramsci (2000, 1978, 1995) apontou, nos anos 1930, que a imprensa é uma das instituições da sociedade civil que trabalham para a construção e consolidação da hegemonia de uma classe dirigente sobre as demais. Gramsci (1891-1937) inovou o pensamento marxista ao criar uma teoria que dá nova definição à noção de sociedade civil e coloca como sua principal função a construção da hegemonia. A sociedade política, que representa o Estado (no sentido estrito) exerce funções de dominação e coerção (burocracia, polícia, justiça). Ao seu lado Gramsci coloca a sociedade civil com as funções de construção da hegemonia, direção e busca do consenso e do consentimento. O conceito de Estado, que não seria composto simplesmente pela máquina estatal dirigida pela sociedade política, é ampliado por Gramsci. A sociedade civil também integra o Estado, no sentido amplo, e suas organizações são, portanto, “aparelhos privados de hegemonia” (COUTINHO, 1985, p. 62). É o convencimento das massas por parte da classe dominante [2] que chama a atenção de Gramsci. Este convencimento dava-se pelos “aparelhos privados de hegemonia” que movimentavam “o mundo ideológico”: escola, igreja – para ele, as duas maiores –, jornais, revistas, atividade editorial, instituições escolares privadas (GRAMSCI, 1989, p. 29). São aparelhos que estão fora da estrutura administrativa e burocrática do Estado (sociedade política) e que operam no âmbito da sociedade civil.

A direção hegemônica difere da dominação não apenas pelo uso da força, mas também pelos resultados que traz. Enquanto a dominação impõe as condições que a sociedade deverá seguir, a direção busca a concordância e isto não é conseguido de maneira completa e homogênea, mas com “equilíbrios de compromisso” (BUCI-GLUCKMANN, 1980, p. 128-9). Portanto, o reforço da ideologia dirigente deve ser permanente para a manutenção da sociedade sob a direção da mesma classe.

Existem três condições (LIMA, 2001, p. 193) para que a hegemonia possa ser exercida por um segmento dirigente. A primeira é a ocidentalização da sociedade “com alto grau de socialização da política”, ou seja, a presença de um Estado que não se impõe apenas por meio da força coercitiva, mas por meio da sociedade civil e seus instrumentos que “elaboram/difundem

as ideologias (escolas, igrejas, partidos políticos, sindicatos, mídia, etc.)”. Outra condição é de que a dominação não pode ser exercida por quem não é “dirigente, isto é, sem que detenha o consentimento da maioria da população”. A terceira e última condição é justamente a possibilidade de oposição às anteriores, ou a “permanente possibilidade de que classes ou frações de classe protagonizem disputas internas (intra-hegemônicas) e/ou externas (contra-hegemônicas) pela direção e pelo consenso”. Encontra-se aqui o caráter de equilíbrio instável presente na sociedade hegemônica. Carvalho (2004, p. III) diz que a imprensa “funciona como um braço do Estado, atuando na formação do consenso em torno do projeto político que representa os interesses da classe dominante e dirigente”.

O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

O Orçamento de um município é uma peça técnica que traz em seu conteúdo o conjunto de decisões políticas. No âmbito do município, cabe ao Executivo, chefiado pelo prefeito, produzir a proposta de Lei Orçamentária para o ano seguinte e enviá-la para apreciação da Câmara de Vereadores.

Giacomoni (2002, p. 226) considera o OP um mecanismo um “aperfeiçoamento pela participação da comunidade na análise e discussão dos problemas e na identificação das soluções que mais de perto dizem respeito aos interessados”.

Apesar de reconhecido como programa do Partido dos Trabalhadores (PT), a proposta de Orçamento Participativo é anterior à sua fundação. De acordo com Pires (2001, p. 41-3) [3], as primeiras propostas de participação popular na administração pública brasileira aconteceram ainda no final da década de 1970 – chegando a meados da década de 1980 –, em geral em administrações municipais comandadas pelo MDB, partido de oposição à ditadura militar.

Mais tarde, o Orçamento Participativo surge para abrir espaço à participação popular na administração pública, até então espaço “privativo” de oligarquias regionais, da elite econômica e seus representantes políticos (PIRES, 2001). As primeiras experiências de Orçamento Participativo sob

o comando do PT aconteceram em 1989 e o caso de maior repercussão foi o de Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

O Orçamento Participativo prevê uma metodologia complexa e diferente em cada município onde foi implantado. Mas pode-se resumir sua estrutura da seguinte forma: assembleias regionais e temáticas – abertas a todos os cidadãos – elegem representantes e apontam prioridades de investimentos. São eleitos os integrantes de conselhos populares e o Conselho do Orçamento Participativo. Em novas assembleias ou reuniões intermediárias dos representantes e conselheiros eleitos, são definidas as prioridades para o ano seguinte. As definições do OP são incorporadas à proposta de Lei Orçamentária Anual, encaminhada pelo Executivo para votação na Câmara de Vereadores. O Conselho do Orçamento Participativo acompanha a aplicação dos recursos durante o ano de vigência do Orçamento.

Para Souza (1997) [4], o OP cria uma combinação da “democracia direta” com a “democracia representativa”, uma vez que reúne e respeita as definições colhidas diretamente da população, mas mantém o respeito a instituições como a Câmara de Vereadores, que é o Poder que aprova o Orçamento do município.

O OP se encaixa como espaço de disputa de projetos dentro da esfera pública e governamental, mas orienta toda a ação social. Nele, as “contradições da sociedade de classes” são levadas para “um dos centros nervosos do Estado capitalista”: as finanças públicas e sua destinação (PIRES, 2001, p. 64).

Genro (1997, p. 12-3) [5] identifica no programa uma nova forma de tomar decisões antes restritas aos espaços políticos formais, de forma que permitiu “distribuição de renda” e “socialização da política”, com o estabelecimento de um “novo centro decisório”. Para Pires (2001, p. 35-6) o OP é um “aperfeiçoamento político” em que a população deixa ser “mero paciente” para se tornar “agente”.

Os resultados do OP, portanto, não deveriam ser medidos apenas pelo sucesso no estabelecimento e na aplicação dos investimentos, mas pela construção de um novo modo de governar, com participação da população (PIRES, 2001, p. 36). Genro (1997, p. 14-6) afirma que o OP deve ser

entendido como um “caminho” para reformar o Estado “radicalmente” Souza (1997, p. 46) diz que a grande riqueza do Orçamento Participativo é a mudança do papel do indivíduo – que passa a ser “protagonista” - na definição de políticas públicas.

O OP se configura, então, como um instrumento para a criação de uma nova hegemonia, com uma classe dirigente formada pelas camadas populares. O programa é mais que um projeto técnico em que se transfere dos tecnocratas para a população a definição de onde aplicar os recursos públicos, sempre insuficientes para atender a todas as necessidades da população. É um projeto de transferência de poder. Elimina (ou ao menos tenta eliminar) o poder centralizado nas mãos do político pressionado pela elite econômica e dá poder ao cidadão comum, que deve agir em grupo para alcançar seus objetivos. É um processo de clara transformação hegemônica.

A EXPERIÊNCIA DE CAMPINAS

O Orçamento Participativo foi implantado em Campinas em 2001, quando o PT assumiu a prefeitura, sob o comando do prefeito Antonio da Costa Santos, o Toninho. Ele criou em 2001 a Coordenadoria Especial de Participação Popular e Orçamento Participativo (CEPPOP) e nomeou a vice-prefeita Izalene Tiene, também do PT, para comandá-la. Com o assassinato de Toninho em 10 de setembro de 2001, Izalene Tiene tomou posse como prefeita e nomeou o economista José Reinaldo Braga como coordenador do OP – cargo que ocupou até o final do mandato da prefeita, em 31 de dezembro de 2004. A partir de janeiro de 2005, com a posse do prefeito eleito Hélio de Oliveira Santos, do PDT, a coordenação foi assumida pelo petista Alfredo Luiz Gomes, que já trabalhava na CEPPOP em cargo de confiança. A partir desse ano, o OP deixou de ter caráter deliberativo para ser consultivo.

Em 2001, a CEPPOP dividiu as discussões do OP de duas maneiras diferentes. Uma delas foi a divisão geográfica, obedecendo as 18 regiões administrativas do município (14 administrações regionais e quatro distritos: Sousas, Joaquim Egídio, Nova Aparecida e Barão Geraldo). A

outra forma de divisão se baseou em assembléias temáticas que aumentaram gradativamente de quatro em 2001 (Educação, Saúde, Assistência Social e Cidadania) para oito em 2004 (somaram-se àquelas as assembléias da Cultura, Esporte e Turismo, do Desenvolvimento Econômico, da Gestão e da Habitação) (BRAGA, 2005b).

A metodologia empregada no OP também mudou a cada ano em busca de aperfeiçoamentos e soluções de problemas encontrados ao longo de sua implantação. De maneira geral, o programa previa uma primeira rodada de assembléias (regionais mais temáticas) abertas ao público. Nelas eram escolhidos os integrantes do Fórum de Representantes do OP. Posteriormente havia a rodada de assembléias intermediárias, quando eram debatidas as demandas da região ou dos temas. Por fim, uma segunda rodada aprovava a lista de demandas e elegia os membros para o Conselho do Orçamento Participativo. Estes conselheiros tinham como atribuição definir quais demandas entrariam no projeto de Orçamento da Prefeitura para o ano seguinte. Os conselheiros iriam também acompanhar a execução do Orçamento e o andamento das demandas por eles defendidas.

Braga (2005a) relaciona dados que demonstram a dimensão do programa durante os quatro anos da administração petista (2001-2004): reuniu 90 mil pessoas em assembléias e reuniões e deliberou sobre mais de R\$ 301 milhões para investimentos. Parte dos recursos, no entanto correspondia a investimentos que já haviam sido incluídos no Orçamento do ano anterior, mas que não haviam sido executados. Em investimentos novos, que não repetiam os do ano anterior, o OP decidiu pela aplicação de R\$ 186,7 milhões.

Nem todos os recursos orçados foram efetivamente executados, o que rendeu ao programa inúmeras críticas. Diversos fatores contribuíram para isso, como entraves em licitações, na realização de projetos e dificuldades técnicas de diversas ordens. Marques (2007) [6] faz um resumo das execuções dos recursos destinados pelo OP: em 2002 foram empenhados 45,73% dos recursos definidos no ano anterior; em 2003 a execução foi de 59,29% e; em 2004, último ano da administração do PT, os recursos executados foram equivalentes a 75% do que foi definido.

Para Marques (2007), há três motivos para a não realização de

parte dos investimentos previstos no OP, principalmente em 2002 e 2003: o “desmonte da máquina pública”, a dificuldade dos próprios gestores públicos em aceitar a legitimidade do OP e a aprovação de demandas sem “análise técnica e financeira” de viabilidade de execução. Braga (2003) aponta ainda as irregularidades encontradas nos bairros que impediam a realização de obras.

O CORREIO POPULAR

A Rede Anhangüera de Comunicação (RAC) é o principal grupo de jornalismo impresso de Campinas. Foi criada em 1997, um ano após o jornal Correio Popular comprar seu concorrente Diário do Povo, até então de propriedade do ex-governador de São Paulo e ex-prefeito de Campinas, Orestes Quércia. Quando foi formada (INFORMAÇÃO..., 2001), a RAC reunia os dois jornais, a revista semanal Metrópole, a GrafCorp (empresa gráfica que imprime os jornais do grupo e realiza trabalhos para terceiros), o DataCorp (empresa de pesquisas de opinião), CorreioNet (provedor de internet, vendido em 1999).

Atualmente a RAC reúne Correio Popular, Diário do Povo, Gazeta do Cambuí, Gazeta de Piracicaba, Gazeta de Ribeirão, revista Metrópole, Agência Anhangüera de Notícias (AAN), Cosmo On Line e a gráfica e bureau GrafCorp (COMUNICAÇÃO..., 2007). O grupo lançou um terceiro diário, o Notícias Já em 2007. O Correio Popular foi fundado em 1927 por Álvaro Ribeiro, o mesmo fundador do Diário do Povo, que começou a circular em 1912.

A COBERTURA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Para a elaboração deste trabalho, foram procurados textos publicados no Correio Popular sobre o Orçamento Participativo de 1º de janeiro de 2001 a 31 de dezembro de 2004. Foram localizados 86 textos no site e no Cedoc (Centro de Documentação) da RAC. Foram selecionados 17 textos para a análise, o que representa 20% do total encontrado [7].

Orçamento Participativo: manipulação e persuasão...

27/09/2001	Orçamento Participativo põe Segurança como 7ª prioridade
25/01/2001	Falta de verba trava Orçamento do PT
07/01/2002	Prefeitura define cronograma de obras do OP
03/07/2002	Líder de camelôs representa comércio e indústria no OP
01/10/2002	Orçamento para 2003 prevê mais verbas para Saúde e Educação
02/12/2002	Segurança e Cultura atrasam obras previstas no OP este ano
09/03/2003	Morosidade no OP agrava problemas com as chuvas
02/04/2003	Prefeitura barganhou para barrar CEI do OP na Câmara
03/04/2003	Prefeita nega explicação sobre desvio de verba do OP
11/05/2003	69% dos campineiros desconhecem o OP - Manchete Principal
03/07/2003	Uso do OP na reposição de aulas gera polêmica
27/08/2003	OP pode ficar incompleto, admite Prefeitura
30/09/2003	Izalene aumenta verba para obras do OP em ano eleitoral
11/01/2004	Falhas na execução mudam diretrizes do OP
05/02/2004	Manobra no Orçamento favorece publicidade
14/05/2004	Futuro prefeito herdará conta de R\$ 30 mi do OP
06/06/2004	OP da habitação conclui só 30 de 103 demandas

Tabela 1. Reportagens do Correio Popular sobre o OP selecionadas para análise.

Definidas as quantidades, optou-se pela escolha de reportagens que tiveram maior destaque nas editorias de Cidades e Política. Desta forma, textos menores foram eliminados e foram analisadas reportagens mais amplas, com espaço no alto da página e com a ocorrência de retrancas. Foram excluídos também os artigos de opinião e entrevistas no formato pingue-pongue (perguntas e respostas) por se tratarem de textos que trazem argumentos e a retórica de outro emissor, que não o jornalista e o jornal. Foram também eliminados textos que não eram de autoria da reportagem do Correio Popular ou da Agência Anhangüera. Outro critério foi a utilização de apenas um documento que tratasse de determinado tema específico ligado ao OP. Este critério permite maior variedade de pautas na cobertura do programa.

Para fazer a análise das reportagens, foi utilizada a classificação de Abramo (2003) que considera que a mídia trabalha com cinco padrões de manipulação da realidade, sendo quatro aplicáveis ao jornalismo impresso. A manipulação se dá para adequar a realidade aos objetivos da empresa jornalística e dos interesses comerciais e políticos de seus proprietários. Os padrões apresentados por Abramo (2003, p. 25-37) são:

- *Ocultação: a imprensa escolhe o que é o que não é fato jornalístico. A decisão não está no fato, mas no jornalista, ou na empresa jornalística*

que o observa;

- *Fragmentação: o fato definido como jornalístico é retirado de seu contexto, é fragmentado. “O todo real é estilhaçado” e perde a relação de causa e consequência;*

- *Inversão: depois de fragmentado, o fato é reordenado, alterando-se a importância de seus elementos.*

- *Indução: a imprensa reconstrói os fatos, ligando-os artificialmente a outros, criando uma realidade “artificial”, “inventada”.*

Em seguida foi feita a análise retórica, entendendo retórica como o ato de persuadir (LEACH, 2003, p. 293). Para Reboul (1998, p. XIV), “retórica é a arte de persuadir pelo discurso”. Discursos e textos identificados, ou reivindicados, como objetivos também têm seu poder de persuasão, mesmo que oculta, como os textos científicos ou jornalísticos.

O ato de persuadir por meio da retórica pode ser reconhecido por meio de três tipos de argumentos, elencados por Aristóteles (REBOUL, 1998, p. 47-9): *ethos* e *pathos*, que são de ordem afetiva, e *logos*, que é racional. O *ethos* diz respeito à credibilidade de quem fala, no caso deste trabalho, o Correio Popular. É o argumento que está ligado ao orador, à fonte da informação, ao emissor da mensagem. O *pathos* diz respeito ao “auditório”, ao público receptor ou usuário da informação. “[...] É o conjunto de emoções, paixões e sentimentos que o orador deve suscitar no auditório com seu discurso.” Neste tipo de argumento surgem emoções e sentimentos como raiva, piedade, compaixão, alegria. Já o *logos* é composto pelos argumentos racionais do discurso, em que se busca o convencimento pelo uso da razão.

O *ethos* no discurso jornalístico se dá pela própria estrutura do texto e pelo posicionamento da imprensa. O jornal utiliza a credibilidade do discurso jornalístico para persuadir o público de que os fatos que publicam não são uma versão do real, mas são a própria realidade. O *ethos* também pode ser identificado quando o jornal publica opiniões ou versões de pessoas que têm posição de “autoridade” sobre o assunto. Especialistas,

gestores públicos, lideranças de classe, dão legitimidade ao discurso jornalístico.

Apesar de buscar a objetividade e a isenção em relação aos acontecimentos, é inegável que o discurso jornalístico provoca sensações e emoções no público. Assim, o discurso busca o *pathos*, os argumentos afetivos que tentam o convencimento pela emoção e pelas sensações.

Por último, aquele que parece mais claro, o jornalismo busca o convencimento pela razão, pela apresentação racional de argumentos.

ANÁLISE

Quando o OP era uma novidade, em 2001, primeiro ano de sua aplicação, foi encontrado o menor número (14) de textos dos quatro anos da análise. Quando os problemas do Orçamento Participativo se agravaram, em 2003, o número de textos localizados foi maior (35).

Por ser um programa que busca a democratização do orçamento municipal e a participação popular, a pesquisa identificou uma evidente distância do jornal em relação à população. Nos textos eram reproduzidas, fundamentalmente, declarações e opiniões de “autoridades”, como a prefeita, secretários, vereadores. A presença de cidadãos ditos “comuns” torna-se mais intensa em 2003, quando o OP apresenta problemas e algumas lideranças populares passam a criticá-lo. Portanto, enquanto programa que propõe uma nova cultura política, a cobertura por parte do Correio Popular manteve-se tradicional e não refletiu a proposta inovadora.

O Correio Popular utilizou-se de três argumentos de retórica para demonstrar que o Orçamento Participativo fracassou em Campinas. Usou argumentos lógicos, emocionais e de credibilidade, que muitas vezes se confundem no mesmo texto. Utilizou também de mecanismos de manipulação descritos por Abramo (2003), para levar ao leitor uma realidade distorcida, uma versão recriada da realidade.

A utilização de argumentos emotivos (*pathos*) para convencer o leitor da hipótese do jornal é recorrente. Por mais que o raciocínio lógico já indicasse possíveis conclusões, o jornal reforçava a idéia com o uso de

palavras e expressões. O advérbio “apenas” foi utilizado 15 vezes neste sentido em 17 textos analisados. Nos títulos, as ocorrências de apelos emocionais eram mais evidentes e constantes que nos textos. Apesar do uso de elementos emotivos, não se percebeu um padrão.

Para cada matéria publicada, uma construção diferente foi percebida. Foram identificados quatro padrões de manipulação apontados por Abramo (2003) nos textos: ocultação, fragmentação, inversão e indução. Cada texto lança mão de um ou mais padrões de manipulação diferentes.

Outra observação importante é que não foram identificadas matérias que destacassem o processo de atuação popular dentro do Orçamento Participativo. O programa era visto por fora, à distância. O jornal, pela análise dos 17 textos selecionados, não se dedicou a fazer uma cobertura do ponto de vista dos moradores que participaram do programa. O afastamento tornou o conteúdo das matérias com o viés de convencer o leitor de que o OP foi um fracasso em Campinas, que não conseguiu cumprir suas metas. Não há informações, nos textos lidos, da quantidade de pessoas envolvidas, nem da forma com que as assembléias e reuniões ocorriam. As referências a isso eram muito superficiais, característicos de uma cobertura que não se prontificou a analisar o programa.

A seguir, seguem alguns dos resultados das análises, a título de exemplo.

A primeira matéria analisada – uma das primeiras publicadas no Correio Popular com destaque para o Orçamento Participativo no período estudado – traz claro o padrão de inversão. Publicada em 25 de abril de 2001, tinha como título “Falta de verba trava Orçamento do PT”. Embora fosse a primeira vez que o cidadão campineiro poderia interferir diretamente na elaboração do orçamento municipal, o jornal enfoca a matéria na escassez de recursos públicos. Pela visão do jornal, o mais importante é que o Orçamento Participativo terá um poder limitado, devido à baixa capacidade de investimentos da Prefeitura.

Outro exemplo é o padrão de ocultação observado na reportagem “Orçamento Participativo põe segurança como 7ª prioridade” de 27 de setembro de 2001, 17 dias após o assassinato do prefeito Antonio da Costa Santos. O jornal omitiu fatos importantes em defesa de sua posição contra

a violência urbana. Embora a matéria mencione que “a população ouvida nas assembléias” definiu mais verbas do Orçamento para setores de saúde, saneamento básico, educação e pavimentação, não há referências sobre o que foi definido para estas áreas. A reportagem também não aborda quais são os problemas destas áreas que conseguem afligir mais a população que a violência urbana;

Em 28 de junho de 2002 uma assembléia do OP escolheu a presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Economia Informal, Maria José Salles, para representar o segmento de Desenvolvimento Econômico e Trabalho no Conselho do Orçamento Participativo. No dia 3 de julho o Correio Popular publicou a matéria “Líder de camelôs representa comércio e indústria no OP”. A notícia da escolha só foi publicada depois que o jornal reuniu diversas declarações de lideranças do comércio formal de Campinas. Houve ocultação do fato por três dias e a eleição só se tornou notícia quando pôde ser criticada por empresários e comerciantes. Quanto à análise retórica, a credibilidade de quem enuncia é característica marcante do texto. O jornal abre mão da apuração do fato e sustenta o texto em declarações de “autoridades” do meio empresarial. Não foram ouvidas “autoridades” dos camelôs nem da Prefeitura.

Já o padrão de fragmentação fica evidente em reportagem publicada no dia 2 de dezembro de 2002, sob o título “Segurança e Cultura atrasam obras previstas no OP este ano”. O texto limita-se a abordar as duas secretarias do título, mas ao não fazer nenhuma referência das outras pastas, a reportagem retira do contexto as informações de como estão todas as obras. É uma construção que parte do específico, para dar a impressão do geral.

A matéria “Morosidade no OP agrava problemas com as chuvas” foi publicada em 9 de março de 2003, cerca de 20^o dias após uma forte chuva que provocou sete mortes e muitos estragos na cidade. No texto, identifica-se o padrão de indução, pois, uma leitura desatenta do título e do texto leva à ideia de que os moradores dos bairros citados na reportagem só sofreram com as fortes chuvas porque as obras previstas no Orçamento Participativo estavam atrasadas. A leitura atenta aponta para a armadilha: as informações estão lá, mas não ficam claras. A população havia

definido pela aplicação de R\$ 642,6 mil para a realização de “estudo para transferência de área de risco”. Logo, mesmo que os estudos tivessem sido executados, as famílias estariam no mesmo lugar e nas mesmas condições, pois a realização de obras de habitação para retirar as famílias da situação de risco dependia da liberação de R\$ 7 milhões do governo estadual. A liberação do dinheiro havia sido anunciada naquela semana, ou seja, posteriormente à tempestade.

Já em 2 de abril de 2003, foi publicada a reportagem “Prefeitura barganhou para barrar CEI do OP na Câmara”. Há vários elementos emotivos no texto, e o primeiro está no título, com a utilização da palavra barganhou. Sinônimo de trocar e de negociar, barganhar remete a uma negociação espúria, indevida, ilícita. “trocar favor e/ou privilégio de forma pouco ética [...]”, em especial na política (BARGANHAR, 2001). Há uma acusação de falta de ética na negociação, que os argumentos da matéria tentarão demonstrar e convencer embora não os aponte claramente.

No dia seguinte, nova reportagem em que o apelo emotivo aparece com clareza. O título “Prefeita nega explicação sobre desvio de verba do OP”. O uso da palavra desvio para indicar que R\$ 28 milhões de recursos que tinham destinação definida pelo Orçamento Participativo foram utilizados em outras áreas da administração. A expressão *desvio de verba*, por se tratar de dinheiro público, pode ser entendida como “extravio fraudulento; descaminho, desfalque, sumiço” (DESVIO, 2001). A escolha da palavra desvio remete à fraude, à ilegalidade, ao mau uso do dinheiro público, enquanto que a denúncia do jornal se refere à aplicação em finalidade diferente daquela que havia sido definida no âmbito da administração pública, sem que houvesse fraude ou uso do dinheiro público para fins particulares.

Em diversas reportagens foram utilizados argumentos lógicos para convencimento, principalmente com a apresentação de valores orçados e gastos, o que confere credibilidade às reportagens.

Dos R\$ 93,5 milhões previstos de investimento na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2005 da Prefeitura de Campinas, cerca de R\$ 30 milhões (32%) estarão comprometidos com a continuidade de obras do Orçamento Participativo (OP) definidas em 2003 e iniciadas neste ano.

Este trecho é um exemplo de argumentos lógicos utilizados na reportagem “Futuro prefeito herdará conta de R\$ 30 mi do OP”, publicada em 14 de maio de 2004. O uso recorrente de valores e índices serve para convencer o leitor. Mas como ocultação, o texto aborda apenas as obras e serviços inconclusos que o futuro prefeito teria que terminar. Mas não aborda as obras e serviços criados a partir do OP, que permitiram melhora no atendimento ao serviço público. Ao abordar apenas uma face do OP, o jornal conduz o leitor à impressão que o programa deixou para a cidade somente uma dívida e não um processo de participação popular e obras e serviços executados na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação das reportagens publicadas mostra que a preocupação do Correio Popular não era informar a população sobre o que era o OP, como funcionava e para que servia, mas era de criticá-lo e a tentativa de provar que não daria certo. Nesse caso, o jornal se utiliza de ferramentas de persuasão para manter o *status quo* na cidade, inviabilizar um projeto de participação popular, num claro esforço de manter a hegemonia existente.

A leitura dos textos obtidos por meio da pesquisa sobre o Orçamento Participativo não leva à dimensão do programa, nem mesmo em seu primeiro ano, quando era novidade. Percebe-se tão somente um programa com inúmeros problemas, orientação partidária e incapacidade da administração municipal em cumpri-lo. O Correio Popular colabora, portanto, para evitar uma transformação na participação política da sociedade e contribui para que as definições políticas a respeito do Orçamento público continuem sendo tomadas como tradicionalmente foram, longe das camadas populares.

NOTAS

[1] A análise a que este trabalho se refere é parte de pesquisa desenvolvida com bolsa CAPES para defesa de mestrado junto ao programa de Ciência da Informação da PUC-Campinas, em dezembro de 2007, sob a orientação do Prof. Dr. Fernando Augusto Mansor de Mattos.

[2] Dominante é a expressão utilizada pelo pensamento marxista até então, que compreende que uma classe (burguesa) domina a outra (trabalhadora). Em seus escritos na década de 1930, Gramsci apresenta a noção de classe dirigente e identifica elementos sutis de controle e direção e não apenas os de dominação.

[3] O economista Valdemir Pires foi secretário de Finanças e de Patrimônio Público de Piracicaba (SP) em 1990 e 1991. O município teve duas experiências de Orçamento Participativo, a primeira de 1989 a 1992 e a segunda a partir de 2001.

[4] Ubiratan de Souza foi coordenador geral do Gabinete de Planejamento (Gaplan) da prefeitura de Porto Alegre na primeira gestão do prefeito Tarso Genro (1993-1996).

[5] Tarso Genro foi vice-prefeito (1989-1992) e prefeito (1993-1996 e 2001-2002) de Porto Alegre e exerceu importante papel na implementação e no aperfeiçoamento do Orçamento Participativo na capital gaúcha.

[6] Eduardo Marques, economista, foi Diretor de Orçamento da Prefeitura de Campinas na gestão de Izalene Tiene (2001-2004), em artigo distribuído para petistas por e-mail.

[7] O texto integral da pesquisa, com todas as análises está disponível em <http://www.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=341>.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

BARGANHAR. In: DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. [Rio de Janeiro]: Objetiva, [2001]. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/houaiss>> [Acesso em: 13 out. 2007]. Acesso exclusivo a assinantes do UOL.

BRAGA, J. R. *O Orçamento Participativo em Campinas e sua relação com o SUS, o SUAS e a questão do território*. Cadernos de serviço social. Campinas: 2005a.

BRAGA, J. R. *OP e exclusão social*. Correio Popular, Campinas, 21 abr. 2005b Opinião, p. 3. Disponível em: <http://www.cpopular.com.br/mostra_noticia.asp?noticia=1360975&area=2190&authent=666208D809FEE25EF0304A316CDACC> [Acesso em: 19 mai. 2007]. Acesso exclusivo aos assinantes do Correio Popular.

BRAGA, J. R. OP: Garantia na execução de obras e projetos. Correio Popular, Campinas, 12 abr. 2003, Opinião, p. 3. Disponível em: <http://www.cpopular.com.br/mostra_noticia.asp?noticia=362672&area=2190>

&authent=69BFD61569AAC3157CBFC30069BFD6.> [Acesso em: 19 mai. 2007]. Acesso exclusivo aos assinantes do Correio Popular.

BUCI-GLUCKMANN, C. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CARVALHO, V. S. *Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC*. 2004, 175f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Campinas.

COMUNICAÇÃO *em Rede com o melhor do interior paulista*. RAC, Campinas, 2007. Disponível em: <<http://www.rac.com.br/apresentacao.asp>> [Acesso em: 28 set. 2007].

COUTINHO, C. N. *A dualidade de poderes: introdução à teoria marxista de estado e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 80p. (Primeiros Vãos).

DESVIO. In: DICIONÁRIO Houaiss da Língua Portuguesa. [Rio de Janeiro]: Objetiva, [2001]. Disponível em: <<http://www.uol.com.br/houaiss>> [Acesso em: 13 out. 2007]. Acesso exclusivo a assinantes do UOL.

GENRO, T. *Orçamento Participativo e democracia*. In: GENRO, T. SOUZA, U. *Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

GIACOMONI, J. *Orçamento Público*. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. v.3.

GRAMSCI, A. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

GRAMSCI, A. *Obras Escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9ª ed. Rio de

Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

INFORMAÇÃO *ao alcance de todos*. Cosmo On Line. Campinas, 26 set. 2001. Disponível em: <http://www.cosmo.com.br/especial/rac5anos/materias/010926_pg02_01.shtm> [Acesso em: 28 set. 2007].

LEACH, J. *Análise Retórica*. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: um manual prático. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

LIMA, V. A. *Mídia: Teoria e Política*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

MARQUES, E. *OP Campinas: reflexões sobre a participação popular, o planejamento participativo e o investimento público*. Publicação eletrônica [Mensagem pessoal] Mensagem recebida por <wanderleygarcia@yahoo.com.br> em 13 abr. 2007

PIRES, V. *Orçamento Participativo: o que é, para que serve, como se faz*. Barueri: Manole, 2001.

REBOUL, O. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SOUZA, U. *A experiência de Porto Alegre*. In: GENRO, T. SOUZA, U. *Orçamento Participativo: a experiência de Porto Alegre*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

20 ANOS DE ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE: APONTAMENTOS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA COBERTURA JORNALÍSTICA DA REDE GLOBO 1989-2009

Márcia FANTINATTI[°]
Gabrielle Maise ADABO^{°°}

RESUMO

O presente trabalho apresenta apontamentos sobre as sucessivas coberturas jornalísticas de eleições presidenciais, pela Rede Globo de Televisão, na última década, com especial destaque para o papel do Jornal Nacional. Aborda, de forma comparativa, as regras para debates e entrevistas, adotados pela emissora, com candidatos aos respectivos pleitos; da primeira eleição presidencial direta no período pós-ditadura (1989) à época atual (2009). Paralelamente,

[°]Professora da Faculdade de Jornalismo (Puc-Campinas), líder do grupo de pesquisa Comunicação e Política (credenciado pelo CNPq) e editora chefe da Revista Comunicarte. Jornalista, doutora em Ciências Sociais (Unicamp); Mestre em Sociologia (Unicamp) e Bacharel em Ciências Sociais / Ciência Política (Unicamp). e-mail: marcia_fantinatti@puc-campinas.edu.br.

^{°°}Bacharel Licenciatura em Ciências Sociais - Antropologia (Unicamp), Licenciatura em Ciências Sociais (Unicamp) e estudante de graduação da Faculdade de Jornalismo (Puc-Campinas). e-mail: gabrielle_adabo@yahoo.com.br

apresenta resultados de pesquisa qualitativa, realizada com 24 estudantes universitários, sobre os impactos das transformações - no discurso e na programação - da emissora, no que se refere à aceitação e credibilidade em relação à abordagem noticiosa para o campo das eleições. A problematização central da pesquisa, que deu origem aos resultados ora apresentados, diz respeito ao papel da mídia na delimitação dos temas e enfoques geradores de debates sociais. Adota, portanto, a 'hipótese do agendamento' (agenda setting) como referência conceitual. Secundariamente, serve-se de elementos conceituais fornecidos pelos 'cultural studies', para interpretação sociológica dos fenômenos envolvidos nos processos de formação de opinião e de padrões de identidade focados.

Palavras-chave: Rede Globo; eleições presidenciais; Jornal Nacional; agendamento da opinião.

ABSTRACT

This study presents some notes about the successive journalistic coverings on presidential elections made by Rede Globo de Televisão, in the last decade, specially by Jornal Nacional. It focuses, in a comparative way, the rules for debates and interviews used by the channel with the candidates; from the first direct presidential election in the post-dictatorship period (1989) until the present date (2009). At the same time, it presents the results of the qualitative research, made with 24 university students, about the impact of the changes - in the discourse and in the programme, of the channel, concerning acceptance and credibility of the news approach for the area of elections. The central issue of the research, which gave the results here presented, concerns the role of the media in limiting the themes and the focuses from social debates. Therefore, it adapts agenda setting as its conceptual reference. Furthermore, it uses conceptual elements from cultural studies for the sociological interpretation of the

20 anos de eleições diretas para presidente: apontamentos...

phenomessa involved in the processes of opinion formation and focused identity patterns.

Key words: *Rede Globo; presidential elections; Jornal Nacional; agenda setting.*

Ao focalizarmos os 20 anos de eleições diretas para presidente, no Brasil, pretendemos colocar ênfase nas transformações ocorridas na cobertura jornalística da Rede Globo – evidentes principalmente nos três últimos pleitos (em 1998, 2002 e 2006) – como estratégicas no processo de formação de novas identidades coletivas.

Identificamos no discurso da Rede Globo, ao lado do anúncio de suas ações no campo do jornalismo, formas de, ao relatar o passado, reconstituir um discurso que renova sua imagem; ou seja, o esforço pela credibilidade se dá a partir de transformações na cobertura jornalística de eleições presidenciais ao lado da divulgação de uma memória “construída” a partir da descontextualização do passado. Isso pressupõe uma aposta velada: a de que, sobretudo o público jovem, desconhece os graves equívocos cometidos pela mídia, destacadamente a tevê Globo, na fase de redemocratização brasileira. Com base nessa hipótese, realizamos pesquisa bibliográfica e documental sobre as regras para debates eleitorais e entrevistas, ao lado de pesquisa de opinião sobre a credibilidade da Rede Globo entre universitários.

A referência conceitual central à nossa pesquisa diz respeito ao papel da mídia na delimitação dos temas e enfoques geradores de debates sociais. Nessa linha de reflexão, adotamos conceitos voltados ao exame da formação da visão de mundo dos indivíduos através dos meios de comunicação; da capacidade/poder dos media na definição dos temas, na seleção de assuntos a serem discutidos, a receberem destaque nos noticiários e, por conseqüência, na política. Desse modo, o instrumental teórico privilegiado na presente pesquisa emana da hipótese do *agenda setting*:

Em conseqüência da ação dos jornais, da televisão e dos outros meios de informação, o público sabe ou ignora, presta atenção ou descarta, realça

ou negligencia elementos específicos dos cenários públicos. As pessoas têm tendência para incluir ou excluir dos seus próprios conhecimentos aquilo que os 'mass media' incluem ou excluem do seu próprio conteúdo. Além disso, o público tende a atribuir àquilo que esse conteúdo inclui uma importância que reflete de perto a ênfase atribuída pelos 'mass media' aos acontecimentos, aos problemas, às pessoas (SHAW, 1997, p. 96).

Refinando a explanação sobre os termos conceituais do *agenda setting*, há que se estar atento também a qual seria a respectiva relevância (de determinado assunto focalizado pela mídia) para o receptor. Nos termos colocados por Hohlfeldt (1997, p. 48): “(...) quanto às características pessoais do receptor e à formação de uma agenda, tudo depende dos graus de percepção da relevância do tema”.

Quando o tema é a potencialidade de uma emissora de televisão em influenciar sobre o que o público irá debater, o papel da Rede Globo permanece como alvo das atenções dos estudiosos. Os padrões de manipulação, pela mídia, do processo eleitoral realizado em 1989, parecem ter perdido terreno, nas eleições presidenciais mais recentes. Se naquele pleito, a imensa maioria das empresas de comunicações - e isso inclui não apenas o jornalismo televisivo (BUCCI, 1996; CONTI, 1999), mas também o jornalismo impresso - apoiou abertamente a candidatura de Fernando Collor de Melo, contra Luís Inácio Lula da Silva, não se pode afirmar que um fenômeno parecido tenha ocorrido na década atual. Estudiosos apontam outras formas de influência do jornalismo sobre o eleitorado. Ao por em destaque determinado assunto ou fato, endossa, direta ou indiretamente, determinada candidatura. Nesse sentido, a capacidade dos meios de comunicação de delimitar quais os assuntos ou os enfoques o público irá debater, encontra respaldo na hipótese do *agenda setting*:

[os] meios de comunicação, embora não sejam capazes de impor o que pensar em relação a um determinado tema, como desejava a teoria hipodérmica, são capazes de, a médio e longo prazo, influenciar sobre o que pensar e falar; o que motiva o batismo desta hipótese de trabalho. Ou seja, dependendo dos assuntos que venham a ser abordados – agendados – pela mídia, o público termina, a médio e longo prazos, por incluí-los igualmente em suas preocupações. Assim, a agenda da mídia termina

20 anos de eleições diretas para presidente: apontamentos...

por se constituir também na agenda individual e mesmo na agenda social (HOHLFELDT, 1997, p. 44).

Esse parece ter sido o caso das eleições de 1994, no Brasil. O apoio da mídia ao plano econômico que estava indissociavelmente relacionado ao nome de Fernando Henrique, em 1994, teve grande peso na formação de opinião do eleitorado. Pode-se afirmar que o apoio da mídia consistiu, sobretudo, em ter apontado FHC como o “pai do Real”; além disso, esse candidato ocupou mais espaço no noticiário do que Lula (SILVA, 2006).

Outra forma de conceder ênfase numa candidatura, em detrimento de outras, é a naturalização de certos fenômenos ou processos sociais. A admissão tácita de que a sociedade caminha, inexoravelmente, para determinada direção – algo que, em parte, o discurso midiático faz, em relação às ideologias dominantes – pode auxiliar na difusão de um programa político partidário de forma muito mais sutil e eficaz do que a campanha aberta em pró de uma candidatura. Assim, ao fazer a difusão generalizada do neoliberalismo como modelo, a mídia endossa, por extensão, uma candidatura que se sustente sobre um projeto político nele baseado. Do mesmo modo, a negação dos movimentos populares e/ou das manifestações públicas de apoio a uma determinada candidatura, pode cooperar com a intenção deliberada da cúpula de um determinado veículo de informação, à medida em que, pela insistência num modelo e, ao mesmo tempo, negação de qualquer alternativa que o conteste ou confronte, opera-se uma opção – um comportamento parcial – por uma candidatura num pleito. Especificamente no caso da Rede Globo, aponta-se que, em 1998:

(...) [a emissora] colaborou para a reeleição de FHC, eliminando a campanha de seus noticiários – em especial do Jornal Nacional, o mais importante deles –, o que ia ao encontro da estratégia oficial de esvaziamento do debate público, de negação da existência de alternativas e de transformação do pleito em um simples ritual de recondução do presidente ao cargo (MIGUEL, 2003, p. 292).

Já na cobertura das eleições de 2002, a retórica da responsabilidade social teria sido explorada pelo Jornal Nacional (LIMA, 2006b). Já não era

mais possível alardear as vantagens das políticas neoliberais, num momento em que os índices de desemprego aumentavam vertiginosamente, a inflação voltava a ameaçar a estabilidade do 'Real' e alguns reflexos negativos das privatizações se faziam sentir. Não se pode dizer que o jornalismo da Rede Globo tenha apoiado Lula. Mas também não se pode afirmar que tenha negado ao público do seu telejornal notícias que colaboravam para a desmoralização do governo FHC.

Quanto à última eleição presidencial, realizada em 2006, alguns estudiosos da mídia apontam que os meios de informação foram tendenciosos, movendo-se predominantemente contra a candidatura de Lula (LIMA, 2006a); (PEREIRA, 2006), ao abordarem de maneira excessiva os escândalos políticos relacionados ao Partido político desse candidato, o PT.

Ao desenvolvermos nosso estudo, na fase de levantamento de informações, dados e elementos do discurso atual da Rede Globo, identificamos algumas mudanças realizadas na última década, em relação às eleições presidenciais. Encontramos que a emissora: a) não realiza mais edição de debates; b) adota regras, nos debates, que conferem ao moderador (um jornalista) maior controle sobre a manifestação dos candidatos; c) utiliza, além de debates, entrevistas individuais com os candidatos no Jornal Nacional.

OS DEBATES REALIZADOS PELA GLOBO, NOS TRÊS ÚLTIMOS PLEITOS: SUAS INOVAÇÕES E REGRAS

Do levantamento realizado, destacam-se: a importância relativa dos debates, segundo o momento político e o viés controlador do jornalismo da Globo.

Nas eleições de 1998, Fernando Henrique Cardoso venceu no primeiro turno sem comparecer a debates. A cobertura dessa eleição, pela Globo é marcada pelo silêncio, com poucas notícias e debate político fraco. Flora Neves (2008) afirma que houve omissão em relação às eleições presidenciais e o enfraquecimento do debate político levou à reeleição de FHC. Para Rubim e Colling (2005), a Globo apoiava o sistema político

20 anos de eleições diretas para presidente: apontamentos...

dominante e silenciou-se de modo que não cobriu nem ao menos a agenda das candidaturas. As discussões não foram estimuladas, não foram produzidas matérias prejudiciais ao candidato Fernando Henrique.

Em 2002, Luís Inácio Lula da Silva é eleito após segundo turno com José Serra. O primeiro turno ocorreu em 6 de outubro. O último debate televisivo antes do primeiro turno foi realizado na Globo, no dia 3, com a participação de Lula, José Serra, Anthony Garotinho e Ciro Gomes. Quanto às regras:

“O debate vai ter quatro blocos. Os candidatos vão fazer perguntas entre si. No primeiro e no terceiro blocos, os assuntos vão ser sorteados. No segundo e no quarto blocos, os temas serão livres. Depois de uma tréplica, o mediador pode pedir o esclarecimento de algum ponto que não tenha ficado claro. No fecho do debate, as considerações finais de cada candidato” [1].

No site do Observatório da Imprensa, mais especificações, com destaque para a centralidade da figura do jornalista:

“O CENÁRIO - • Os quatro candidatos ficarão em pé em bancadas dispostas lado a lado. O mediador será William Bonner; • Os candidatos poderão levar oito assessores, mas eles não terão acesso ao estúdio. A comunicação se fará nos intervalos.

AS REGRAS - • Haverá apenas perguntas entre os candidatos. Serão quatro blocos, com 26 minutos; • Dois blocos serão de temas livres. Os outros, de temas predeterminados. Ao final das tréplicas, o mediador poderá pedir mais esclarecimentos” [2].

O segundo turno das eleições de 2002 foi realizado em 27 de outubro. Foram marcados três debates pelas emissoras de tevê, mas Lula aceitaria participar de apenas um: o da Rede Globo. O debate ocorreu em 25 de outubro e inovou, com relação ao cenário e às regras. Os candidatos não têm mais posição fixa em uma bancada, podem se movimentar livremente pelo palco. Em local fixo, a bancada do mediador, William Bonner. Segundo pesquisa realizada pelo Doxa-IUPERJ:

As regras e o formato do debate da Rede Globo foram bem diferentes

dos anteriores. Neste último evento da campanha os candidatos não se enfrentavam diretamente. As perguntas foram feitas por um grupo de eleitores indecisos. O programa teve como modelo o debate ocorrido entre Al Gore e George W. Bush na última campanha presidencial americana. O cenário do programa lembrou um teatro de arena, no qual os dois candidatos puderam se movimentar livremente durante o programa (LOURENÇO, 2002, p. 2).

O foco nos eleitores indecisos parece claro. O que demonstra a atenção especial ao segmento de público ao qual se dirige o debate. A hipótese do agenda setting destaca que o interesse relativo de parte do público em determinada informação está diretamente relacionado à potencialidade de agendamento da opinião:

Quanto às características pessoais do receptor e à formação de uma agenda, tudo depende dos graus de percepção da relevância ou importância do tema, além dos diferentes níveis de necessidade de orientação que, em torno daquele tema, observará o receptor (HOHLFELDT, 1997, p. 48).

Da descrição realizada por Lourenço (2002), depreende-se que houve um grande controle prévio, por parte da equipe de jornalismo, sobre a manifestação dos candidatos. O exíguo tempo dado aos candidatos para expressarem-se, por si, indica a imposição do formato televisivo.

(...) As perguntas deveriam ser respondidas em no máximo 2 minutos, e o comentário do adversário e a réplica do candidato tinham tempo de 1 minuto. O mediador, o jornalista William Bonner, também poderia fazer pequenas perguntas, de no máximo 15 segundos, que seriam respondidas em 45 segundos pelos dois candidatos (LOURENÇO, 2002, p. 2).

Isso sugere a imposição de uma noção generalizada, segundo a qual, responder de modo breve e direto significaria, necessariamente, superioridade do candidato. O que é questionável. Um candidato que tenha, por exemplo, um ponto programático que envolva maior complexidade que um de seus adversários poderia sair prejudicado na exposição, em função da padronização de tempo de resposta. Ainda sobre as regras, no arquivo de notícias do site do Jornal Nacional foram dadas detalhadas explicações a respeito do debate que seria realizado entre Lula e Serra. A partir dali se

20 anos de eleições diretas para presidente: apontamentos...

confirma a presença central do jornalista e o rigor no controle do tempo:

*O mediador William Bonner vai sortear, na hora, os eleitores que farão as perguntas. Serão 16 - quatro em cada bloco. O eleitor sorteado vai se levantar, dizer o nome e a cidade de onde veio, e vai ler a pergunta que escreveu antes de o debate começar. O candidato terá dois minutos para responder. O outro candidato tem um minuto para fazer um comentário. E quem respondeu à pergunta, um minuto para a tréplica. **O mediador William Bonner poderá fazer perguntas complementares, se achar necessário** (grifos nossos) [3].*

Não somente o comportamento dos candidatos foi antecipadamente previsto, de forma a poder ser posto sob controle, como as regras que envolviam a participação do público, igualmente, foram elaboradas de forma rigorosa, em que imprevistos não seriam bem vindos:

As perguntas deveriam ser lidas a risca pelos eleitores que as formularam, sem improvisos ou emendas, sob a pena de serem anuladas e o eleitor transgressor deixar o programa imediatamente (LOURENÇO, 2002, p. 2-3).

O acompanhamento pela empresa de auditoria Price e as preocupações em isolar os eleitores que fariam perguntas aos candidatos (de possíveis influências das diferentes candidaturas) aparecem como uma espécie de selo de garantia da imparcialidade:

Antes do debate, os eleitores indecisos ficarão em camarins e não terão contato com ninguém. (...). Qualquer contato com a família será acompanhado por um auditor da Price [4].

No entanto, a emissora conferira ao jornalista a decisão sobre a seleção das questões, conforme citado anteriormente, o que reforça, ainda uma vez, a importância deste do debate:

O IBOPE selecionou um grupo de 50 eleitores indecisos (...). Uma série composta por cerca de 50 perguntas foi previamente selecionada pelos jornalistas da Globo e colocada para sorteio na hora do programa (LOURENÇO, 2002, p. 2).

Em 2006, Lula se reelege após segundo turno disputado com Geraldo Alckmin. O primeiro turno foi realizado em 1º de outubro. Em 28 de setembro foi realizado o último debate da Globo no primeiro turno. Lula não comparece e o debate é realizado com Heloísa Helena, Geraldo Alckmin e Cristovam Buarque.

O cenário mostra inovação em relação ao debate entre candidatos à presidência no primeiro turno de 2006. São abolidas as bancadas e em seu lugar são colocadas quatro cadeiras. Com a ausência de Lula, a emissora mostrava a cada final de bloco, antes do intervalo, a sua cadeira vazia. Os candidatos presentes fizeram críticas ao candidato Lula, enquanto respondiam às questões propostas e as regras também permitiam que se fizessem questões ao candidato ausente; pode-se perceber que, a (prevista) ausência do candidato Lula foi enfatizada; os candidatos presentes poderiam expressar as perguntas que lhe fariam, caso estivesse presente:

O debate foi dividido em cinco blocos. Em dois deles, temas livres. Em outros dois, os temas foram sorteados. O quinto e último bloco foi para as considerações finais dos candidatos. Nos quatro primeiros blocos, os candidatos puderam fazer perguntas entre si. As regras também permitiram que eles dissessem as perguntas que fariam ao candidato ausente, Luiz Inácio Lula da Silva, do PT (grifos nossos) [5].

O segundo turno foi realizado em 29 de outubro. Em 27 de outubro foi realizado o último debate da Globo entre os candidatos Lula e Alckmin. Ao iniciar o debate, o mediador William Bonner explica as regras. Novamente, destaca-se o apelo aos indecisos e, também, que a ‘palavra final’ coube à produção:

Neste estúdio nós teremos oitenta eleitores indecisos selecionados por uma pesquisa do Ibope e vindos de todas as regiões brasileiras. São eles que farão as perguntas aos candidatos nos três primeiros blocos do programa. Cada eleitor formulou cinco perguntas sobre temas gerais e isso deu mais ou menos quatrocentas perguntas. Destas a produção selecionou doze e os leitores que as formularam perguntarão diretamente aos candidatos (BONNER, em 27/10/2006) [6].

Novamente, as regras constroem qualquer forma de ‘improvisado’,

20 anos de eleições diretas para presidente: apontamentos...

por parte dos representantes do eleitorado, assim como ocorrera em 2002:

O eleitor será focalizado na platéia e vai dirigir uma pergunta ao candidato com vinte segundos para fazer essa pergunta exatamente como foi formulada e referendada por um funcionário do Ibope. O eleitor não pode improvisar na hora de fazer a pergunta, não pode acrescentar nada ao que ele escreveu antes, senão a palavra dele vai ser cortada (IDEM).

A velocidade nas falas, como exigência, persiste. Eis, mais uma vez, a preponderância de um parâmetro da linguagem televisiva. Perguntas e respostas com o tempo rigorosamente ‘cronometrado’:

Nos três primeiros blocos desse programa o candidato responde à pergunta do eleitor em um minuto e vinte segundos. Depois o adversário dele terá quarenta segundos para formular uma outra pergunta para ele sobre o mesmo tema. Ele terá um minuto e vinte segundos para responder. O adversário replica em um minuto e finalmente o candidato que começou respondendo terá um minuto para a tréplica (IDEM).

Novamente, tudo está remetido ao julgamento do mediador do debate, o jornalista:

Se um dos candidatos se sentir ofendido ou caluniado pelo oponente ele pode pedir o direito de resposta que será analisado por mim e pela produção do programa. Se o pedido for considerado procedente de imediato o direito será concedido imediatamente (IDEM).

A intenção de que, no transcorrer do debate impere o que é considerado ‘civilizado’, em termos de comportamento dos candidatos, é reiterada:

Como acontece em todos os debates promovidos pela Rede Globo de televisão a preocupação maior de todos nós é que esse encontro seja útil para você eleitor e por isso as regras que foram assinadas pelos representantes dos candidatos garantem que as discussões sejam civilizadas, sem grosserias, sem acusações levianas. Eu quero pedir a todos os convidados aqui presentes que por favor se mantenham em silêncio durante todo esse debate que é para não prejudicar nem os

candidatos nem aqueles que nos acompanham em casa pela televisão. Este silêncio só vai ser quebrado agora na entrada dos dois candidatos à presidência (IDEM).

Desse modo, ficam antecipadamente estigmatizados discursos que se desviem de uma retórica mais leve, 'clean', o que consideramos que, em alguns casos, pode equivaler à superficialidade ou a um tom hipócrita ou vazio de sentido. Vale lembrar que os debates televisados, entre candidatos às eleições de 1989, foram repletos de manifestações ruidosas entre os candidatos. Estas, muitas vezes, serviram para 'desmascarar' as verdadeiras intenções ou inclinações ideológicas de um candidato, o que favorece o esclarecimento da população.

OS IMPACTOS DAS TRANSFORMAÇÕES DA ÚLTIMA DÉCADA SOBRE A OPINIÃO DE UNIVERSITÁRIOS

O objetivo principal da esfera empírica de nossa pesquisa foi a identificação dos impactos dos debates presidenciais, junto a 24 estudantes universitários [7], sendo 8 do curso de Biologia; 8 do Curso de Ciências Sociais e 8 do Curso de Engenharia Civil, de Faculdades situadas na Região Metropolitana de Campinas [8]. Foram realizadas entrevistas em profundidade. A pesquisa teve natureza qualitativa, com instrumento de coleta de dados contendo perguntas abertas e questões de múltipla escolha. O critério de amostragem foi intencional, por cotas. A seguir, apresentamos alguns trechos dos resultados obtidos.

Numa abordagem diretamente dirigida às formas adotadas pela Rede Globo na cobertura jornalística de eleições presidenciais, perguntamos: "Você acha que os debates promovidos pela Rede Globo, entre candidatos a uma eleição, podem ter relevância sobre sua intenção de voto?" Nota-se que, nos três cursos, as tendências se revelaram proporcionalmente semelhantes.

Do total de vinte e quatro respondentes, apenas cinco mostraram-se convictos de que os debates não os influenciam, sendo um aluno de E. Civil, dois das C. Sociais e dois das C. Biológicas. As motivações para

20 anos de eleições diretas para presidente: apontamentos...

não se interessar pelos debates apresentam sutis variações: “O debate nada mais é que as mesmas propostas apresentadas no horário político, com a diferença que é ao vivo”, segundo F.V.B. [*aluno de Eng. Civil*]. “Uma vez que existem leis eleitorais que não permitem que se falem peculiaridades sobre os candidatos, os debates são, via de regra, vazios”, opina A.L. [*aluno de C. Sociais*]. “No debate, não há foco na realidade que vive o país”, pontua C.N.J. [*aluna de C. Biológicas*]. “Eu tenho opiniões formadas e que só mudariam se os debates fossem muito bons para me fazer mudar de idéia”, diz F.S.P. [*aluno de C. Biológicas*]. Já M.P.S. [*aluno de C. Sociais*], justifica: “Busco votar não por influência de meios de comunicação, mas através de análises das propostas e da trajetória histórica do candidato”.

Os dezenove demais opinaram que os debates possuem algum tipo de influência em sua opinião. O fato dos candidatos, nos debates, falarem “de improviso” e diante de pressões, pode ajudar o eleitor a conhecê-los melhor, segundo exemplos e comentários apresentados por nossos entrevistados. Segundo R.S.M. [*aluno de Eng. Civil*]:

Nos debates, alguns temas são melhor esclarecidos pelos candidatos, através de apresentação de propostas; é possível observar a postura, conduta, preparo dos candidatos, já que os temas são sorteados ao vivo e com tempo cronometrado para as respostas. Também é importante salientar que em alguns casos é visível a falta de imparcialidade da emissora.

O clima de maior espontaneidade permitido pelo debate também é destacado: “À medida que você acompanha o desempenho das questões abordadas e discutidas no debate, você pode mudar de opinião sobre um determinado candidato, já que, ali, suas falas não são decoradas como na propaganda eleitoral”, diz S.S.D. [*aluno de C. Biológicas*]. Na mesma direção, opina V.G.C.J. [*aluno de C. Sociais*]:

Nos debates você pega um candidato que está desequilibrado quando o oponente toca no ponto fraco dele, e ele mostra. O que é fascinante. É menos embolado, o debate. No debate, você é obrigado a ser você mesmo, não um ator que entra em cena com um texto decorado. A coisa é no improviso, na inconstância, ela acontece.

Ainda com o intuito de checar a importância e a repercussão dos debates, perguntamos aos alunos qual sua reação, se um candidato deixa de comparecer ao debate transmitido pela Rede Globo. Apresentando-lhes as seguintes alternativas: (a) nenhuma, ou seja, a ausência dele não altera minha opinião. (b) passo a vê-lo negativamente. (c) apoio sua ausência. E, em seguida, pedindo-lhes que justificasse / ilustrasse sua opinião.

Obtivemos respostas bastante variadas. Para onze dos entrevistados, a ausência de determinado candidato ao debate afetaria negativamente sua imagem. Essa tendência foi majoritária entre os alunos da Engenharia Civil. Respostas nesse sentido se apóiam nas sensações transmitidas pela atitude do candidato: de que ele “esconde” de algo, tem medo ou, ainda, não tem preparo para o cargo ao qual se candidatou: “Passo a vê-lo negativamente. Pois penso que o candidato fugiu de alguma coisa que poderia colocá-lo em uma situação negativa. Se está fugindo de um debate, como irá controlar o país?”, indaga N.A.M. [*aluna de C. Biológicas*]. “A ausência ao debate indica que, de alguma forma, pode não estar preparado, sente medo”, conclui M.M.P. [*aluna de Eng. Civil*].

Dentre os treze demais, que tolerariam a eventual ausência de um candidato a um debate, dois entrevistados afirmaram que precisariam analisar uma situação real e preferiram não opinar. Um entrevistado apoiaria a (eventual) falta do candidato ao debate da Globo. Outros dez disseram ser indiferentes à ausência, que não alteraria sua opinião; ambos responderam a essa questão apoiados em semelhante argumentação: o debate não teria sobre eles o poder de alterar a intenção de voto. “Depende da situação em que ocorre a ausência. Como estratégia, isso pode ser válido, mas a maioria da população encara uma ausência na Rede Globo de maneira negativa”, avalia L.G.R.N. [*aluno de C. Sociais*]. Essa tendência é apoiada, também, em o debate não ser a única forma de um candidato expor suas idéias.

A ausência dele [candidato a um debate] não altera minha opinião. Porque, apesar de considerar os debates importantes, acredito que eles sejam mais úteis aos eleitores indecisos. Caso eu já estivesse pensando em votar em um candidato por algum motivo, não mudaria minha opinião por ele faltar ao debate, afirma F.F. [aluno de C. Biológicas]

20 anos de eleições diretas para presidente: apontamentos...

Admitem, no entanto, que, para um eleitor indeciso, a ausência de um candidato ao debate possa ter peso.

Ainda sobre o comportamento dos candidatos num debate ou entrevista, perguntamos a cada aluno qual costuma ser sua reação, se um candidato extrapola o tempo ou alguma outra regra estabelecida. Para seis entrevistados, desrespeitar regras de um debate é um divisor de águas, comprometendo a imagem do candidato. Mas a tendência predominante, nos três cursos, foi de tolerância e flexibilidade, em relação especificamente a extrapolar o tempo. Para a maior parte dos alunos entrevistados, o deslize em relação ao tempo não tem grande peso, a menos que isso se manifeste de forma exagerada. O tempo dado aos candidatos é considerado pouco, na opinião desses entrevistados, o que acaba justificando a conduta dos debatedores. Para os que julgam negativamente, o candidato que extrapola o tempo, impõe-se o raciocínio segundo o qual, se ele não é capaz de respeitar regras e limites num debate, pode não estar preparado para as exigências do cargo ao qual se candidata: “Se extrapola o tempo e não para de falar após a solicitação do entrevistador, começo a achar que ele tem problemas em respeitar as regras além de falta de controle ao administrar o tempo”, afirma K.C. [*aluna de Eng. Civil*]. Já na fala predominante, expõe-se a convicção de que, somente se o debatedor extrapola as regras para atacar, ofender ou desrespeitar os demais, a atitude é estigmatizada. Assim, parece-nos que, aos olhos desse conjunto de entrevistados, tanto para os que toleram quanto para os que desaprovam atitudes de “rebelia” dos debatedores em relação às regras de um debate, os ataques mais diretos entre os concorrentes e as críticas mais vorazes não seriam bem vindos. Segundo R.S.M. [*aluno de Eng. Civil*]: “No debate podemos observar a postura dos candidatos, a interação entre os mesmos, porém, algumas vezes os debates têm tom de ataques, acusações, ficando a apresentação de propostas e projetos em segundo plano”.

Como forma de checar as opiniões relativamente à imparcialidade no telejornalismo da Globo, perguntamos aos nossos entrevistados se julgavam ser possível afirmar que o Jornal Nacional apoiou algum candidato na mais recente eleição presidencial (realizada em 2006, tendo Luís Inácio Lula da Silva [PT] e Geraldo Alckmin [PSDB] na disputa do segundo turno). Em seguida, aos que responderam afirmativamente,

solicitamos que indicassem qual candidato julgavam que teria sido apoiado pela emissora. Por não ter acompanhado a cobertura das eleições de 2006 pelo Jornal Nacional, oito disseram não saber responder. Dos dezesseis entrevistados restantes, apenas um respondeu que a conduta do Jornal Nacional em relação aos candidatos foi imparcial; para os outros quinze, seus telejornais manifestaram alguma tendência. Para esses últimos, perguntamos, então, qual candidatura julgavam que a cobertura jornalística da emissora havia favorecido. Dois terços (dez) opinaram que a tendência foi apoiar Lula e para os restantes (cinco), o apoio foi para Alckmin. Sustentando a argumentação de que o telejornal tendeu a apoiar Lula, aparecem: o fato de já ser “governo” e a emissora ser “governista”; o tema da corrupção, que comprometeria o governo Lula, teria sido pouco destacado pela Globo. Para A.L. [*aluno de C. Sociais*]: “A Globo apoiou abertamente Lula, dando relevância positiva às atitudes apresentadas tanto pelo mesmo, como por sua equipe de governo”. E para L.I. [*aluna de C. Biológicas*]: “Ela [Globo] apóia sempre o anterior, no caso: o Lula. Talvez seja mais vantajoso para ela”.

Já para ilustrar apoio a Alckmin, foram mencionados: a tendência da Globo a ser “de direita”, preferir partidos mais conservadores que o PT. R.S.M. [*aluno de Eng. Civil*] afirma:

Acredito que a Rede Globo sempre teve uma tendência pelo PSDB, partido pelo qual o candidato Geraldo Alckmin disputou a eleição passada. No caso do ‘mensalão’, a emissora colocava o PT como sendo um partido de corruptos, colocando todos em uma mesma situação. Mesmo não sendo petista, este foi um caso que me chamou bastante a atenção para a tendência da emissora em bater no Partido dos Trabalhadores.

As formas nem sempre diretas de apoio dadas pela emissora, a um candidato ou a uma ideologia, também apareceram nas respostas e não estariam ligadas exclusivamente ao telejornalismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da participação dos candidatos a Presidência em debates televisionados era um ponto intrigante, em nossa pesquisa, para

a compreensão dos mecanismos de formação da opinião. Vale lembrar o processo eleitoral de 2006, em que, num momento de grande tensão política, em função de denúncias que atingiam diretamente o seu governo, Lula, então candidato à reeleição, ausentou-se de um debate. Que repercussão pode ter uma atitude como essa? Em que contextos ela pode prejudicar ou beneficiar a imagem do candidato? A maior parte dos nossos entrevistados considera os debates importantes, admite que são úteis para mostrar os candidatos em situações mais espontâneas, sob pressão e falando “de improviso”. No entanto, também foi tendência predominante, entre os entrevistados, não fazer a defesa integral das regras, o que indica uma capacidade de reflexão sobre a performance dos candidatos que independe das fórmulas adotadas pelos meios de comunicação para exibí-los ao público em debates, em época de campanhas eleitorais. A razão para explorar essa área específica – a do cumprimento de regras – é que, em geral, os discursos mais “inflamados”, característicos em debates realizados logo após o fim da ditadura, parecem ter sido estigmatizados pelo telejornalismo, tendo tornado-se, ao longo dos anos, sinônimo de “baixaria”. A linguagem da tevê estigmatizou as “brigas”.

Sobre a imparcialidade do Jornal Nacional, nas eleições de 2006, nota-se uma interessante variedade de opiniões entre nossos entrevistados. Dentre os que afirmaram, com grande segurança, que o jornalismo da Rede Globo havia sido tendencioso, não houve unanimidade na hora de indicar a quem, então, a emissora teria dado apoio. Há quem julgue que o Jornal Nacional tendeu a apoiar Lula, quanto quem ache que o candidato “favorecido” foi Geraldo Alckmin. Isso nos remete, novamente, às afirmações de Hohlfeldt (1997, p. 47): “É também evidente que há maneiras diversas de encarar uma mesma agenda, ou uma questão genérica pode receber conotações muito particulares”. Essa simples falta de unanimidade, por si, já indica um importante impacto das transformações da imagem da Rede Globo. Pesquisas de opinião realizadas com parcelas do eleitorado em eleições anteriores dificilmente demonstrariam um leque tão amplo de respostas. Nas eleições realizadas em 1989, por exemplo, o apoio ao candidato Fernando Collor, dado pela emissora, não deixava margem a dúvidas, entre a maioria dos eleitores.

Por fim, o fato de a Rede Globo: não editar mais debates; de,

na moderação destes, conferir maior rigidez e controle, por parte dos mediadores (jornalistas), sobre a participação dos candidatos e, ainda, efetuar modificações no formato das entrevistas e sua vinculação ao principal telejornal, o Jornal Nacional, conferiu melhora da sua imagem. Aquele que teria sido o mais notável equívoco da Rede Globo, nas eleições de 1989 – a realização de uma edição tendenciosa de debate presidencial, às vésperas do segundo turno, em que Collor era favorecido, no embate com Lula – não se repetiu mais. Embora isso não seja garantia de imparcialidade no jornalismo, tem o mérito de, ao menos, figurar como reconhecimento pela grave falha cometida. Mas a sua potencialidade para agendar a opinião, quando o tema é a sucessão presidencial, permanece. Em 1998: optou por uma cobertura omissa e silenciosa (NEVES, 2008), alardeando o Plano Real, como forma de promover FHC. O noticiário sobre eleições foi tímido, não houve estímulos a debates. Em 2002 e 2006, ao contrário, a cobertura das eleições é intensa, com realização de entrevistas dos candidatos nos telejornais e realização de debates com muitas regras e configurações inovadoras. Ao lado disso, a emissora busca, mais do que indicar em quem votar, sugerir ao público quais são os ‘problemas sociais’ mais emergentes, a partir de abordagens jornalísticas do tipo ‘Caravana da cidadania’, entre outras. Essa síntese indica o aumento progressivo, ao longo de 20 anos, da subsunção das culturas políticas, pela linguagem televisiva da maior emissora de televisão brasileira.

Porém, cabe ressaltar o decréscimo da importância dos debates. Parece-nos que, pelo excesso de zelo e rigor em relação ao cumprimento de tempo de resposta de cada candidato às questões formuladas, bem como em função de outras regras, tornaram-nos excessivamente formais, pouco polêmicos e atrativos, se comparados aos acalorados debates realizados no período imediatamente posterior ao fim da ditadura. No que se refere especificamente aos estudantes universitários, uma tendência importante parece ser a de desinteresse pelos debates, em que pese declararem que estes são importantes no esclarecimento do eleitor. Ao longo de toda a entrevista, pedíamos que os alunos sustentassem seus pontos de vista com exemplos. Em pouquíssimas situações os obtivemos. Prevalciam explicações genéricas e pouco fundamentadas em fatos. O Ibope, historicamente registrado, confirma a nossa impressão em relação ao decréscimo da

audiência dos debates. Se o debate, no segundo turno, realizado em 1989 obteve 66 pontos de audiência, o realizado mais recentemente, em 2006, obteve apenas 38 pontos. Paralelamente, cabe observar que a totalidade dos entrevistados admitiu que não utiliza exclusivamente a informação dos debates para decidir em quem votar. E, ainda, a maioria deles afirmou que, diante da curiosidade sobre temas da política, busca a internet ou outros meios – que não o televisivo – para se informar mais. Se as sucessivas transformações nas formas de cobrir debates políticos de grande envergadura – como são as eleições presidenciais – renderam maior credibilidade às práticas jornalísticas da Rede Globo, em relação à década de 90, verifica-se que ocorreu, simultaneamente, o esvaziamento paulatino dos verdadeiros embates de idéias entre os candidatos; o que, em tempos de maior acesso a informações por intermédio de novas tecnologias, tem tido como reflexo a ampla queda na audiência dos debates, ao lado de notável declínio da relevância dos debates (anteriormente, incontestável), na formação de opinião dos eleitores indecisos.

NOTAS

- [1] Vide: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL543985-10406,00-CONFIRA+OS+PREPARATIVOS+PARA+O+DEBATE+DOS+CANDIDATOS+A+P+RESIDENCIA+DA+REPUBLICA.html>
- [2] Vide: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos/asp021020024.htm>
Acesso em 25. mai. 2009.
- [3] Vide: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL544361-10406,00->
Acesso em 25. mai. 2009.
- [4] Vide: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL544361-10406,00-CONFIRA+OS+PREPARATIVOS+E+OS+DETALHES+DO+DEBATE+DESTA+SEX+TAFEIRA.html> Acesso em 25. mai. 2009
- [5] Vide: <http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL569193-10406,00-DEBATE+PRESIDENCIAL.html>- Acesso em 16. Mai. 2009*
- [6] Transcrição da fala inicial de Willian Bonner no debate entre candidatos à presidência, realizado pela Rede Globo em 27/10/2006.
- [7] A realização de entrevistas e de levantamento documental que compõem esta pesquisa contaram com a participação de, orientandas de iniciação científica de Márcia Fantinatti, bolsistas Fapic/Reitoria, alunas da Faculdade de Jornalismo (PUC-Campinas): Ana Flávia Romani Blanco, Nara Dias.
- [8] Foram escolhidos três cursos, de forma a contemplar um de cada área de

conhecimento, para que se verificasse se as tendências de opiniões que interessavam à pesquisa se manifestavam de formas diferentes.

REFERÊNCIAS

CONTI, Mário Sérgio. *Notícias do Planalto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FANTINATTI, Márcia M. C. M. “Comunicação de massa e poder político: o atual discurso da Rede Globo revelando seu empenho por uma nova imagem”. In: BEZZON, Lara. (org.) *Comunicação, Política e Sociedade*. Campinas: Editora Alínea, 2005a.

HOHLFELDT, Antonio. *Os estudos sobre a hipótese de agendamento*. In: Revista Famecos. Porto Alegre, n. 7, pp. 42-51, nov. 1997.

JORNAL NACIONAL – *A Notícia faz História*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

LIMA, Venício A de. *A Mídia nas Eleições de 2006*. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2006a.

LIMA, Venício A de. *Mídia – Crise política e poder no Brasil*. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo, 2006b.

LOURENÇO, LUIZ CLAUDIO. *Entre o público e o adversário: análise do debate presidencial de 25 de outubro*. In: DOXA – Laboratório de Pesquisas em Comunicação Política e Opinião Pública - IUPERJ, 2002. Disponível em: <<http://doxa.iuperj.br/arquivos/debate2tur.doc>> [Acesso em: 26 mai. 2009].

MIGUEL, Luis Felipe. *A eleição visível: a Rede Globo descobre a política em 2002*. In: Dados. vol.46, n° 2, 2003, pp. 289-310.

NEVES, Flora. *Telejornalismo e poder nas eleições presidenciais*. S Paulo: Summus, 2008.

PEREIRA, Raimundo. *A trama que levou ao segundo turno*. In: Carta Capital, Edição 415 - 17/10/2006.

RUBIM, A. A. C.; COLLING, Leandro. *Mídia, cultura e eleições*

20 anos de eleições diretas para presidente: apontamentos...

presidenciais no Brasil contemporâneo. In: Correia, João Carlos (org.). (Org.). Comunicação e política. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2005, v. 1, p. 11-44. Disponível em: <www.labcom.ubi.pt/.../06/rubim_colling_midiaculturaeleicoes.pdf> [Acesso em: 24 mai. 2009].

SHAW, E. *Agenda-Setting and Mass Communication Theory*. In: Gazette – International Journal for Mass Communication Studies. vol. 25, nº 2, 1979.

SILVA, David Renault da. *Nunca foi tão fácil fazer uma cruz numa cédula? A Era FHC nas representações da mídia impressa*. Tese de Doutorado. (UnB), 2006.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

SOBRE O CONTEÚDO

Comunicarte aceita originais referidos às áreas de atuação da revista: Comunicação Social (Jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda), Artes e Turismo.

PADRONIZAÇÃO TEXTUAL E NORMAS BIBLIOGRÁFICAS

Os textos enviados à Comunicarte devem estar em conformidade com as normas da ABNT.

O título e os subtítulos (opcionais) devem ser redigidos em ‘caixa alta’.

Não são admitidas notas de rodapé, que devem ser substituídas por notas finais, alocadas ao final do texto, relacionadas e numeradas (ex.: [1]; [2]; ...), em conformidade com a ordem de aparição no texto.

Citações, no corpo do texto, devem conter: sobrenome do autor (em caixa alta), ano de publicação da obra citada e o respectivo número ou intervalo de páginas: (AUTOR, 2009, p. 20).

No final do texto, devem ser apresentadas, em ordem alfabética, as referências completas de cada obra citada. Não devem constar na lista de

referências aquelas que o autor do texto tenha apenas consultado e, sim, as que efetivamente houver citado.

ALGUNS EXEMPLOS PARA AS REFERÊNCIAS FINAIS

Livro

SOBRENOME, Prenome. *Título*: subtítulo. Edição (a partir da 2ª). Cidade: Editora, ano de publicação.

Capítulo de livro

SOBRENOME, Prenome (autor do capítulo). “Título do capítulo”. In: SOBRENOME, Prenome (autor ou organizador do livro). *Título*. Cidade: Editora, ano. Pág. inicial e final.

Artigos em revistas especializadas

SOBRENOME, Prenome. “Título: subtítulo do artigo”. In: *Título do periódico*, local, volume, fascículo, página inicial e final, mês e ano.

Documentos eletrônicos

SOBRENOME, Prenome. *Título*. Edição. Local: ano. Nº de pag. ou vol. (Série) (se houver) Disponível em: <<http://...>> Acesso em: dia mês (abreviado) ano.

Textos de jornais

SOBRENOME, Prenome. “Título do artigo”. *Título do jornal*, local, dia, mês e ano. Título do caderno, seção ou suplemento, páginas.

NATUREZA E OBJETIVOS DA COMUNICARTE

Comunicarte é revista científico-acadêmica, fundada no ano de 1982. Indexada sob ISSN 0102-0242, publica trabalhos inéditos.

Visa, dentre os seus objetivos, desde a sua criação, a: promover e ampliar a divulgação do conhecimento científico-acadêmico; fomentar o debate e a livre manifestação de idéias, nas respectivas áreas de conhecimento que abrange; incentivar o enfoque inovador e, ao mesmo tempo, a multiplicidade de abordagens de temáticas atuais e de grande relevância.

CATEGORIAS ACEITAS

Comunicarte aceita colaborações, de acordo com as seguintes categorias:

Artigos – nacionais ou internacionais inéditos. Tamanho: mínimo de 20.000 e máximo de 40.000 caracteres (com espaços).

Resenhas – inéditas, sobre obras nacionais ou internacionais, publicadas há, no máximo, 1 ano. Tamanho: mínimo de 4.000 e máximo de 8.000 caracteres (com espaços).

Relatos de Pesquisas em andamento; Traduções; Dossiês temáticos – sob consulta, a ser apreciada pelo conselho editorial ou a convite dos editores.

FORMA DE ENVIO / SUBMISSÃO

Colaborações à Comunicarte, nas categorias supracitadas, devem ser enviadas para o endereço do Centro de Linguagem e Comunicação, em três cópias impressas e em CD, contendo textos digitados em Word (versão 97-2003), fonte Times New Roman, tamanho 12, e espaço entrelinhas 1,5. Os CDs não serão devolvidos aos autores.

O (s) autor (es) deve (m), na ocasião, anexar ao material enviado, carta assinada, contendo declaração de cessão de direitos autorais à Comunicarte.

Todas as colaborações devem conter informações sobre o(s) autor (es) destacáveis do texto a ser submetido à análise para publicação, sob a forma de ‘página de identificação’.

A ‘página de identificação’ deve conter: nome completo do (s) autor (es); titulação acadêmica completa (título(s), área ou departamento e instituição); atividade profissional atual; instituição em que trabalha; endereço para correspondência; número de telefone e fax; e-mail; título da colaboração submetida.

O corpo do texto (artigo, resenha etc.) não deverá permitir a identificação do (s) autor (es). Sugere-se, assim, especial atenção às citações e outras referências a obras ou notas complementares que possam conter informação sobre a identidade do (s) autor (es), seja nominalmente, seja na forma da menção específica à instituição em que trabalha (m).

A autorização para a eventual reprodução de figuras, fotos ou tabelas, extraídas de fontes diversas, deve ser obtida pelo autor do texto, junto aos

respectivos detentores de direitos.

Arquivos de Figuras ou fotografias que, eventualmente, acompanhem os textos, devem ter, preferencialmente, definição de 300 DPI, e ser apresentados em preto e branco, uma vez que a Comunicarte não utiliza páginas impressas em cores.

Comunicarte aceita textos em português, necessariamente acompanhados de resumo e de 5 palavras-chave, em português e inglês. Excepcionalmente, aceita colaborações em inglês ou espanhol. Nesses casos, acompanhadas de resumo e de 5 palavras-chave em português.

O e-mail do (s) autor (es) deve constar do mini-curriculum, permitindo aos leitores da Comunicarte eventual contato.

Comunicarte recebe colaborações em fluxo contínuo.

PROCESSO DE AVALIAÇÃO POR PARES

Textos enviados à Comunicarte são submetidos à avaliação de dois pareceristas. Para tanto, conta-se com a colaboração ativa do Conselho Editorial e de convidados *Ad-hoc*.

As colaborações recebidas pela Comunicarte recebem as seguintes classificações gerais: (a) publicação aprovada; (b) publicação não aprovada ou (c) publicação requer modificações, sua aprovação está condicionada a ressalvas expressas.

O respectivo parecer consubstanciado estará à disposição do autor (colaborador), quando por ele solicitado.

Havendo empate entre pareceres, designa-se um terceiro parecerista. A decisão final pela aceitação da colaboração é arbitrada pelos editores.

Comunicarte adota o sistema *blind review*, na análise e emissão de pareceres, de acordo com o qual, o (s) autor (es) não é (são) identificado (s) pelos avaliadores, em fase alguma da apreciação.

Após a avaliação, o (s) autor (es) será (ao) contatado (s), por e-mail, pela secretaria da Comunicarte. Textos que necessitem correção ou os recusados pelos pareceristas, serão devolvidos ao autor. No primeiro caso, será estipulado prazo para que se efetuem as correções e o reenvio à Comunicarte.

Institutions interested in exchanging publications are requested to address to * Las instituciones interesadas en el cambio de publicaciones son invitadas a dirigirse a * Les institutions que désirent établir um échange de publications sont priées de s'adresser à * Le istituzioni che vogliono ricevere questa pubblicazione in forma di cambio fare la richiesta:

COMUNICARTE

Campus I Rodovia D. Pedro I, km 136 Parque das Universidades
CEP 13086-900 Caixa Postal (Mail Box) 317 CEP 13012-970

Telefone: +55 19 3343-7384 / Fax.: +55 19 3343-7251

Site: www.puc-campinas.edu.br

e-mail: clc.comunicarte@puc-campinas.edu.br

Campinas SP Brasil

NESTA EDIÇÃO

- **JOE SACCO: JORNALISMO LITERÁRIO EM QUADRINHOS**
- **A LEITURA NA TELA DO COMPUTADOR E A FORMAÇÃO DO LEITOR NA ESCOLA**
- **ABORDAGEM DA MENOPAUSA EM REVISTAS DE ATUALIDADES**
- **A ENTREVISTA DIALÓGICA NO FILME "O FIM E O PRINCÍPIO", DE EDUARDO COUTINHO**
- **ORÇAMENTO PARTICIPATIVO: MANIPULAÇÃO E PERSUASÃO NAS PÁGINAS DO CORREIO POPULAR**
- **20 ANOS DE ELEIÇÕES DIRETAS PARA PRESIDENTE: APONTAMENTOS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES OCORRIDAS NA COBERTURA JORNALÍSTICA DA REDE GLOBO 1989-2009**